



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

KIANE FOLLMANN DA SILVA

A REORGANIZAÇÃO DA DIREITA BRASILEIRA E O PAPEL DO MOVIMENTO
BRASIL LIVRE (MBL): DA FUNDAÇÃO AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF
(2013-2016)

ERECHIM

2020

KIANE FOLLMANN DA SILVA

**A REORGANIZAÇÃO DA DIREITA BRASILEIRA E O PAPEL DO MOVIMENTO
BRASIL LIVRE (MBL): DA FUNDAÇÃO AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF
(2013-2016)**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli

ERECHIM

2020

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Kiane Follmann da
A reorganização da direita brasileira e o papel do
Movimento Brasil Livre (MBL): da fundação ao impeachment
de Dilma Rousseff (2013-2016) / Kiane Follmann da Silva.
-- 2020.
140 f.:il.

Orientador: Doutor Danilo Enrico Martuscelli

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2020.

1. Movimento Brasil Livre. 2. Classe média. 3.
Governo Dilma Rousseff. 4. Direita brasileira. 5. União
Democrática Nacional (UDN). I. Martuscelli, Danilo
Enrico, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

KIANE FOLLMANN DA SILVA

**A REORGANIZAÇÃO DA DIREITA BRASILEIRA E O PAPEL DO MOVIMENTO
BRASIL LIVRE: DA FUNDAÇÃO AO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF (2013-
2016)**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Essa dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca em:

27/02/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr. Danilo Enrico Martuscelli – UFFS

Orientador

Prof^a. Dr^a. Patrícia Vieira Trópia – UFU

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva – UFFS

Para Sergio, Cirlei e Kenia e aos avós que
partiram durante a caminhada...

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Agradeço também aos professores e técnicos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pelo suporte para a realização da pesquisa.

Em especial quero agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Danilo Martuscelli, pela paciência, empenho e dedicação para com a minha pesquisa, além das excelentes orientações e indicações de textos que expandiram os meus horizontes de pensamentos e estudos, proporcionando crescimento intelectual e pessoal.

Agradeço a minha banca de qualificação, Profa. Dra. Patrícia Trópia e Prof. Dr. Cássio Brancaleone, pelas valiosas contribuições e questionamentos, que muito contribuíram para os rumos da minha pesquisa.

Agradeço à minha família, Cirlei, Sergio e Kenia que apesar da distância, se fazem presentes ao apoiar as minhas decisões. Amo muito vocês!

Aos amigos das jantãs de quarta-feira e finais de semana, agradeço imensamente à paciência, compreensão e carinho. Com eles aprendi a lidar com esse período de dedicação e estudo, foram encontros que trouxeram leveza e a certeza de que tudo iria dar certo e ficar bem.

Aos colegas de mestrado, pelas conversas descontraídas e incentivo nas horas difíceis da pesquisa.

Ao meu companheiro Anderson, grande incentivador e apoiador dos meus sonhos e projetos pessoais: Serei eternamente grata pela sua companhia, amor, compreensão e dedicação ao longo das nossas vidas.

Enfim agradeço a todos que contribuíram nessa caminhada, de uma forma ou de outra, recebam minha profunda GRATIDÃO!

Na noite de 26 de abril de 1986. Em apenas uma noite nos deslocamos para outro lugar da história. Damos um salto para uma nova realidade que está acima do nosso saber e acima da nossa imaginação. Rompeu-se o fio do tempo... O passado de súbito surgiu impotente, não havia nada nele em que pudéssemos nos apoiar; e no arquivo onipotente (assim acreditávamos) da humanidade, não se encontrou a chave que abria a porta. Mais de uma vez ouvi naqueles dias: 'Não encontro palavras para expressar o que eu vi e vivi' (ALEKSIÉVITCH, 2016, p.41).

RESUMO

A metamorfose política vivenciada no Brasil requer a análise do processo de reorganização da direita no Brasil, levando em conta as reações históricas de certas frações de classe ao conteúdo das medidas implementadas durante governos considerados progressistas. Em linhas gerais, operamos com a hipótese central de que as políticas econômicas e sociais implementadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) atingiram o modo de reprodução de segmentos da classe média brasileira, o que contribuiu para a reorganização da direita no período recente. O surgimento de movimentos liberais de direita e as manifestações públicas ocorridas de 2013 a 2016, principalmente as mobilizações políticas pró-impeachment de Dilma Rousseff evidenciam a sua insatisfação e ruptura com o governo, traduzindo-se na ascensão recente da direita. Nesse sentido, analisamos o Movimento Brasil Livre (MBL) como uma das expressões políticas dessa ruptura, bem como força aglutinadora de segmentos de classe média contrária aos governos petistas.

Palavras-chave: Movimento Brasil Livre (MBL). Classe média. União Democrática Nacional (UDN). Direita. Governo Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The political metamorphosis experienced in Brazil requires an reorganization process analysis of the right-wing in Brazil, that takes into account the historical reactions of certain classes, and class fractions, to the content of the economic and social policy implemented by governments considered progressive. In general terms, we operate with the central hypothesis that the economic and social policies implemented during the governments of the Workers' Party (PT) reached the reproduction mode of segments of the brazilian middle class, which contributed to the reorganization of the right-wing in the recent period. The emergence of liberal right-wing movements and the public demonstrations that took place from 2013 to 2016, especially Dilma Rousseff's pro-impeachment political mobilizations, show its dissatisfaction and rupture with the government, translating into the recent rise of the right-wing. In this sense, we analyze the Free Brazil Movement (MBL) as one of the political expressions of this rupture, as well as an agglutinating force of middle class segments contrary to PT governm.

Keywords: Free Brazil Movement (MBL). Middle class. Udenism. Right-wing. Dilma Rousseff's government

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Manifesto por um Brasil Livre.....	93
Figura 2 - Nossas pautas.....	106
Figura 3- Esquenta para o impeachment	109
Figura 4- Todo às ruas, Impeachment já!.....	110
Figura 5- Um ano do impeachment	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Organização da pesquisa :	23
Quadro 2: Rede de legitimação do MBL:.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DC- Democracia Cristã

DEM- Democratas

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPL - Estudantes pela Liberdade

ESEB - Estudo Eleitoral Brasileiro

FIES - Financiamento Estudantil

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI - Fundo Monetário Internacional

FGTS - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

FHC - Fernando Henrique Cardoso

IEA - Institute of Economic Affairs

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IML - Instituto Millenium

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

MBL - Movimento Brasil Livre

MPL - Movimento Passe Livre

NOVO - Partido Novo

ONGs - Organizações Não-Governamentais

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PEN - Partido Ecológico Nacional

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PD - Partido Democrático

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE - Plano Nacional de Educação

PP - Partido Progressista

PPS - Partido Popular Socialista

PIB - Produto Interno Bruto

PRP - Partido Republicano Progressista

PSC - Partido Social Cristão

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PR - Partido Republicano

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

PRP - Partido da Representação Popular

PSB - Partido Socialista Brasileiro

ProUni - Programa Universidade para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PV - Partido Verde

PL – Partido Libertador

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SUS- Sistema Único de Saúde

SFL - *Students For Liberty*

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

ROL - Revoltados Online

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

VPR - Vem pra Rua

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	CLASSE MÉDIA SOB A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	23
2.1	CLASSE MÉDIA E OS MEIOS DE REPRODUÇÃO	23
2.2	CLASSE MÉDIA: FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	29
2.2.1	A era populista	36
2.2.2	Comportamento político das classes médias tradicionais	39
3	OS CONFLITOS E OS REALINHAMENTOS DE CLASSE NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2016)	57
3.1	DEBATES SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DOS GOVERNOS PETISTAS	57
3.1.1	Características gerais da política dos governos Lula (2003-2010)	63
3.2	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POLÍTICA DOS GOVERNOS DILMA (2011-2016)	66
4	MOVIMENTO BRASIL LIVRE: IDEOLOGIAS E ATUAÇÃO POLÍTICA NO GOLPE DE 2016	75
4.1	A REORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA DIREITA NO BRASIL	76
4.1.1	A construção da autoimagem do Movimento Brasil Livre	81
4.1.2.3	As relações do MBL com as organizações Atlas Network e Estudantes Pela Liberdade	86
4.2	FORMAS DE MOBILIZAÇÃO, ATUAÇÃO POLÍTICA E REDE DE LEGITIMAÇÃO DO MBL	89
4.2.1	Formas de mobilização e legitimação	90
4.3	MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS E ATUAÇÃO NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF	98
4.3.1	Manifestações de 2013	100
4.3.2	MBL e as manifestações públicas em 2014	101
4.3.3	O MBL e as manifestações públicas de 2015	103

4.3.4 O MBL e as manifestações públicas de 2016.....	109
4.4 MÉTODOS DE LUTA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE	112
4.4.1 Rede pró-impeachment	113
4.4.2. Atuação política e seus desdobramentos.....	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

A abordagem das políticas governamentais e a possibilidade de estabelecer uma relação com a ascensão direita brasileira, buscam suprir questionamentos anteriores ao momento político em que vivemos. O interesse pelas ações afirmativas vem desde a graduação em direito, momento em que procuramos observá-las sob o viés do direito constitucional, em particular a possibilidade de efetivação dos direitos fundamentais, mais especificadamente o direito à educação, em razão das políticas dedicadas ao ensino superior público (SILVA, 2015). De modo que ao término do presente trabalho, podemos perceber o quanto caminhamos lentamente no país em direção à equidade, bem como observar a existência de muitos obstáculos políticos para que esta seja garantida a todos.

Com o objetivo de aprofundar os estudos relacionados às políticas sociais e a sua real efetividade, deparamo-nos com as mobilizações de junho de 2013 e a organização da direita brasileira. Assim, com o intuito de compreender: quem é essa direita? quais os impactos da sua ascensão para a política brasileira? chegamos a essa pesquisa de mestrado.

Nos últimos anos, presenciamos uma ofensiva política de movimentos ligados ao espectro político da direita no Brasil. Esses movimentos organizaram e influenciaram as principais mobilizações de massas de rua desde 2013, pois na segunda fase das manifestações de junho, o tema da redução das tarifas de transporte coletivo deixou de ser o mote central e passou a ceder lugar a outras pautas, como: combate à corrupção, críticas ao sistema político. No plano institucional, esses movimentos acabaram produzindo três importantes resultados: o impeachment de Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer e a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República.

As manifestações de rua, ocorridas em 2013, marcaram o início desse novo ciclo político no país. Impuseram uma crítica ao sistema político, bem como trouxe ao cenário nacional a ascensão da direita brasileira, através de grupos liberais e/ou conservadores que estavam presentes nas mobilizações de 2013, e nos três anos seguidos, pautaram críticas e organizaram grandes eventos políticos contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e favoráveis à destituição de Dilma Rousseff, consumada em 2016.

Diante disso cabe indagar: como podemos transitar rapidamente de governos de verniz progressista e popular, que contemplaram certos avanços em direitos sociais a governos nos

quais imperam a redução ou supressão de direitos sociais e trabalhistas e ameaças a variadas liberdades democráticas?

Durante os governos do PT, inúmeras foram as mudanças provenientes de medidas econômicas e sociais implantadas no país. As políticas sociais efetivadas pretendiam garantir o acesso das camadas populares como: ampliação do acesso ao ensino superior; maior participação na economia através da implementação de programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família; expansão do crédito popular e política de valorização real do salário mínimo.

No entanto, no decorrer dos governos intensificaram-se as críticas ao sistema político, houve a retomada do discurso moralizante e anticorrupção com as manifestações públicas de 2013. Nesse sentido, procuramos identificar quais setores sociais passam a compor a oposição ao governo de Dilma Rousseff e que atuaram como base social para o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL).

O Movimento Brasil Livre foi oficialmente fundado em 2014, fruto das mobilizações de junho de 2013 e da ressignificação de suas pautas. Logo, após a sua fundação conquistou espaço nas redes sociais e base social de apoio, vindo a organizar mobilizações públicas de direita nas ruas a partir de 2014 e nos anos seguintes com a pauta do impeachment de Dilma Rousseff, e a defesa de lemas como: “Fora PT” e “Temos que mudar o que está aí”. Afinal, o que tinha que ser mudado? Pelo quê?

Para compreendermos o ressurgimento de movimentos políticos conservadores de direita e a reação política de setores das camadas sociais aos governos do PT, nasce a necessidade de retornarmos à formação política brasileira. Portanto, em um primeiro momento abordamos a história política da formação do Estado brasileiro durante a vigência de governos populistas ou de inclinação popular no período pré-1964.

Como veremos mais adiante, a União Democrática Nacional fundada em 1945 e identificada como partido político de direita, conservador, incorporou à sua base social boa parte da classe média e setores das classes dominantes na luta contra o populismo, principalmente durante o governo de Getúlio Vargas, demonstrando sua força de arregimentação de determinadas insatisfações sociais. Já, na conjuntura política recente, o MBL teve êxito em capturar os descontentamentos de parcelas das classes médias com a política de governo, bem

como adotou ideológica e politicamente ideias muito próximas às difundidas pela União Democrática Nacional, no período que antecedeu o golpe cívico-militar de 1964.

Portanto, investigamos a composição heterogênea das classes médias, sua situação do trabalho, procurando identificar seus princípios, ideologias e modos de reprodução. O objetivo inicial é recuperarmos aspectos da história política brasileira durante a vigência de governos considerados populistas/populares no período pré-1964. Assim compreender algumas das tendências gerais da participação e atuação política de setores da classe média em movimentos de direita (UDN- MBL) como forma de expressar a sua insatisfação em relação à política econômica e social executada por tais governos.

A análise do modo de reprodução de segmentos da classe média possibilita-nos compreender essas reações diante dos governos do PT e de suas agendas políticas. No caso em tela, referimo-nos em particular, às políticas sociais que secundarizam ou não levam em consideração os critérios meritocráticos em sua efetivação. Mas, além disso, pretendemos examinar a historicidade do apoio/ascensão desses segmentos a movimentos políticos de direita e, desta forma, testar a hipótese de que essas ações políticas fomentadas pelas classes médias podem ser caracterizadas como expressão de um novo udenismo, ou seja, um tipo de reação conservadora de classe, a governos com certa inclinação popular ou com vínculos a movimentos trabalhistas.

Para auxiliar na compreensão do modo de expressão da classe média tradicional, no segundo capítulo abordamos a política econômica e social dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Debruçarmo-nos sobre as agendas de ambos para compreender os desdobramentos na conjuntura política que motivaram a reorganização da direita brasileira, especialmente a partir de junho de 2013, e observamos como tais políticas afetaram os interesses das classes médias, força motriz dessas manifestações.

Em tais manifestações surgem “palavras de ordem como ‘Muda Brasil’, como forma cifrada de invocar a verdadeira bandeira – ‘Muda (de governo) Brasil’” (SOUZA, 2016, p.94). A corrupção ganha espaço na pauta das movimentações, assim como: o “Fora Dilma” e o “Fora PT” passam a fazer parte das pautas reivindicatórias das mobilizações públicas.

Os eventos de junho de 2013 abriram a caixa de pandora para o surgimento de movimentos de direita, os quais convocaram marchas de caráter cívico, ganhando visibilidade na mídia e nas redes sociais, tais como: o Vem pra Rua (VPR), o Movimento Brasil Livre (MBL)

e o Revoltados Online (ROL). O VPR surgiu em setembro de 2013, após as manifestações ocorridas em junho. O MBL, conforme informações da sua página inicial no *Facebook* surge em 2014, logo após o fim do segundo turno das eleições presidenciais deste ano. Já o ROL existia antes de 2013 e passou a dedicar-se ao debate político mais amplo em 2010.

Nas redes sociais, encontramos inúmeras páginas com conteúdo político de direita, o que demonstra a sua ascensão política nos últimos tempos. Segundo levantamento realizado pelo jornal Estado de São Paulo em 26 de março de 2017, na rede social *Facebook* a página Acorda Brasil contava com: 83 mil seguidores, Vem Pra Rua Brasil com 1,5 milhão, Movimento Brasil Livre com 2 milhões, Endireita Brasil com 646 mil, Livres (PSL) com 127 mil, Novo com 1,3 milhão, Revoltados Online com 31 mil, SOS Forças Armadas com 5 mil, Nas Ruas com 420 mil. Além destas, encontram-se diversos perfis de celebridades, políticos, religiosos e institutos que dão voz ao discurso da direita brasileira (FUCS, 2017).

Para Firmino (2016), o cenário de crise econômica e política do segundo mandato de Dilma combinado com a rejeição às medidas adotadas para promover certo grau de distribuição de renda e inclusão social provocaram a rejeição da alta classe média brasileira ao governo. As organizações como o MBL e o VPR incorporaram suas ideologias, que encontraram espaço no contexto da crise do impeachment para expor sua oposição ao ciclo dos governos do PT.

Portanto, propomos a hipótese de que a insatisfação de segmentos da classe média brasileira durante os governos petistas se relaciona diretamente com a ascensão de movimentos políticos identificados com a direita. A reconstrução da história política brasileira, nos fornece elementos para caracterizar a aderência de grupos de classe média a movimentos de direita, como a União Democrática Nacional e o Movimento Brasil Livre. Em razão do medo da proletarização e da ideologia meritocrática mobilizam-se em determinadas conjunturas contra a atuação intervencionista estatal em prol da classe trabalhadora.

Para compreendermos o modo de reação da classe média tradicional e a captura de suas insatisfações pelo Movimento Brasil Livre dedicamos a terceira parte da pesquisa a sua análise. Em um primeiro momento, abordamos as controvérsias relacionadas ao seu surgimento, à política de financiamento e às conexões com a rede de *think tank* da empresa *Atlas Network*.

A seguir, discutimos os métodos de atuação política e a rede de construção e legitimação de seus discursos através das redes sociais; de publicações em jornais de circulação nacional e de sites que colaboraram para construção do antipetismo e defesa da pauta política do

impeachment de Dilma Rousseff. O objetivo é testar a hipótese central de que as manifestações públicas e os discursos nas redes sociais, comprovam, por parte de tais movimentos, a incorporação e a expressão das insatisfações de setores da classe média brasileira.

O ativismo nas redes sociais do MBL é notável. O canal no *Youtube* conta com cerca de 1.408.932¹ inscritos e 1.558 vídeos e a plataforma do *Facebook* com 3,4 milhões de seguidores², os quais são “bombardeados” diariamente com postagens e vídeos. Em razão disso e com o objetivo de tornar viável a pesquisa, delimitamos o escopo da investigação empírica ao período de 2013 a 2016.

A escolha foi motivada pela tentativa de ressignificação das pautas de junho de 2013; engendrada pelo MBL e outros movimentos; pelo surgimento do próprio MBL e pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff, finalizado em 31 de agosto de 2016. Para fins de análise, levaremos em consideração a repercussão do impeachment após um mês de sua aprovação, ou seja, a análise empírica da ação política do MBL encerrou-se no dia 30 de setembro de 2016.

O método de obtenção de dados referente ao período se deu por meio do aplicativo *Netvizz*, que pode ser localizado no item de buscar da plataforma do *Facebook*. Para obter as informações por meio deste aplicativo, é preciso ter acesso ao ID da página a ser analisada, bem como o período de análise. O ID é o número de identificação que cada conta no possui no *Facebook*. Para obter o número da página do MBL, foi necessário acessar e observar a URL das postagens. Ao analisá-las, obtivemos uma sequência numérica que se repete em todas as publicações, correspondente ao número de identificação da página. Assim, ao inserir o número de identificação e o período de análise, o aplicativo fornece um arquivo no formato zip contendo as informações solicitadas. O arquivo fornecido pelo aplicativo foi extraído no *Excel*, a partir do qual obtivemos um total de 1.110 links, contendo o quantitativo de curtidas, reações e comentários.

No entanto, a maioria dos links obtidos remeteu a vídeos de curta duração, publicados pela página, o que impactou a delimitação do escopo de pesquisa e fomentou a reorganização da realização da parte empírica. Outro fator constatado foi o de que a plataforma do *Facebook* não oferece mecanismos que possibilitem o acesso às postagens iniciais, bem como que ao tentar rolar a barra para acessá-las em determinado ponto dá erro de configuração. Portanto,

1 Verificação realizada em 14 de janeiro de 2019.

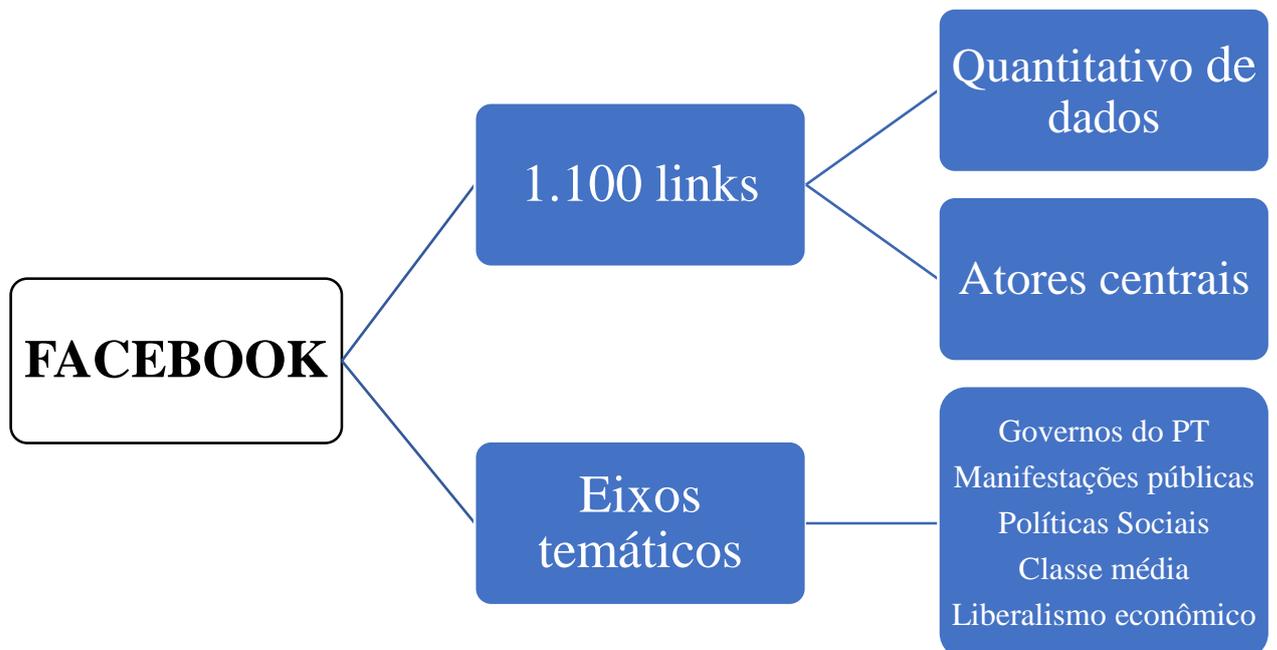
2 Verificação realizada em 21 de janeiro de 2020.

para melhor compreender os discursos e atuação do movimento foi necessário realizar pesquisas com palavras-chaves na própria página do movimento e no buscador *Google*.

Apesar das dificuldades mencionadas, obtivemos um expressivo quantitativo de dados oriundos das páginas oficiais do MBL, assim para auxiliar na organização da pesquisa e capturar as dinâmicas dos discursos e atuações do movimento, elaboramos eixos temáticos, com o objetivo de identificar as principais pautas. Além de priorizarmos os vídeos e informações produzidos pelos atores principais/figuras públicas do MBL: Kim Kataguri, Renan Santos, Fábio Ostermann e Fernando Holiday.

Os eixos temáticos foram os relacionados aos governos do PT, às políticas sociais, à classe média, ao liberalismo econômico e às manifestações públicas. Os vídeos que continham alguns desses elementos foram transcritos para melhor serem aproveitados em nossa análise e verificarmos o conteúdo disseminado pelo MBL nas redes sociais.

Quadro 01: Organização da pesquisa:



2 CLASSE MÉDIA SOB A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A reconstrução de períodos da história política do Brasil nos permite observar a constituição, o modo de atuação política e a ideologia da classe média brasileira. Em diferentes momentos ocorreram reações conservadoras em alguns de seus segmentos a governos de inclinação popular, como nas conjunturas dos anos 1950 e 1960 e, mais recentemente, durante o governo de Dilma Rousseff.

Portanto, procuramos desenvolver uma das hipóteses de investigação em relação ao comportamento político de determinados setores das classes médias em conjunturas políticas que afetam o seu modo de reprodução social, e mais especificamente, propomo-nos a investigar os possíveis elos de continuidade do udenismo original de 1945 a 1964 com os movimentos de direita atuais. Para tanto, dividimos o presente capítulo nas seguintes partes: classe média e os meios de reprodução; classe média: formação e participação política; a era populista e o comportamento político das classes médias.

Com o intuito de compreender as mobilizações, ideologias e construções políticas desse segmento, analisamos como as classes médias se mobilizam politicamente em determinadas conjunturas de avanços de direitos políticos e sociais para a classe trabalhadora. O objetivo central é compreender através da reconstrução de períodos da história política brasileira a atuação política e a relação desse segmento da classe média com o Movimento Brasil Livre.

2.1 CLASSE MÉDIA E OS MEIOS DE REPRODUÇÃO

A elaboração fechada de um conceito relacionado à classe média engessa a compreensão de sua complexidade enquanto classe. Portanto, devemos observá-la sob a perspectiva de uma composição heterogênea, resultante de seus diferentes rendimentos, relações de trabalho, ideologias e práticas políticas (CAVALCANTE, 2015a; 2015b).

A sua não homogeneidade político-ideológica se relaciona com a sua situação de trabalho. Saes (1985) alerta para o fato de que a “consciência média” não garante sua unidade política e ideológica, bem como a sua orientação política deve ser percebida a partir da análise

da conjuntura política combinada com as particularidades criadas pela “situação de trabalho” dos trabalhadores não manuais. De acordo com o autor, a “situação de trabalho” designa:

O conjunto de elementos capazes de introduzir diferenciações ideológicas no mundo dos trabalhadores não manuais: relações de trabalho (posição diante dos agentes das decisões e dos “manuais”, forma de remuneração (salário, honorários), nível de remuneração (sobretudo proximidade ou distância em relação aos salários operários) (IBIDEM, p. 20)

Outro ponto é que se a definição da classe média considerar apenas sob o viés economicista, ou seja, tratar somente dos critérios exclusivamente socioeconômicos, não se consegue capturar os seus modos de reprodução e ideologias. O *status quo*, o prestígio e o poder decorrentes da posição privilegiada que ocupam dentro da estrutura social, formulam critérios de distinção social que estão relacionados a um padrão de vida distinto da massa trabalhadora (PERNÍAS, 2018).

Além disso, a análise das classes sociais deve compreendê-las enquanto um fenômeno sociocultural, e não apenas econômico. Em razão dos capitais que estão à sua disposição e da socialização familiar, que garantem a perpetuação e reprodução de valores imateriais, como aponta Jessé de Souza (2017), a base da “nova hierarquia social moderna” consiste na disputa entre os indivíduos e as classes sociais pelo acesso aos capitais econômico, capital cultural, capital social de relações pessoais. A disputa gira em torno da monopolização desses capitais, pois isso influencia diretamente o sucesso pessoal e profissional dos indivíduos que o possuem, além de garantir a reprodução dos privilégios decorrentes do acesso a tais capitais. Na classe média, o capital cultural seria reproduzido e estimulado cotidianamente dentro de casa, tendo em vista que os filhos veem desde muito cedo seus pais lendo livros e desenvolvendo atividades que auxiliam no desenvolvimento intelectual. Dessa forma, são estimulados a desenvolver os mesmos hábitos como os: da leitura, do estudo e das atividades que estimulam o desenvolvimento da criatividade, garantindo o desenvolvimento do intelecto de seus filhos, o que posteriormente refletirá em maiores chances de sucesso no mercado de trabalho em função do tempo e acesso ao estudo (SOUZA, 2017).

O acesso histórico a espaços privilegiados e a incorporação do capital cultural provocam e estimulam o ideal meritocrático. Em razão do esforço do indivíduo para assimilar e incorporar o conhecimento, desde muito cedo, esse tipo de comportamento foi considerado como algo inato e interno à sua personalidade. Ao acreditar que é uma característica indissociável do seu

ser, não consegue perceber que a possibilidade de estudar e ter contato com diversas fontes do saber, faz com que o seu ponto de partida seja muito diferente de um indivíduo da mesma idade que nasceu em uma das favelas do Rio de Janeiro, por exemplo. Assim, a reprodução da ideologia meritocrática engloba a hierarquização do trabalho e as posições pessoais conquistadas pelo esforço e talentos individuais:

Nas pesquisas empíricas que conduzi sobre as classes sociais no Brasil, o aspecto que mais chamou atenção foi a diferença de ponto de partida de cada uma delas. É que o capital cultural, como símbolo de conhecimento útil e incorporado pelos sujeitos, possui uma série de pressupostos. Alguns desses pressupostos são visíveis, mas a maioria é desenvolvida de modo invisível e pré-refletido desde tenra infância. É um privilégio muito visível que a classe média possui capital econômico suficiente para comprar o tempo livre de seus filhos só para o estudo. Os filhos das classes populares precisam conciliar estudo e trabalho desde a primeira adolescência, geralmente a partir de 11 ou 12 anos (SOUZA, 2017, p. 96).

No entanto, o enraizamento da meritocracia na classe média, além da incorporação do capital cultural, é anteriormente perpassado pelos mecanismos de reprodução da hierarquização social do trabalho. A divisão do trabalho entre “manual e não-manual” estabelece o critério de diferenciação entre os trabalhadores, em decorrência do trabalho que desempenham. Tal fragmentação contribui para o não reconhecimento das semelhanças entre si dentro da organização social da produção, resultando na consolidação dos mecanismos de reprodução de dominação exercidos pela classe dominante e o Estado capitalista (SAES, 1985).

Com a divisão do trabalho nasce a ideia de hierarquização do trabalho em decorrência da função que desempenhada, o que acaba sendo impulsionada pela sociedade capitalista e a idealização dos dons e méritos: “a posse de uma capacidade inata mais a aquisição de novas capacidades através da escolaridade estariam na origem do estabelecimento de uma hierarquia de prestígio social” (SAES, 1985, p. 11). A criação da diferenciação social baseada na divisão do trabalho em manual e não-manual, se conecta com a capacidade intelectual obtida pelo indivíduo para desenvolvê-lo, assim quanto mais esforço foi despendido maior será o mérito e o prestígio social obtido.

A fragmentação do trabalho e a sua hierarquização são resultados da emergência da sociedade capitalista, que produz e reproduz a estratificação social e o ideal de dons e méritos, decorrentes do aprofundamento dos antagonismos entre as classes. Assim, o período de industrialização e ampliação dos serviços urbanos no Brasil, bem como a expansão da estratificação social evidencia o seu modo de atuação e dominação dos “grupos médios”, ou

seja, a classe média, com seus trabalhadores de escritório, profissionais liberais, funcionários da administração pública ou privada, uma fração dos trabalhadores do comércio, os empregados do banco, dentre outros, dedicados ao desenvolvimento do trabalho não-manual e com uma “[...] ‘consciência média’, distinta da consciência operária” (SAES, 1985, p. 12).

A consciência não operária desses trabalhadores possibilita o estabelecimento de alianças políticas com a classe operária, mas não equivale, em nenhum caso, à integração entre as classes. Portanto, mesmo que alianças possam ser construídas, as orientações políticas da classe média atuaram de modo a manter os critérios de diferenciação entre os trabalhadores manuais e não manuais (SAES, 1985).

No Brasil, em razão da sua constituição como colônia de Portugal e do capitalismo periférico houve um aprofundamento da fragmentação do trabalho. Até meados do século XIX, a população negra vivia sob a exploração do trabalho escravo e realizava o trabalho manual. Com a abolição da escravatura, os negros foram inseridos dentro da lógica capitalista de desenvolvimento social (SOUZA, 2017). Sem poder contar com qualquer auxílio que proporcionasse uma qualificação que preparassem os ex-escravos para o mercado de trabalho, acabaram por ter de carregar o estigma do “trabalhador manual desqualificado”. Assim, temos a constituição histórica da “ralé brasileira” (SOUZA, 2017), formada por negros recém-libertos, mulatos e mestiços que por não possuírem condições de competir por melhores posições acabaram sendo marginalizados na sociedade brasileira:

O negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como “tração muscular” em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado - que mesmo os brancos pobres evitavam -, é exigido dele agora que se torne um trabalhador orgulhoso de seu trabalho. O mesmo trabalho que pouco antes era o símbolo de sua desumanidade e condição inferior (SOUZA, 2017, p. 77).

O desenvolvimento do capitalismo envolto na lógica do trabalho escravo no Brasil proporcionou à classe dominante e à classe média “uma profunda ambivalência em relação ao trabalhador” (SINGER, 2012, p. 205). O trabalho é visto como essencial para a acumulação do capital, no entanto, deixa de ser visto enquanto ser humano e passa a ser percebido como “instrumento de trabalho” (IBIDEM, 2012).

A absorção da ideologia da valorização do trabalho ocorre justamente em razão das posições ocupadas historicamente no mundo do trabalho. A reprodução da ideologia meritocrática atua de modo a justificar e naturalizar esses espaços como resultantes do empenho

e méritos individuais, combinada com o sentimento de superioridade por quem desenvolve o trabalho não-manual (CAVALCANTE, 2015a).

O modo como ocorreu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil resultou na marginalização de parte da classe trabalhadora, fator que contribuiu para que se tornasse uma força de trabalho barata à disposição da burguesia e da classe média. Assim, ao ocupar posições precárias no mercado do trabalho, são utilizados para sustentar as mordomias das classes que exploram a sua mão-de-obra (CAVALCANTE, 2018).

A valorização do trabalho não manual, relacionada com os méritos e dons individuais resulta na ideia de desqualificação do trabalho manual. As diferenças sociais são percebidas a partir dos méritos individuais, que agem para legitimar os privilégios e diferenças sociais. Como salienta Boito Jr. (2016, p. 7): “É uma ideologia que apresenta uma visão deformada da desigualdade social e deformada de tal maneira que justifica vantagens salariais e sociais dos trabalhadores de classe média”.

Ao transpor os ideais que perpassam a classe média brasileira para um cenário mais recente, começam a se delinear os impactos sentidos por determinados segmentos desta camada social após a implementação das políticas econômica e social dos governos Lula e Dilma, que causaram rupturas em seu modo de reprodução social. Como possuem mecanismos que visam retificar as vantagens econômicas, sociais e prestígio, os efeitos das políticas sociais (Bolsa Família, Cotas) secundarizam a ideologia meritocrática e isso causa insatisfações nas classes médias em relação as agendas governamentais (CAVALCANTE, 2015a).

Entre as insatisfações das classes médias decorrentes das políticas econômica e social, cabe ressaltar o medo histórico da proletarização e de equiparação social com a classe trabalhadora. A elevação da renda dos estratos inferiores, constada a partir do índice Gini³, no governo de Lula, caiu de 0,58, em 2002, para 0,53, em 2010. Nesse período a renda dos 10% mais pobres cresceu 456% mais do que os a dos 10% mais ricos (POCHMANN apud SINGER, 2012), comprovando a diminuição da desigualdade de renda após a implementação das mudanças econômicas e programas sociais desenvolvidos no período (IBIDEM).

A elevação da renda das camadas populares alterou o seu modo de consumo, ao proporcionar e ampliar o acesso a outros bens e materiais. Ao começar a frequentar espaços que

³ Utilizado para medir o grau de concentração de renda de um determinado grupo, apontando as diferenças de renda entre os mais ricos e dos mais pobres, desenvolvido pelo estatístico Corrado Gini (IPEA, 2004).

anteriormente somente eram reservados à classe média e à burguesia, como os aeroportos, houve a redução de um dos critérios de diferenciação social, até então de acesso exclusivo da classe média tradicional, motivando a sua reação negativa ao governo (SINGER, 2012). Tal indignação pode ser percebida em uma passagem de Luiz F. Pondé publicada na Folha de São Paulo:

Estou a 25 mil pés de altitude, voando num desses turbo hélices. Adoro o som da hélice. Lá embaixo, paisagens distantes. Gosto de voar. Comecei a voar com um ano de idade, quando meu pai, então um jovem capitão médico da aeronáutica, me levava para voar em aviões da FAB. Entretanto, detesto aeroportos e classes sociais recém-chegadas a aeroportos, com sua alegria de praças de alimentação. Viajar, hoje em dia, é quase sempre como ser obrigado a frequentar um churrasco na laje (PONDÉ, 2010 *apud* CAVALCANTE, 2015, p. 14).

Os impactos econômicos e ideológicos decorrentes das políticas redistributivas e econômicas despertam em segmentos da classe média o medo da proletarização. Ao diminuir os critérios de diferenciação social com as camadas populares, bem como proporcionar o acesso a serviços até então exclusivos da classe média motivaram reações contrárias ao governo, pois impactam negativamente em suas ideologias e condições de reprodução social.

Portanto, o receio da proletarização, a perda de serviços exclusivos e de posições de poder de destaque no mundo do trabalho, resultante de uma política estatal considerada intervencionista e em prol da classe trabalhadora (trabalhadores manuais), motiva a adesão de determinados setores da classe média a políticas conservadoras, ou que busquem manter o *status quo*, ou seja, o estado de desigualdade social. Um exemplo do conflito de interesses existente entre a elevação das condições de vida da classe trabalhadora e a manutenção dos padrões de vida das classes médias engloba a diminuição de oferta de mão de obra doméstica:

A diminuição de oferta de mão de obra doméstica, em parte porque aumentou o número de postos de trabalho não domésticos e também porque o Bolsa Família cria um piso de remuneração, tem obrigado as famílias da classe média tradicional a perder hábitos oriundos da dualidade típica desse capitalismo escravagista (SINGER, 2012, p. 206).

Assim, determinados setores da classe média dentro da hierarquia social, ao sentirem-se ameaçados pelas mudanças econômicas e sociais que favorecem os trabalhadores manuais, passam a reagir negativamente em relação ao governo, bem como a buscar mecanismos que a

auxiliem na retomada de seu espaço perdido. Partindo deste ponto, retornaremos a marcos relevantes da histórica política brasileira, para que se possa compreender e visualizar os mecanismos ideológicos que perpassam a atuação política desses segmentos.

2.2 CLASSE MÉDIA: FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A reconstrução das ideologias e dos modos de reprodução de determinados setores da classe média enquanto classe inserida na lógica do sistema capitalista, requer a análise de determinados períodos históricos políticos para auxiliar na compreensão de seu comportamento/reação. Como salienta Saes (1985, p. 15): “[...] as manifestações desta ‘consciência média’ não são totalmente claras: é preciso procurá-las através da ‘leitura’ de certas manifestações políticas dos grupos médios em diferentes momentos da história política”.

Através do exame da história da formação política do Brasil, procuramos traçar pontos de convergência na atuação política de setores da classe média. Esses pontos buscam demonstrar a historicidade de seus comportamentos políticos e nos permitem observar, que as diferentes etapas do processo político republicano e do desenvolvimento do capitalismo só se tornam compreensíveis a partir da análise dos conflitos de classe.

Durante a República Velha (1889-1930), o sistema político é dominado pelas oligarquias rurais e grupos cafeeiros de diversas regiões do país, em razão da supremacia econômica baseada na produção do café. O processo de industrialização nacional transcorreu da necessidade da criação de infraestruturas urbanas que atendessem as demandas dessa produção, o que permitiu a ampliação e criação de serviços bancários, portuários, estradas para facilitar o transporte dos produtos, o aumento da oferta de empregos urbanos e o desenvolvimento do comércio urbano (DULCI, 1986).

Em 1891, ocorreu a promulgação da Constituição Federal, momento em que foi sancionada a mudança para o sistema republicano de governo, que estruturou as instituições públicas e do Estado. Apesar disso a alteração do: “sistema político imperial para o sistema político oligárquico corresponde a uma mudança política efetiva ao nível de classe dominante agrária” (SAES, 1985, p. 32).

As oligarquias rurais e os produtores do café exerceram sua força hegemônica até meados dos anos 1920. Na incipiente democracia, figurava a hegemonia política e econômica

da burguesia cafeeira, na qual a burguesia agrícola e a burguesia industrial operam em conjunto, ficando a primeira com o excedente da produção agrícola, que auxiliava na manutenção do setor cafeeiro e dos assalariados (DULCI, 1986).

Em decorrência do novo texto constitucional de 1891, houve a limitação da participação do proletariado rural e da classe trabalhadora no jogo político. Grande parte desses contingentes era formada por estrangeiros e por analfabetos, que tiveram seu direito ao sufrágio universal tolhido. Além disso, as votações eleitorais não eram secretas, ficando as massas rurais sob o domínio político dos grandes proprietários (SAES, 1985).

A democracia se mostrou elitista e limitada, pois excluía as massas rurais, mas: “seu caráter ‘democrático’” exercia uma atração sobre uma pequena parte das populações urbanas e a impelia à participação do jogo político proposto e delimitado pela classe agrária dominante” (SAES, 1985, p. 33). A estruturação dos centros urbanos ocorreu conjuntamente com o próprio desenvolvimento do Estado, assim os interesses dos grandes proprietários de terra e produtores de cafés inseridos no sistema político oligárquico aprimoraram sua dominação sobre as demais classes sociais.

O processo histórico de formação da classe média se relaciona com a formação do Estado brasileiro, bem com a expansão econômica, já que a necessidade de atender as demandas do mercado agroexportador provocam o surgimento de um grande corpo burocrático civil/militar. A sua origem social pode ser observada a partir desses dois aspectos, em que a concentração na região Centro-Sul dos produtores do café fez com que boa parte das antigas famílias proprietários de terra passassem a vir para a cidade em busca de melhorias econômicas, e a expansão da produção cafeeira requisitou a formação de um aparelho urbano de serviços anexo ao setor agrário-exportador (SAES, 1985). Como aponta Souza:

São Paulo e, com menos profundidade, o Rio de Janeiro vão ser as cidades que irão servir de berço para as novas classes sociais que se criam já a partir da industrialização incipiente do início do século XX: uma classe trabalhadora urbana e industrial e a classe média *white collar*, dos serviços administrativos do mercado, comércio e das finanças, acrescida da classe média dos serviços estatais que também se avoluma nesse período, são a novidade social, econômica e política do Brasil que se moderniza, se urbaniza e se industrializa (SOUZA, 2017, p. 109).

Com o desenvolvimento industrial e econômico do país, parte da população rural também passou a viver nas cidades, e conseqüentemente a ocupar as novas funções no mercado de trabalho. No entanto, o processo de integração dos antigos proprietários de terra e da classe

dominante agrária ocorreu de forma diversa das massas rurais: “Aos ‘aristocratas empobrecidos’ a estrutura econômica reservou os melhores cargos da burocracia de Estado, às profissões liberais, os postos de direção da administração privada” (SAES, 1985, p. 43).

Com isso, os laços familiares, sociais e éticos existentes entre os antigos proprietários de terra e a classe dominante agrária, bem como o conjunto homogêneo de valores enraizados em ambos, resultaram em seu apadrinhamento pela oligarquia. O desdobramento dessa aproximação foi a integração ao mercado de trabalho não-manual urbano, que envolvia cargos no: poder judiciário, na administração pública e privada e a atuação como profissional liberal (SAES, 1985).

A absorção político-ideológica da classe média tradicional pela oligarquia rural teve como plano de fundo as relações estabelecidas econômica e profissionalmente. Saes (1985) aponta que além das trocas de serviços econômicos, por apoio político, as proximidades de princípios e ideologias reforçados pelos laços de amizade, sociais e éticos, criaram relações de lealdade e proteção, que contribuíram para a absorção ideológica e política dessa camada.

As camadas médias atuavam como defensores do liberalismo oligárquico, que consistia na restrição de participação no processo decisório às massas populares e no entendimento de que somente os homens capacitados poderiam atuar frente as instituições democráticas. A efetivação dos ideais liberais permanecia resguardada no texto constitucional de 1891, ao restringir a participação política das massas, bem como o antimilitarismo vigente na Primeira República:

Esse liberalismo antidemocrático e antipopular satisfazia simultaneamente a todas as dimensões da “consciência média tradicional”: tendência pró-oligárquica, consciência profissional liberal, educação humanista. O liberalismo oligárquico estava particularmente relacionado com a visão de mundo dos profissionais liberais; a liberdade do mercado e a concorrência lhes pareciam ser as condições intrínsecas para a preservação de sua dignidade profissional, e esta visão traduzia o temor da proletarianização implícito na submissão ao salariedade (SAES, 1985, p. 50).

Sob o slogan: “o Brasil é um país essencialmente agrícola”, não buscavam atender as demandas das classes populares e da burguesia industrial, não dispunham de apoio dessas categorias sociais. A incorporação da classe média tradicional ao liberalismo oligárquico decorreu de suas predisposições ao sistema político oligárquico, combinado com as relações de lealdade, origem social e situação no mundo do trabalho (SAES, 1985).

Além disso, o apoio da classe média tradicional aos ideais liberais foi perpassado pela vontade de exercer a prática política, naquela época vista como sinônimo de prestígio, privilégio social, dedicados aos homens cultos: “cuja responsabilidade na gestão da sociedade seria fundada em sua superioridade diante das massas ignorantes e incapazes” (SAES, 1985, p. 60). A sua adesão demonstra a complexidade ideológica de seus ideais ligados aos interesses das classes dominantes, e também às aspirações políticas da classe média, deixando de ser apenas uma criação das oligarquias.

Portanto, a coalizão de interesses entre a classe média tradicional seja com a oligarquia dominante ou dissidente justifica-se através do liberalismo oligárquico. A primeira busca a distinção social através do acesso à política, garantindo o afastamento de qualquer aproximação com as camadas populares, bem como reforçando os critérios de diferenciação social. Já para as oligarquias representava o monopólio dos instrumentos de expansão da política econômica.

Como vimos anteriormente, as possibilidades resultantes da expansão da economia cafeeira atraíram a vinda para os grandes centros dos trabalhadores rurais, nacionais e estrangeiros em busca de melhores condições de vida, no entanto foram recebidos de forma diversa ao das camadas médias tradicionais. As condições socioculturais não possibilitaram o acesso das massas rurais ao trabalho burocrático do Estado, restando a estas o trabalho operário e as modalidades menos prestigiosas do “trabalho não-manual” - empregados de bancos, os pequenos funcionários do Estado, empregados de escritórios (SAES, 1985).

Ao desempenhar serviços considerados de menor relevância social passam a se constituir longe da influência oligárquica, fator que contribuiu para que não fossem absorvidas pela dominação oligárquica. Esse distanciamento viabilizou certa autonomia política e ideológica, bem como foi nesse meio que se instalou o primeiro embrião de orientação política antioligárquica.

A maneira como ocorre a integração de segmentos da classe média, principalmente o setor tradicional ao mundo do trabalho, contém elementos que demonstram a sua busca por critérios de diferenciação social em relação às demais classes sociais. A aderência ao liberalismo oligárquico combinado com a valorização social dos cargos na administração pública e privada, profissões liberais e com remuneração satisfatória expõem a necessidade de obter prestígio social a partir do lugar que ocupam na sociedade.

Retornando à análise da atuação política ao longo da formação do Brasil, observamos que, em 1929, a oposição contra a hegemonia política oligárquica passou a organizar-se em torno da Aliança Liberal, sendo composta pelas facções oligárquicas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, bem como pelos tenentes. Apesar de haver algumas posições heterogêneas relacionadas à política nacional e às mudanças sociais necessárias para o país, o ponto de convergência entre os grupos ficou a cargo das reivindicações em relação ao voto secreto e a observância da probidade administrativa e da moralidade política na administração pública do Estado (DULCI, 1986).

No entanto, a Aliança Liberal revelou-se um movimento originariamente político oligárquico. Com o intuito de conquistar a hegemonia política, obteve o apoio da classe média tradicional por compartilhar dos ideais do liberalismo oligárquico e ao se apresentar como a melhor opção para a real efetivação dos princípios liberais (SAES, 1985).

Já os tenentes, acreditando agir em nome do povo, se intitulavam como promovedores da salvação do país. O combate à oligarquia dominante era em nome da regeneração da política e construção de um Estado nacional e centralizado, pois esta não observava os princípios da representação e da justiça (DULCI, 1986).

A política econômica adotada pelo governo oligárquico de socialização das perdas provocou um sentimento de revolta nas populações urbanas. A superprodução do café e a postura em manter o seu preço no mercado internacional resultaram na inflação interna e no aumento nos valores dos produtos importados e manufaturados. Com isso, o candidato oposicionista Getúlio Vargas conseguiu atrair o apoio das populações urbanas, e também da classe média tradicional:

A campanha eleitoral de Vargas deu às camadas médias tradicionais a oportunidade de reviver os melhores momentos da luta pela “regeneração democrática”; testemunho disso é a acolhida reservada ao candidato da Aliança Liberal pela opinião pública de São Paulo (SAES, 1985, p. 81).

Cabe ressaltar que a política de socialização das perdas impactou em todas as camadas sociais. No entanto, o contexto econômico da oscilação de preços de mercadorias e a transição do capitalismo agrário para o capitalismo industrial não impactou diretamente no consumo de bens e serviços da classe média tradicional em razão de seu nível salarial. Logo, mantiveram seu apoio político à oligarquia (SAES, 1985).

Chegada à revolução de 1930, a hegemonia política das oligarquias rurais restou frustrada. Surgiram as condições institucionais para a implantação de um processo de industrialização nacional e ao Estado condições institucionais para a execução de uma nova atuação. Apesar da composição heterogênea do movimento oposicionista, as demandas do tenentismo nacionalista (Estado nacional e centralizado) foram atendidas, bem como as das oligarquias dissidentes tiveram acesso ao bloco no poder em formação:

O Estado pós-oligárquico se define, conseqüentemente, como um “Estado de compromisso”, a expressão caracteriza a complexidade do bloco político dominante numa conjuntura de transição periférica para o capitalismo industrial. A revolução de trinta quebrou o monopólio oligárquico do poder político, mas não representou a conquista da hegemonia política pela burguesia industrial nascente. O Estado pós-oligárquico corresponde antes a uma composição política que relaciona as “categorias sociais” de Estado inicialmente os tenentes, depois a burocracia e as forças armadas, as oligarquias e a burguesia industrial nascente (SAES, 1985, p. 84).

Entretanto, com a mudança do cenário político, nenhum dos grupos participantes do poder, até então, conseguiu se manter como força hegemônica ou até mesmo oferecer as bases de legitimidade ao Estado pós-oligárquico. Por conseguinte, as massas populares urbanas formadas por operários, trabalhadores do aparelho urbano de serviços, começaram a ingressar no cenário político brasileiro compondo a base social de apoio estatal (SAES, 1985).

No período da hegemonia das oligarquias rurais, as massas populares se encontravam distantes de qualquer possibilidade de real participação. Nos períodos da ditadura de Getúlio Vargas e etapa democrática de 1945-1964 a sua participação ocorreu condicionada à tutela de representantes de alguns dentre os grupos dominantes. A ascensão dependeria das novas condições especificamente políticas criadas com a crise oligárquica e, fundamentalmente, da incapacidade manifestada por todas as forças sociais que compunham a Aliança Liberal de estabelecer de maneira sólida as bases de uma nova estrutura de Estado (WEFFORT, 2003).

Portanto, novos agentes sociais, até então ignorados na vigência da oligarquia, foram incorporados ao cenário político. A baixa classe média⁴ e o operariado obtiveram maior espaço após a implantação do plano de industrialização nacional, pois passam a ser vistos como

4 Termo usado por Décio Saes para referir-se à posição nas relações de trabalho ocupada pelos: “pequenos funcionários públicos ou dos empregados de banco e de escritório. [...] é exatamente nesse pequeno mundo de ‘trabalhadores não-manuais’ de prestígio reduzido e qualificação modesta [...]” (1985, p. 62).

potenciais consumidores ou produtores, resultando na sua integração à economia nacional e consequentemente à política (DULCI, 1986).

As movimentações políticas entre 1930 a 1934 demonstram a hegemonia exercida pelos grupos políticos regionais, principalmente sobre as massas rurais, pois contavam com o apoio da alta cúpula militar. No ano de 1931, forças externas ao governo provisório - Partido Democrático de São Paulo, jornais, associações e forças estaduais - pressionavam pela retirada dos tenentes do governo, por causa de sua atuação enquanto força nacionalista. Além disso, os parlamentares, partidos políticos reivindicavam a elaboração de uma nova constituição federal (DULCI, 1986).

Com a intensificação da oposição em 1932, em julho na cidade de São Paulo explodiu a Revolução Constitucionalista, por iniciativa da Frente Única Paulista (PD e PRP) e de militares dissidentes em busca de frear a redemocratização do Estado, e pela volta do domínio oligárquico. A revolução durou três meses e resultou no declínio das forças dos tenentes.

Cabe salientarmos a atuação dos tenentes durante a revolução de 1930, figuras do funcionalismo estatal militar, sua ação é orientada pelas exigências do sistema burocrático, no caso: cadeia hierárquica, legislações decorrentes da profissão e do próprio Estado. No entanto, esses funcionários pertencentes à classe média, que é detentora de seus próprios interesses e ideologias, em determinados momentos, podem se opor aos interesses das classes dominantes:

[...] a) as demandas corporativas da classe média podem chocar-se com interesses econômicos da classe burguesa ou da fração burguesa hegemônica no bloco no poder num determinado período e b) a determinação de classe na ação dos agentes do Estado pode levá-los a estabelecer objetivos políticos que destoem dos objetivos da fração burguesa hegemônica no bloco no poder (BOITO JR., 2016, p. 2).

A sua atuação política orientada pela pauta do desenvolvimento e afirmação do Estado nacional no período acabou com a hegemonia da grande burguesia agromercantil. Apesar dos valores e rigidez das instituições militares, os tenentes se rebelaram contra os seus superiores hierárquicos na situação de crise são elementos que denotam: “[...] demandas da classe prevaleceram sobre a burocrática, [...] Agiram como uma espécie de ‘partido da classe média’, representando a classe à qual pertenciam, não de maneira organizada, mas, pelo alto” (BOITO JR., 2016, p. 2).

As tensões no cenário político se acalmaram quando o governo provisório instituiu a Assembleia Constituinte, composta basicamente pela oligarquia. A nova Constituição Federal

foi promulgação em 1934, e logo após, realizada as eleições presidenciais através de pleito indireto, em que Getúlio Vargas foi eleito como Presidente da República.

Os impactos decorrentes da revolução de 30 resultaram no fim do sistema político oligárquico, proporcionando as condições de um novo sistema de articulação e participação das classes sociais. Relembrando, as oligarquias rurais dissidentes incorporaram as classes médias tradicionais, que atuavam como aliadas políticas. A classe trabalhadora não integrada ao sistema político, sentiu os impactos da crise do capitalismo agromercantil através da socialização das perdas econômicas praticada pela oligarquia dominante.

No entanto, as forças atuantes na revolução e incorporadas ao Estado não conseguiram aglutinar as insatisfações e demandas das classes sociais em torno de um projeto político definido. Com isso, os tenentes, ao longo do período, viram declinar sua influência, e no ano de 1935 praticamente se dissolveram como força social e com o fechamento do Clube 3 de Outubro que os congregava. Já a normalização da situação política do país acomodou as disputas das velhas e novas oligarquias no poder. Cabe agora destacar a presença de forças políticas e sociais que em momento posterior compuseram a UDN.

2.2.1 A era populista

A revolução de 1930 trouxe consigo mudanças nas estruturas e práticas econômicas do Estado brasileiro. Ao romper com a hegemonia política oligárquica, passou a integrar as demais camadas sociais ao jogo político, logo, analisaremos as formas e os desdobramentos dessa integração social.

Os impactos da crise do capitalismo internacional em 1929 e em território nacional a Revolução de 1930 ocasionaram mudanças econômicas que contribuíram para o surgimento do Estado Populista (1930/1964). Com o colapso da economia brasileira, que até então baseada no modelo agroexportador e dominada pela política oligárquica, foram desenvolvidos projetos alternativos para retomar a estabilidade econômica.

Saes (1985) salienta o fato de que o populismo pode ser encarado como uma política de Estado, na qual este atua como mediador. Ao integrar novas camadas sociais à base social de apoio, passou a desenvolver o plano de industrialização, bem como a balizar as relações das:

“categorias sociais” de Estado, das relações políticas entre a antiga e a nova classe dominante (SAES, 1985, p. 87).

Dessa forma, o populismo pode ser observado para além da relação líder/ massa, caracterizando-se como uma ideologia de Estado. No contexto histórico das insatisfações da situação social, as baixas classes médias foram absorvidas pelo movimento nacionalista dos tenentes. O uso de discurso baseado nos pilares de um Estado nacional, antioligárquico e centralizado, atendendo as insatisfações destas camadas, demonstra que as raízes do populismo se encontram no discurso ideológico do movimento tenentista:

A rigor, o populismo caracteriza-se como a ideologia das camadas médias já desembaraçadas da ascendência social das oligarquias, e politicamente representadas pelo tenentismo nacionalista (uma “categoria social” ao mesmo tempo inserida no aparelho de Estado e filiada às camadas médias urbanas), ao longo da transição capitalista periférica; todavia, o caráter embrionário das novas relações de classe permite que o populismo penetre a classe operária em constituição, e que se torne a sua essencial expressão. É através da ação do tenentismo revolucionário que a ideologia populista ganha acesso ao Estado [...] (SAES, 1985, p. 93).

O Estado passou a desenvolver uma política intervencionista, industrializante e de integração operária, bem como reforça as estruturas do Estado nacional (SAES, 1985). Como a economia brasileira era baseada no modelo agroexportador que estava em declínio, surgia então, a necessidade de substituir as importações. A impossibilidade de atender as demandas produtos manufaturados, combinada com a ideologia da modernização e da integração nacional dos tenentes, resultaram em um projeto que propunha a industrialização nacional (DULCI, 1986).

As mudanças no plano econômico impactaram na hegemonia que as oligarquias agrárias possuíam. Apesar de apresentar resistências, passam a compartilhar de sua hegemonia com a burguesia industrial em ascensão, bem como a aceitar militares e tecnoburocratas na composição da administração do Estado. O período populista resultou na coalizão dentre estas camadas sociais dominantes, pois nenhuma delas conseguiria impor sua hegemonia sobre as demais (DULCI, 1986).

Para Saes (1985, p. 101), a conjuntura dos períodos considerados populistas, os quais nenhuma classe consegue se impor como dominante dentro do bloco do poder caracteriza “o sistema político populista como articulação do jogo político típica de uma etapa de transição” Em decorrência disso o Estado consegue exercer plenamente a sua soberania, bem como implementar um plano de desenvolvimento industrial e de integração operária.

A conceituação sobre o que de fato é o populismo não é tarefa simples. Dulci ressalta a falta de uma tradição compartilhada e a necessidade de que a análise dos movimentos populistas englobe o contexto dos momentos históricos em que surgem, para que assim, de forma genérica, seja possível traçar algumas características:

a) o contexto histórico que os engendra corresponde a uma fase de mudança profunda, percebida por muitos como choque entre estruturas desiguais, tipicamente estruturas “velhas” e “novas” de uma sociedade, face aos rumos do desenvolvimento econômico e seus efeitos sócio-políticos; b) o populismo representaria uma resposta a esse processo, uma fórmula de recomposição social, através de um arranjo entre os requisitos da mudança e as instituições e valores tradicionais do “povo”, assim como as peculiaridades da “nação”; esta síntese, presente em graus variáveis em todos os casos históricos de populismo, revela sua dupla face [...]; c) o arranjo apontado se expressa por alianças ou pactos de grupos sociais em torno da condução do processo de mudanças; o populismo é essencialmente *coligacional*, dentro ou fora; por isso, contém uma tendência nítida à diluição das fronteiras entre os diversos grupos componentes; obscurecem-se as linhas de demarcação das classes sociais, na medida em que se privilegia as categorias ‘povo’ e ‘nação’, símbolos de unidade; d) o desenvolvimento pressupõe algum tipo de centralização política, de expansão da ordem pública, de integração das comunidades à esfera do Estado Nacional; o populismo significa igualmente uma resposta a essa tendência, buscando orientá-la de acordo com os interesses do “povo”, seja pelo controle ou minimização da autoridade central, seja pelo seu favorecimento, conforme o caso particular; e) a idéia-chave, o valor fundamental, é o povo; a vontade popular, sua manifestação política, a relação imediata entre a liderança e o povo, dão o cunho simbólico peculiar ao populismo, como o indica o próprio nome; o “povo” é concebido como o conjunto de pessoas despossuídas, mas encarado na prática como a massa mobilizada pelo movimento; f) “povo” e “nação” são frequentemente identificados; por um lado, tal identificação visa a fundamentar a integração nacional, a construir um consenso que dê visibilidade ao pacto; por outro, implica transferir os conflitos internos para a órbita externa; daí a natureza negativa do populismo, seu estilo *anti* (anti-colonialista, anti-imperialista, anticapitalista, anti-oligárquico, conforme o caso); a solidariedade interna exige a fixação de algum alvo externo que a mantenha viva; o populismo, em qualquer lugar, tende a utilizar uma visão conspiratória dos acontecimentos (DULCI, 1986, p. 21).

Portanto, a análise do populismo requer a observação enquanto uma política a ser implementada pelo Estado soberano que, para o seu pleno desenvolvimento, necessita de algumas características apontadas acima por Dulci (1986), tais como: contexto histórico de mudança, aliança entre grupos sociais, centralização política, relação do povo com a manifestação política.

Em determinada conjuntura que o povo clama por mudanças profundas, o Estado passa a ser visto como o seu promovedor. Ao desenvolver políticas sociais e econômicas, ou seja, atuar de forma intervencionista, em buscar de atender as demandas de uma classe ou outra, passa a agir como mediador dos conflitos de classes. Essa ação dupla de mediador e responsável pelos rumos do desenvolvimento nacional, faz com que sua base de apoio se torne instável.

Podemos observar esse último ponto na luta entre os grupos agrário-exportadores e a burguesia industrial pelo controle da política de desenvolvimento:

Essa constituiu a primeira fonte de tensão interna a ameaçar de um modo permanente o populismo: “o compromisso político” entre o conjunto das oligarquias e a burguesia industrial [...]. Essa luta desenrolou-se frequentemente no interior do próprio Estado populista, na medida em que a ação política dos grupos de pressão agromercantis tinha como lugar privilegiado o Congresso (SAES, 1985, p. 100).

As consequências da instabilidade das bases políticas do populismo geram rupturas e afastamentos, como veremos posteriormente. A integração política das camadas populares ao sistema através da política industrializante e do sindicalismo, provoca reações em determinados setores sociais por considerarem à atuação estatal intervencionista. Assim, a seguir passamos a analisar a expressão dessas reações de determinados setores da classe média brasileira ocorrido durante a vigência de governos considerados populistas.

2.2.2 Comportamento político das classes médias tradicionais

Apesar de o objetivo central da revolução de 1930 visar acabar com o poder das oligarquias rurais, estas continuaram exercendo seu poder econômico e influência local. A classe média tradicional constituída pelo “liberalismo elitista e antipopular” não consegue romper com os seus laços de dependência. Assim, a política do Estado populista de proporcionar cidadania ao incorporar o povo ao cenário político é vista como de retirada do seu privilégio, no caso, o direito exclusivo à política:

[...] o Estado populista, ao conceder a cidadania ao “povo”, retirou às “elites” o privilégio exclusivo da política. Contudo, é preciso recordar que o profissional liberal constitui o tipo social mais expressivo das camadas médias tradicionais: e que sua “situação de trabalho” cria disposições ideológicas que estão longe de serem compatíveis com o intervencionismo social e econômico do Estado populista. Assim, o antipopulismo é a definição política essencial das camadas médias tradicionais a partir da revolução de trinta (SAES, 1985, p. 107).

A construção do antipopulismo desse segmento se inicia em 1930. O clima que antecedeu as eleições presidenciais previstas para ocorrer em 1938, era de ameaça constante de um possível golpe de Estado. O governo provisório consegue desarticular as possíveis

candidaturas ao cargo, e ao mandar fechar o Congresso e as assembleias estaduais, Getúlio Vargas instituiu um novo regime, o Estado Novo (DULCI, 1986).

A política econômica adotada propunha o crescimento e o desenvolvimento do país através de uma política industrializante, alterações que impactaram diretamente nas bases de apoio do regime. Os impactos da crise internacionais do capitalismo e as guerras mundiais auxiliaram na expansão do projeto de industrialização nacional (DULCI, 1986).

Diferentemente do modelo econômico adotado durante a República Velha, o modelo agroexportador entrou em declínio, enquanto a industrialização e a exportação entravam em uma crescente. Porquanto a burguesia industrial foi a principal beneficiária da política de desenvolvimento, contrapondo a queda dos lucros da agricultura de exportação, as classes médias também sentiram os impactos das transformações econômicas:

Não obstante os mecanismos de cooptação representados pela expansão dos empregos públicos e pela inserção de setores ocupacionais médios na estrutura sindical corporativista, a insatisfação dessas camadas manifestou-se de maneira crescente com a evolução do regime. [...] a marcha de guerra veio a afetar sensivelmente o nível de vida material dos setores médios. Estes, que se haviam beneficiado com o *boom* industrial dos anos 30, vêem declinar com a guerra o ritmo da produção manufatureira (DULCI, 1986, p. 67).

No entanto, a evolução do regime e os impactos da conjuntura internacional no país ocasionaram prejuízos no consumo de produtos manufaturados pela classe média, pois ocorreram aumentos acentuados dos preços, enquanto o abastecimento de muitos produtos se tornou precário. Tudo isso combinado com o crescente medo da proletarização em razão das políticas trabalhistas, fez com que setores da classe média gradativamente passassem a se opor ao novo regime governamental.

Os setores comercial e financeiro do empresariado também tiveram seus ganhos achatados pelas políticas de nacionalização da economia. Consequentemente, desejavam a volta do liberalismo econômico e a atuação estatal menos intervencionista, reivindicando que às questões econômicas fossem a cargo da iniciativa privada (DULCI, 1986).

Com a reabertura política do regime, Getúlio Vargas passa a adotar uma postura menos autoritária, o que trouxe ao Estado Novo, a partir de 1943 uma nova feição. A consolidação dessa mudança veio com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), expondo a política governamental dedicada às massas. Inclusive passou a investir publicitariamente em

uma imagem de um líder popular, dedicado à classe operária, e procurou articular uma nova aliança política entre o proletariado e a burguesia industrial (DULCI, 1986).

As medidas governamentais em benefício da classe trabalhadora, políticas econômicas intervencionistas para fortalecer a economia e o desenvolvimento nacional, alimentaram as insatisfações da classe média - fato que contribuiu, posteriormente, para que atuassem como suporte urbano para o antipopulismo:

[...] as classes médias durante a década de 30 tiveram participação intensa, e ideologicamente diferenciada, no Integralismo, em movimentos de esquerda ou em campanhas de cunho liberal, não reagiram em geral ao Estado Novo, fosse por razões propriamente políticas (apoio a um Estado forte para manter a ordem), conforme o ambiente ideológico internacional fosse pelos benefícios que lhes proporcionava a expansão do aparelho estatal. Todavia, os efeitos internos da Guerra e a continuidade da ditadura foram gerando nessas camadas uma atitude de insatisfação que a estratégia trabalhista de Vargas só fez alimentar. Nesse contexto, as classes médias - particularmente seu ramo *tradicional* - caminharam para a oposição, tão logo o regime deu sinais de abertura. Constituíram, com efeito, o suporte urbano básico do antipopulismo, desde o fim do Estado Novo até a derrocada do populismo em 1964 (DULCI, 1986, p. 31).

As múltiplas insatisfações foram forças aglutinadas e resultaram na criação da União Democrática Nacional (UDN) em 7 de abril de 1945. A sua composição inicial reunia diversos setores, tais como: as oligarquias afastadas do poder após a Revolução de 1930; frações da oligarquia que ascenderam durante a revolução, mas se afastaram do governo por causa do golpe de 1937: “parte dos antigos tenentes, setores das esquerdas, os estudantes e a *intelligentsia* antifascista, sobressai o grupo católico liberal” (DULCI, 1986, p. 77).

Cabe aqui um parêntese sobre as mobilizações de setores da classe média em determinadas conjunturas políticas e sociais, como podemos observar: no movimento tenentista e na criação da UDN. Em ambos os casos, expressam reações desses segmentos a determinado conteúdo da política de Estado, o que lhes permitem se organizar, especialmente nos momentos de crise, como força social que busca intervir politicamente na conjuntura e sustentar seus interesses particulares de classe, podendo assumir uma feição mais progressista face à fração hegemônica do bloco no poder (caso do tenentismo) ou regressiva (caso do udenismo).

A base rural possuía tendências conservadoras, pois buscava a volta da política tradicional, em razão da sua ligação com a oligarquia. Como aponta Dulci (1986), essa posição era adotada pelos líderes do partido, conhecido como os “chapas brancas”, que acreditavam que através desse posicionamento conseguiriam manter a sua liderança local ou regional.

A atuação política e heterogeneidade das orientações políticas da UDN variaram em razão do poder de influência das correntes internas. Por exemplo, nos anos 1960, a corrente hegemônica interna do partido era o lacerdismo, que vinculou a imagem direitista e conservadora ao partido (DULCI, 1986). Defendiam que a atuação do Estado, como agente econômico, deveria ser quase nula e limitada somente às questões sociais. As questões econômicas ficariam por conta da iniciativa privada.

A UDN ao capturar as insatisfações de setores da sociedade e defender a implantação de um projeto de Estado liberal, tanto socialmente quanto economicamente, propôs um projeto contrário ao Estado populista. O projeto antipopulista conseguiu abarcar, ao longo do tempo, essas insatisfações e transformá-las em base de apoio político:

O projeto anti-populista relacionava-se com um conjunto de setores sociais que, vistos em conjunto, constituíram um somatório de interesses antitético à coalizão populista: a) frações de camada de proprietários rurais, em particular o setor agro-exportador; b) parcelas da burguesia, salientando-se a burguesia financeira e a burguesia comercial, e mais os grupos monopolísticos de controle externo; c) parte substancial das classes médias, sobretudo seu ramo “tradicional”; d) segmentos da oficialidade militar e da tecno-burocrata, cujo caráter específico era dado por sua sustentação da idéia de “interdependência” do Brasil em relação ao Ocidente (DULCI, 1986, p. 39).

A aderência desses setores ao partido não foi imediata. Na linha ideológica, ocorreram pequenas mudanças, mas se mantiveram consistentes ao longo dos anos, de modo que as incorporações sociais foram ocorrendo em razão dos desgastes provocados pelas práticas econômicas do período populista.

Partindo desse ponto, conseguimos compreender aspectos da política antipopulista que engloba a reação das classes sociais, principalmente da classe média. Na conjuntura política em que o Estado passou a desenvolver políticas econômicas beneficiando a classe operária, esses setores passaram a reagir como oposição, pois o modo de atuação estatal atingia o modo de reprodução de seus privilégios, bem como foi visto como ameaça a sua posição social.

O udenismo ao se apresentar como alternativa ao Estado Populista, visto como uma chance de manter o *status quo*, consolidou na política brasileira a existência de um partido político de cunho antipopulista, contribuindo para a aproximação das camadas insatisfeitas com a política populista. Além disso, os próprios ideais do partido, ao conterem elementos de proximidade com o liberalismo oligárquico, representavam uma possibilidade de expansão dos critérios de diferenciação social e privilégios:

A integração política da classe operária e de outros grupos de trabalhadores urbanos apenas reforçou a dimensão elitista do liberalismo das camadas médias tradicionais, como também evidenciou seu caráter não democrático. O antipopulismo traduz seu desejo de impedir a ascensão política da classe operária e a transformação do direito à política e prerrogativa comum e universal; em suma, o desejo de conservar a política como um símbolo de prestígio social (SAES, 1985, p. 107).

A proposta econômica da UDN para o país propunha resgatar a “hierarquia social” da sociedade. Uma das críticas feitas ao populismo era a de que as políticas sociais e econômicas voltadas para a classe trabalhadora, tais como: a salarial e de redistribuição de renda, trariam a instabilidade econômica, assim acabariam com critérios de distinção existente entre as classes sociais (DULCI, 1986).

As críticas aos governos populistas relacionavam-se também com a forma que as decisões econômicas eram tomadas, pois acreditavam que eram fundamentadas em interesses eleitorais ou particulares dos governantes. A proposta antipopulista desejava acabar com o Estado intervencionista, que atendia as reivindicações da classe trabalhadora, possuía uma proposta de política cambial, mas principalmente acabar com a política monetária que prejudicava a classe média, pois em razão da inflação seu espaço social estaria ameaçado:

A contraproposta encaminhava-se para a restauração de um ordenamento hierárquico “natural” da sociedade, através da democratização da propriedade privada, de forma que as classes médias ocupassem seu devido lugar, “com sua insubstituível função estabilizadora”, como assinalava um dos programas da UDN, reduzindo-se a presença política da classe proletária, ou das “massas”, cujo controle e utilização política era apanágio das lideranças populistas. Em suma, uma hierarquia de classes própria do capitalismo, sem as distorções introduzidas por um Estado “árbitro” (DULCI, 1986, p. 44).

A classe média ao não ocupar o papel central nas demandas do governo e pelo fato de suas exigências mínimas não serem atendidas, passou gradativamente a compor a oposição. Parte do eleitorado também se indispôs com o governo conforme foram se acentuando as políticas dedicadas a melhorias nas condições de vida da classe operária, bem como setores da baixa classe média, tendo havido reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares em descompasso com os ganhos e custo de vida da classe média tradicional que não foram reajustados (JAGUARIBE, 1954).

A crítica ao populismo se respaldou na questão moral, pois o sistema possuiria uma natureza viciosa e assim propensa à corrupção e ao nepotismo. O discurso antipopulista da época propunha a volta da moralidade política, pois a superioridade intelectual, moral,

compromisso em garantir a probidade, integridade e honorabilidade da política, eram qualidades que não faziam parte da política populista, requerendo assim tratamento técnico (DULCI, 1986).

Quando o governo expediu um decreto-lei dispendo “sobre os atos contrários à ordem econômica” em 1946, conhecido como a “lei antitruste” ou “lei malaia” - uma lei essencialmente antiliberal, que aprofundava a intervenção do Estado na esfera econômica e que, na opinião dos adversários, objetivava paralisar a campanha pela democracia -, a tensão em relação ao regime só aumentou, ainda mais com a nota divulgada pela UDN em protesto contra a lei instituída pelo governo. A base de apoio de Vargas nesse período contava com as centrais sindicais e patronais, resultante da postura nacionalista e em defesa da causa trabalhista, no entanto, a oposição liberal percebendo o poder de arregimentação do presidente, pedia pela intervenção militar (DULCI, 1986).

Na segunda Reunião do Diretório Nacional da UDN, foram aprovados seu estatuto e programa partidário, ressaltando a preservação das liberdades individuais e o sistema representativo. No plano econômico, destacava a importância do capital estrangeiro para o país, da iniciativa privada e da defesa de uma postura do Estado mais liberal, sustentando, assim, que seu papel fosse reduzido, ficando restrito às suas incumbências tradicionais. Além disso, ressaltou a importância de se manter as condições da vida de classe média; a autonomia sindical e o direito à greve (DULCI, 1986).

A UDN e a oposição formada pelo Partido Republicano (PR) e pelo Partido Libertador (PL) pediram pelo afastamento de Vargas, baseada no receio de um novo golpe de Estado. Apesar da edição do decreto lei 8.063 de 1945 garantindo a realização das eleições, o Supremo Tribunal Federal requereu a renúncia de Vargas, assumindo em seu lugar o ministro José Linhares (DULCI, 1986).

Em 1950, ano que aconteceram as eleições presidenciais, a UDN mobilizou-se pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Entretanto, era visível a ascensão política de Getúlio Vargas, como possível candidato à presidência. Tal fato veio a se concretizar nas urnas, momento em que Getúlio obteve 48% dos votos, sendo vitorioso nas regiões mais desenvolvidas e urbanizadas do país (DULCI, 1986).

No contexto do segundo governo Vargas, a classe média suscetível ao discurso da UDN apoiou a candidatura do seu opositor, brigadeiro Eduardo Gomes. Acreditando que a vitória possibilitaria uma oferta ainda maior dos cargos burocráticos e garantia de consumo dos produtos proporcionada pela industrialização do país (DULCI, 1986).

Derrotados na corrida eleitoral à presidência do país pela segunda vez, o sentimento antigetulista perpassava cada vez mais as ações e reações da UDN. Inclusive com recurso contra a diplomação de Vargas, contavam com o apoio da mídia antipopulista e das Forças Armadas sob o argumento de que se assumisse o governo, o regime pelo qual foi deposto retornaria.

A volta de Getúlio Vargas à presidência, marcou o auge da composição populista na política brasileira. Apesar das movimentações para impedi-lo de assumir, esteve à frente do país durante os anos de 1951-1954. A política econômica adotada em seus governos buscou englobar os demais setores da sociedade, além da classe operária e da burguesia industrial.

Assim procurou garantir a expansão da economia através do incentivo e sustentação das importações e exportações do país, estimulando a industrialização do país, dando continuidade ao plano desenvolvido durante o Estado Novo. Em relação ao mercado interno, ao mantê-lo abastecido com alimentos e produtos de origem agropecuária perpetuou a influência política dos proprietários rurais, refletindo em uma não oposição desta fração de classe ao governo (DULCI, 1986).

A estratégia econômica de Vargas, conhecida como “nacionalismo desenvolvimentista”, propôs a reativação do papel do Estado visando a autonomia do país. Dessa forma, o governo impulsionou a criação de empresas públicas, como por exemplo: a Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e também a valorização do capital nacional (DULCI, 1986). Em convenção realizada no ano de 1951, a UDN decidiu manter-se afastada do governo. No entanto, Vargas agiu de forma conciliatória conseguindo atrair alguns de seus membros, que ficaram conhecidos como grupos dos “chapas-brancas”. Já a parcela do partido oposicionista, ficou conhecida como “banda de música”, contava com o apoio da mídia antigetulista de qual faziam parte, tais como: O Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Diário de Notícias, O Globo, O Jornal e as publicações dos Diários Associados.

Os contornos dessa oposição ocultaram o combate existente entre os setores populistas e antipopulistas pela hegemonia política. A luta ficou encoberta por argumentos morais, em que embates políticos foram personificados e adquiriram caracteres pessoais, fazendo com que as emoções se mesclassem com as questões políticas.

A proliferação de movimentos que se constituíram sob a bandeira da recuperação moral, conquista o apoio de grande parte da população em que o agente convergente do cenário foi a UDN. A “crise moral” instaurada na época teve como base a luta travada contra o jornal

“Última Hora”, momento em que ocorreu a mobilização de todos os recursos publicitários do país, transformando o escândalo, no maior problema brasileiro (JAGUARIBE, 1954).

Com a pauta moral permeando a política e redefinindo os discursos, as disputas que antes figuravam no âmbito privado passaram a ser públicas, e assim foram ganhando base social e outros enfoques. Toda essa movimentação moralista foi focada na ideia de que os males da sociedade eram resultantes das ações de um determinado partido e/ou pessoa. Nesse sentido, podemos observar a formação de outros movimentos, como a Aliança Popular contra o Roubo e o Golpe (JAGUARIBE, 1954).

As forças moralizantes passaram a desejar a moralização da política nacional, o que resultou na luta pela deposição de Getúlio Vargas. Resignificando sua imagem como a fonte de todos os males do país, causa de todas as corrupções e ameaça à legalidade:

As campanhas de moralização são um fenômeno tipicamente pequeno-burguês. A pequena burguesia, sobretudo a partir da mecanização do capitalismo, é a classe que manobra os meios de produção sem ter a propriedade deles. O que caracteriza as classes médias, portanto, é seu status. O pequeno-burguês é um proletário com status assemelhado ao do burguês. Essa dependência para com o status constitui, psico-socialmente, um poderoso condicionamento para uma visão idealista do mundo, no sentido marxista do termo. Em outras palavras, constitui um estímulo para acreditar que a vontade é o fundamento único do ser. As coisas são isto ou aquilo porque alguém assim as quis. Assim sendo, as coisas serão boas ou más conforme sejam o produto de uma vontade honesta e esclarecida, ou de seu oposto. Tudo depende, portanto, de os homens que dirigem os acontecimentos serem bons ou maus. Tal é o fundamento do moralismo (JAGUARIBE, 1954, p. 152).

No ano de 1949, ocorreu uma mudança no posicionamento da UDN, que não foi recebida com bons olhos por todos do partido. As discussões políticas foram causadas pelas questões da exploração do petróleo e atuação ou não do capital estrangeiro neste empreendimento. O partido adotou uma posição de defesa do monopólio estatal em relação ao petróleo e ao carvão, bem como passou a sustentar que o Estado deveria ser o responsável pelos serviços públicos e sociais (DULCI, 1986).

A reestruturação ministerial que ocorreu no meio do ano de 1953 marcou a segunda fase do governo de Getúlio Vargas, pois constituiu em uma mudança em sua orientação e aprofundamento da estratégia populista. Ao nomear Oswaldo Aranha como ministro da Fazenda executando uma política de estabilização monetária, buscou obter equilíbrio financeiro e com isso satisfazer as necessidades da burguesia industrial.

A notícia de que em 1954 o governo aumentaria em 100% o salário-mínimo, resultou em críticas abertas ao governo por parte da UDN, sob a acusação de que pretendia fundar uma República Sindicalista. A reunião do Diretório Nacional para exame da conjuntura política do país, no contexto de aprofundamento da estratégia trabalhista de Vargas, resultou em orientações políticas para adotar uma postura de defesa do Congresso, da preservação da ordem e das instituições legais, do combate à corrupção, fortalecendo os laços setores civis e militares contrários ao governo:

Os coronéis signatários discordavam da tônica redistributiva contida na elevação salarial anunciada para maio, que redundava em desprestígio para os militares. Seu descontentamento se relacionava, mais diretamente, com o temor da proletarização da carreira. Era esse, aliás, o fator mais poderoso da crescente oposição das classes médias, levando-as a se identificar mais decididamente com a pregação de Lacerda e da “banda de música” da UDN (DULCI, 1986, p. 120).

Em 1º de março, Vargas anunciou o aumento em 100% do salário mínimo, elemento que contribuiu diretamente para a sua destituição. A oposição que já era composta pelas classes médias, Forças Armadas e dos interesses externos, passou a contar com a burguesia industrial em razão da política salarial (DULCI, 1986).

A UDN articulou uma mobilização parlamentar, jornalística e militar para conseguir realizar a deposição do presidente. Uma particularidade da campanha, além das críticas à política de aumento do salário mínimo ou à política econômica do governo, foi também o tom agressivo utilizado para atacar a pessoa do presidente. O jornalista Carlos Lacerda, membro do partido se destaca nesse processo ao lançar de sua Tribuna da Imprensa apelos à deposição de Vargas, apesar de não corresponder à posição oficial do partido, mas que possuía grande reverberação em setores antipopulistas civis e militares (DULCI, 1986).

Durante a crise de 1954, a UDN mobilizou as camadas médias tradicionais de São Paulo e do Rio de Janeiro e meios de comunicação através de Carlos Lacerda, em uma campanha anti-Vargas e de combate à corrupção, contando com o apoio das Forças Armadas. A movimentação desses setores demonstrou as rupturas causadas, após a política de elevação dos salários da classe operária, com o afastamento da burguesia industrial do governo. Além disso, expressou as orientações políticas da classe média tradicional, reforçadas pelo medo da proletarização (SAES, 1985).

Em junho, o deputado Afonso Arinos, líder da UDN na Câmara dos Deputados apresentou um pedido de impeachment do presidente. No entanto, como possuía maioria no Congresso o pedido foi negado, mas a oposição manteve sua mobilização contrária ao governo.

Na madrugada do dia 5 de agosto, aconteceu um atentado contra Lacerda, episódio que resultou na morte de um major da Aeronáutica. Abertas as investigações restou “comprovado” que o autor teria sido um chefe da guarda pessoal de Vargas. Isso contribuiu para aprofundar as mobilizações antipopulistas na esfera militar e para pressionar o governo a renunciar. O ex-presidente João Café Filho propôs a sua renúncia, que ocorreu na madrugada do dia 24 agosto. Na manhã seguinte, Getúlio Vargas suicidou-se.

Com o falecimento do então Presidente da República, João Café Filho foi investido no cargo. Inicialmente, a nova gestão procurou apaziguar os ânimos e recuperar a ordem, pois no território nacional ocorreram inúmeras manifestações públicas relacionadas à morte de Getúlio Vargas. No âmbito econômico propôs uma política estabilizadora, visando conter a política de aumentos de salários e liberalização do crédito. Cabe salientar a Instrução nº 113 da SUMOC promulgada em 1955, que permitia a importação de equipamentos sem cobertura cambial e sem atender o quesito de similaridade nacional. Essa medida aponta a estratégia econômica de associação com o capital estrangeiro, através do incentivo a participar da estrutura produtiva nacional: “Era a hora do grande capital e da internacionalização da burguesia brasileira” (DULCI, 1986, p. 127).

Em 1955, ano das eleições presidências em que a chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart foi a vencedora, é marcado por tentativas da UDN de modificar o pleito eleitoral. Durante o pleito eleitoral o partido com o intuito de “aperfeiçoar as eleições” propôs ao parlamento uma emenda referente à exigência de maioria absoluta, para que a disputa fosse decidida pelo Congresso Nacional, caso a vitória fosse por maioria relativa. Além desta medida, propôs a adoção de cédula única oficial, com o objetivo de inviabilizar os “currais eleitorais” e proporcionar isonomia de oportunidade a todos os partidos políticos.

No meio jornalístico Carlos Lacerda lançou uma campanha propondo um regime de exceção nacional cujo objetivo principal era “desintoxicar o país”, que contava com o apoio de parte da oficialidade das Forças Armadas. A proposta dispunha sobre o adiamento das eleições presidenciais, a instituição do parlamentarismo, a criação do estatuto dos partidos políticos para determinar as condições de sua formação, a revisão imediata do alistamento eleitoral; a reforma

judiciária, reforma bancária, o recesso do Congresso Nacional e a atribuição da chefia do primeiro gabinete parlamentar a um chefe militar (LACERDA *apud* DULCI, 1986, p. 134).

Apesar das tentativas da UDN de paralisar o processo eleitoral, as eleições ocorreram e Kubitschek obteve 36% dos votos e Goulart 44%. Com a divulgação dos resultados, o partido entrou com um pedido de revisão das eleições no Tribunal Superior Eleitoral, sob a acusação de que o Partido Comunista havia votado em bloco, orientados por Luiz Carlos Prestes. Sob a turbulência da disputa pelo resultado das eleições e a posse da chapa vencedora, o então presidente João Café Filho pediu afastamento temporário do cargo por motivos de saúde, assumindo em seu lugar o presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz.

Contudo, um desentendimento entre o ministro de guerra general Lott e o então presidente, motivou a percepção de que uma conspiração antipopulista estava a caminho. Parte da iniciativa das Forças Armadas, favoráveis a posse dos eleitos, ganhou legitimidade no Congresso Nacional que em 11 de novembro destituiu Carlos Luz e conferiu a presidência ao senador Nereu Ramos. Com isso, João Café Filho em 21 de novembro decidiu a reassumir a presidência, foi impedido por militares de sair de sua casa, e no dia seguinte sua destituição foi votada e aprovada no Congresso Nacional. Outro desdobramento das grandes mobilizações políticas de novembro de 1955, foi a aprovação em 24 de novembro do pedido dos ministros militares da decretação do estado de sítio até a posse do presidente eleito em 31 de janeiro de 1956.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956/1960) conseguiu conciliar a expansão econômica com a estabilidade política. Programa de crescimento de bens duráveis de consumo, aceleração da produção industrial, que possuía a roupagem de uma política nacionalista com o intuito de garantir a legitimidade estatal perante os militares e setores populares, mas adotou o modelo econômico de associação, que aprofundou a dependência do Brasil em relação aos países centrais.

Sobressai alguns pontos em comum entre a estratégia desenvolvimentista e o antipopulismo. A substituição de importações de bens duráveis de consumo, ampliava a oferta de tais produtos, fazia-o para um seletivo mercado do qual participavam certos estratos de renda. “[...] Tal tendência, inerente ao modelo econômico de Kubitschek, vinha corrigir, para esses setores, as distorções dos “paternalismos” de Getúlio Vargas em relação aos assalariados, em especial o risco de proletarização a que as classes médias eram eventualmente submetidas” (DULCI, 1986).

Nesse mesmo período ocorreu a modernização da UDN. Em 1957, o partido realizou Convenção Nacional para escolher sua nova direção partidária, sendo escolhido como presidente o senador Juraci Magalhães. Ele propunha que o partido adotasse uma postura diferente para que obtivesse maiores ganhos políticos, tal como a: “Caravana da Liberdade” que consistia em um programa para ganhar notoriedade e base eleitoral. Nos finais de semana, seus líderes e personalidades, juntamente com os líderes estaduais e municipais compareciam às manifestações políticas organizadas para transmitir sua mensagem de oposição ao governo, propunham a adoção de uma escala móvel de salários, o aperfeiçoamento da Petrobras, a participação dos trabalhadores nos lucros, a introdução do parlamentarismo e a autonomia sindical. Apesar das mudanças em seu projeto político, a UDN propôs medidas que interessavam às classes médias:

A UDN “lutará para que haja no país o maior número possível de proprietários, donos de sua terra” (...) “Qualquer política que, sob pretexto de servir à coletividade, atente contra a propriedade legítima, especialmente a pequena propriedade, é política anti-humana e portanto anti-social” (DULCI, 1986, p. 151).

A eleição de Jânio Quadros (1960) para a presidente da República marcou a primeira vitória eleitoral do antipopulismo. Pela primeira vez, a UDN conseguiu eleger seu candidato, fato que foi comemorado na 13ª Convenção Nacional realizada em Recife. No entanto, em razão da política e postura adotada por seu governo algumas divergências e contradições começaram a se fazer presentes no interior do partido.

Algumas políticas encampadas pelo governo se aproximaram dos ideais do partido, tais como: a preservação e a defesa da Petrobras. No âmbito econômico: a restrição do crédito, o congelamento salarial, a reforma cambial e a defesa de um Estado menos intervencionista. A Instrução Cambial nº 204 da SUMOC que tratava da política cambial reafirma esse elo, bem como o da implantação de uma política antipopulista, que onerava a classe trabalhadora, aumentando os custos de vida e custos da produção na indústria (DULCI, 1986).

Além disso, propunha a extinção do imposto sindical e a liberdade em relação ao Estado, objetivando a desmobilização das bases sociais que deram sustentação ao segundo governo de Vargas. Essas modificações visavam desmobilizar qualquer liderança que desejasse ocupar o seu lugar e dar prosseguimento a política populista. Outra frente de atuação do governo foi a instauração de inquéritos que visavam combater a corrupção deixada pelos governos

populistas. Baseado na busca pela moralidade da administração pública e no aumento da produtividade e eficiência do sistema, atraía a classe média, na qual o discurso anticorrupção possui maior aderência (DULCI, 1986).

A Convenção da UDN, realizada em 1961, ficou conhecida como a convenção da vitória, pois pela primeira vez obtiveram sucesso na corrida pela presidência da república. Em relação às medidas governamentais decidiram apoiar a postura do presidente Jânio Quadros, no entanto, como o presidente em muitas de suas decisões não consultava os partidos, pairavam sobre a sua administração dúvidas de que rumos políticos seu governo adotaria, e também a alegação de descompromisso com os partidos políticos.

As insatisfações relatadas por Carlos Lacerda marcam o início da hegemonia do lacerdismo dentro da UDN, que se tornaria completa na Convenção de Curitiba, em 1963. Por outro lado revelou a presença efetiva dentro do partido de um grupo de centro-esquerda, a “Bossa Nova”, cujos membros eram adeptos das proposições de reforma contidas no programa de Quadros, como a defesa das riquezas minerais:

Nos meses seguintes, aumentaram as questões entre a UDN e o governo. O Presidente não consultava o partido, este sentia que não exercia qualquer controle real sobre a política implementada. Havia pontos de perfeita identidade, é certo: a política econômico-financeira e sobretudo, como se frisou no Recife, a política de saneamento administrativo. A orientação nacionalista e em especial a política externa motivavam, porém, crescentes divergências, de que partilhavam os principais dirigentes anti-populistas no meio militar (DULCI, 1986, p. 169).

Jânio Quadros permaneceu em silêncio diante das críticas. Em 19 de agosto condecorou Ernesto “Che” Guevara, Ministro da Indústria de Cuba, atitude que não foi bem-vista no meio militar. Carlos Lacerda atacou a condecoração e a política externa adotada pelo governo ao se reunir com o Presidente. Posteriormente, denunciou na televisão a preparação de um golpe visando a transformar Quadros em um ditador do país (DULCI, 1986).

Através de uma carta Jânio Quadros renunciou à presidência. Fato que criou um problema para os antipopulistas, pois o seu vice João Goulart era considerado como um sucessor de Vargas. Agindo de modo a impedi-lo de tomar posse, se desenrolou mais um golpe de Estado, momento em que o presidente da Câmara assumiu em seu lugar. Foram apreendidas as edições de jornais, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fechada, bem como ocorreram invasões em escolas superiores, prisões de líderes sindicais e proibição de reuniões (DULCI, 1986).

O golpe em curso não possuía coesão no meio militar e no Congresso Nacional, a solução constitucional foi a instituição do parlamentarismo no Brasil (setembro de 1961 a janeiro de 1963). A crise política trouxe à tona os impactos da crise do regime populista decorrente da implantação de medidas sociais e econômicas que proporcionaram melhores condições à classe trabalhadora, que foram percebidos de forma diversa pelas classes sociais:

As classes médias, tendencialmente contrárias ao regime populista, sentiam-se particularmente afetadas pela conjunção da crise econômica com a ascensão política dos trabalhadores da cidade e do campo. A deterioração de suas condições de vida tornava mais forte o receio da proletarização e do nivelamento “por baixo”. O clima de mobilização aguçava suas aspirações a ordem. O projeto anti-populista, sobretudo em sua variante Lacerdista, polarizou decisivamente sua insatisfação, ao oferecer uma alternativa de restauração da ordem política e da hierarquia social (DULCI, 1986, p. 175).

A marca final da era populista na política brasileira foi o golpe de 1964. As mobilizações eram compostas pela UDN, associações rurais das mais diferentes partes do país, representantes da imprensa, classe média tradicional que apelavam pela intervenção dos militares no governo federal:

[...] a 23 de março de 1964, quinhentas mil pessoas manifestam-se em São Paulo contra o governo populista, a 2 de abril de 1964 um milhão de pessoas festejam publicamente no Rio o golpe de Estado de 1º de abril e a queda do governo populista (SAES, 1985, p. 125).

Diferentemente de 1945, momento em que a oposição ao populismo se dizia agir em prol da defesa da democracia e combate à ditadura, e, de 1954, conjuntura atravessada pelos discursos de moralização política e combate à corrupção, a crise de 1964 representou a “oposição da democracia ao comunismo”. O antipopulismo da classe média foi transformado em: “anticomunismo, à recusa da democratização da política se acrescenta o medo da proletarização” (SAES, 1985, p. 136).

Diante do exposto, cabe analisar a relação existente entre a classe média, a ideologia meritocrática e o discurso de combate à corrupção. Vista como o mal absoluto da sociedade capitalista, em que o combate se dá através da correção jurídica e moral, a corrupção poderia ser evitada - segundo os ideólogos da classe média-, se a sociedade operasse na lógica do critério de valorização dos méritos individuais. A ideologia meritocrática opera na base da valorização

do trabalho não-manual, que decorre de trajetória escolar bem-sucedida, esforços e dons que justificam o mérito individual e sua superioridade. Ao operar dessa forma, encontra justificativas para a obtenção de vantagens salariais dos trabalhadores de classe média (BOITO JR., 2016).

A consolidação da ideologia do mérito é incentivada no contexto do Estado capitalista. A própria organização formal do funcionalismo que opera na burocracia estatal é perpassada pela valorização do mérito individual, já que as competências são verificadas através de concurso público. Assim, o desempenho dessas funções é dedicado a indivíduos que desfrutaram da possibilidade de obter o ensino superior completo, bem como de esforço pessoal e de dedicação aos estudos. A visão de mundo dessa classe social destoia da realidade social de injustiça e desigualdade, pois opera na lógica de legitimar as suas vantagens:

Como legitimar os vencimentos altíssimos, tanto para o padrão salarial brasileiro como internacional, de juízes e procuradores se as regras do meritocratism e do burocratism forem violadas pela prática do compadrio, do clientelismo e pela troca e venda de favores? Para a classe média, o mal não reside nas regras de organização burocrática do Estado que criam segmentos parasitários e privilegiados, mas, sim, na violação dessas regras pela prática da corrupção (BOITO JR., 2016, p. 7).

A crise política de 1964 proveniente da possível ascensão da classe trabalhadora desperta nas classes médias o sentimento de perda de território. A oposição ao Estado populista dos proprietários rurais se inicia com as discussões em torno da reforma agrária, os proprietários de terra passam a combater o governo por causa da luta pela criação dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

A burguesia agroexportadora também compôs a luta contra o populismo, por acreditar que estava sendo prejudicada por uma política em prol do desenvolvimento industrial no país. Apesar das vantagens obtidas no período pela burguesia industrial, pois o governo adotou uma agenda em pró-desenvolvimento da economia nacional, acabou por ceder à influência de empresas estrangeiras e apoiar o movimento cívico-militar.

Os segmentos das classes médias que foram mobilizados para se opor ao Estado populista, tendencial e historicamente foram contrários aos regimes populistas, pois durante as suas vigências sentiram-se particularmente afetados pela conjunção da crise econômica e pela ascensão política dos trabalhadores da cidade e do campo. O que desperta o medo de

deterioração de suas condições de vida tornando mais forte o receio da proletarização e do nivelamento “por baixo” pela classe média tradicional:

[...] numa conjuntura de ascensão do movimento popular, o antipopulismo das camadas médias tradicionais ganhava um novo impulso; a condenação do populismo já não como privilégio social, mas também de um temor real da proletarização (SAES, 1985, p. 136).

O projeto antipopulista, sobretudo na variante lacerdista, polarizou decisivamente a conjuntura ao oferecer uma alternativa de restauração da ordem política e da hierarquia social. A oposição diz respeito aos períodos populistas vivenciados durante o Estado Novo de 1937-1945 e o segundo governo de Vargas de 1951-1954. A integração política das massas urbanas através do pacto feito entre o Estado populista reforçou ainda mais os traços elitistas e antidemocráticos das classes médias tradicionais. Assim, o antipopulismo contém elementos das marcas oriundas da política oligárquica, pois pode ser traduzido no desejo de impedir a ascensão e integração política da classe operária, mantendo a visão de que o acesso à política é sinônimo de prestígio social.

Jessé de Souza (2017) aponta que o pacto antipopulista da classe média e das elites, concretizados no golpe de 1964, possibilitaram a criação de uma sociedade baseada na distinção de classes, na separação de serviços, como: escola, hospitais, bairros, que são exclusivos da classe média e de outros a serem ocupados pelas classes populares. Os desdobramentos do movimento político-militar de 1964 podem ser compreendidos como uma resposta mais contundente ao Estado populista: “todos os setores dominantes uniram-se na luta contra o Estado populista, cuja própria natureza tornava-o incapaz de conter a pressão popular” (SAES, 1985, p. 145). Isso ocorreu, visto que as mobilizações antipopulistas passaram a englobar o combate à corrupção, bem como a desejar o controle da pressão operária e o fim do populismo (IBIDEM).

Portanto, o objetivo de realizarmos o regate histórico da política brasileira, principalmente de governos considerados populistas é indicar alguns aspectos típicos do comportamento político de segmentos da classe média brasileira e de seu posicionamento conservador e contrário aos governos de inclinação popular. Além de demonstrar a fragilidade da democracia e instituições políticas brasileira que podem ser percebidas nas movimentações de 1954-1964 e 2016.

Havendo sinais de mudanças nos mecanismos que legitimam e ferem o modo de reprodução da classe média tradicional, esse segmento se organiza e reage politicamente enquanto força social. Essas mobilizações podem ser observada na história da formação política nacional, em momentos como: 1- a mobilização contrária dos tenentes ao domínio das oligarquias; 2- o surgimento da UDN; 3- a participação política nas movimentações que requeriam a destituição de Getúlio Vargas; 4- o golpe cívico-militar de 1964. Recentemente, pode se indicar a segunda etapa das manifestações públicas de junho de 2013 e as mobilizações favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016, momentos nos quais setores das classes médias atuaram como força social e empreenderam uma crítica conservadora aos governos vigentes, a partir de uma retórica moralizante e de combate à corrupção.

Ao analisar a conjuntura e os desdobramentos dos períodos de crise políticas e institucionais e destituição de Presidentes da República, Napolitano; e Ribeiro (2017) apontam algumas marcas da história política brasileira como o “golpismo atávico”, pois os mesmos atores sociais e institucionais se manifestam e apelam para os mesmos roteiros de ação, valores simbólicos e palavras de ordem.

Assim, conforme a investigação feita pelos autores em distintos momentos da política brasileira apresentam características semelhantes, tais como: resistências da ala conservadora a líderes e partidos políticos alinhado a uma agenda dedicada a política de massas; cultura política autoritária; dificuldade em articular uma reforma política e institucional que vise o real desenvolvimento nacional em razão do elitismo político; estratégias de desconstrução simbólica do partido ou líderes indesejáveis (denúncias de corrupção; inversão de valores, divisão social e afins); instrumentalização do Congresso Nacional combinado com demais agentes e instituições para pressionar as agendas reformistas do Executivo (NAPOLITANO, RIBEIRO; 2017).

Além das características elencadas chama atenção a semelhança no contexto político nacional em que surgiram partidos e movimentos políticos conservadores e de direita, como a União Democrática Nacional e o Movimento Brasil Livre. Ambos originários de setores da classe média tradicional brasileira, defensores do liberalismo econômico, que se mobilizam e reagem a uma agenda governamental nacional desenvolvimentista ainda que se distingam em termos de forma política, tendo em vista que a UDN assumiu a forma partido e o MBL, a forma movimento, tendo, só num segundo momento, seus quadros apresentado candidaturas em vários partidos, como veremos mais adiante.

Outrossim, a atuação política e discursos do MBL foi o elemento principal nas manifestações públicas contra o Partido dos Trabalhadores e favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff. A similaridade na atuação com a UDN permite questioná-lo sob a chave de continuação da política udenista, poderíamos chamar de neoudenismo?

Em virtude disso, quais aproximações político-ideológicas podem ser elaboradas dentre os atores políticos relacionados às conjunturas de 1954, 1964 e 2016? Considerando a atuação de ambos movimentos políticos ao capturarem os descontentamentos de determinados grupos sociais com a política de governo de inclinação popular, seja por sua agenda econômica ou social que secundarizaram a ideologia meritocrática, podem ser consideradas expressão das insatisfações de setores da classe média brasileira?

Logo, passamos à análise das agendas políticas e econômicas dos governos do Partido dos Trabalhadores como método de compreender e estabelecer elos na historicidade das mobilizações de segmento da classe média, além de observar o discurso do MBL voltar a desmoralizar pública e politicamente o PT em decorrência da política governamental que vinha sendo implementada.

3 OS CONFLITOS E OS REALINHAMENTOS DE CLASSE NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2016)

Nesse capítulo, abordaremos a política econômica e social implementada pelos governos do PT que tiveram grande repercussão social e ocasionaram mudanças em suas bases eleitorais. Esse debate se impõe para a presente pesquisa para que possamos compreender as razões que levaram segmentos das classes médias a romper com o governo, e a participar das manifestações públicas favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff.

Nessa perspectiva, na primeira parte, realizaremos um breve apanhado sobre o cenário econômico dos governos Lula, bem como do realinhamento eleitoral ocorrido na virada do seu primeiro mandato para o segundo. Também buscaremos contextualizar os desgastes políticos que o Partido dos Trabalhadores vinha sofrendo em decorrência das políticas implementadas ao longo dos anos até a chegada de Dilma Rousseff à Presidência da República em 2011.

Discutiremos também os aspectos das políticas econômicas e sociais adotadas nos governos de Dilma que aprofundaram as rupturas com o governo e ensejaram a sua deposição. O objetivo principal é demonstrar em qual cenário político e econômico surgem tanto as mobilizações de junho de 2013, bem como os protestos pró-impeachment, para compreender as reações de segmentos da classe média a governos de inclinação popular e a ascensão da direita brasileira na conjuntura mais recente.

3.1 DEBATES SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DOS GOVERNOS PETISTAS

Inúmeras análises foram realizadas acerca dos governos do PT com o objetivo de compreender se as políticas econômicas e sociais e medidas adotadas pelo governo romperam ou não com o ciclo neoliberal em que o Brasil se encontrava inserido durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Como lembra Boito Jr. (2018), a política neoliberal econômica e social adotada pelo Estado brasileiro atendia aos interesses do capital financeiro/produtivo internacional, bem como à fração internacionalizada da burguesia brasileira, período em que houve redução dos direitos trabalhistas, sociais, privatização de estatais e serviços e abertura comercial e financeira.

A vitória de Lula nas eleições de 2002 rompeu, de certo modo, com o ciclo político neoliberal ortodoxo vigente. A partir de então tínhamos uma espécie de combinação de

elementos entre neoliberalismo e desenvolvimentismo, como pode se observar em algumas medidas, por exemplo: a continuidade da abertura comercial, ao mesmo tempo que as empresas locais e empresas estatais passam a possuir preferência na compra de bens e serviços pelo governo; não revogação das privatizações e fortalecimento das empresas estatais; e; expansão do BNDES com manutenção de taxas de juros elevadas (BOITO JR., 2018).

De acordo com Boito Jr. (2018, p. 57), é possível caracterizar a política adotada pelos governos petistas como um “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico”. Ao não romper com a ordem econômica vigente, buscou dar base à política-econômica para os seus governos através de uma política redistributiva e de uma frente política ampla e heterogênea.

Formada por diversas camadas sociais, instável em virtude da pluralidade de agentes e interesses, a frente política neodesenvolvimentista atuou como base de sustentação política dos governos petistas em momentos de crise e instabilidade política. Apesar das divergências em relação aos direitos trabalhistas e conteúdo de certas políticas econômicas e sociais, tal frente agiu de forma conjunta como pode ser observado nas movimentações nas eleições presidências de 2002. Em 2005 na “crise do mensalão”, bem como na reeleição de Lula em 2006 e na eleição de Dilma Rousseff em 2010. Como aponta o autor:

Em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos e as candidaturas Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político (BOITO JR., 2012, p. 11).

A frente neodesenvolvimentista possui uma hierarquia interna. É dirigida pela grande burguesia interna brasileira, que está distribuída em vários setores da economia, compreendendo os grandes proprietários de terra, setores da mineração, construção civil pesada, agronegócio. A classe trabalhadora (baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal) também está presente na frente, através de uma relação do tipo populista, mas se encontra excluída do bloco no poder (BOITO JR., 2012):

Para cada um desses setores sociais, os governos do PT, sem deixar de priorizar os interesses da grande burguesia interna, oferecem algo que permitiu a melhoria de suas condições de trabalho e vida- grande expansão das vagas no ensino técnico e superior, cotas raciais e sociais para as universidades e para o serviço público [...], são o setor social que vota de modo massivo e constante nos candidatos presidenciais do PT. Nas eleições de 2014, quando alguns setores sociais hesitaram ou se retiraram da frente neodesenvolvimentista, foram os trabalhadores da massa marginal que garantiram a vitória de Dilma Rousseff (BOITO JR., 2018, p. 232).

Nesse sentido, os governos petistas estabeleceram uma relação de proximidade com os trabalhadores da massa marginal, que não só retribuíram com seu apoio eleitoral, como passaram a compor a base social desses governos. As modificações econômicas implementadas repercutiram positivamente sobre as condições de vida da maioria da população brasileira, o que levou Singer (2012) a caracterizar essas experiências governamentais como representativas de um “reformismo fraco”, já que tais governos não enfrentaram realmente o capital, ou seja, não aplicaram políticas como: tributação das grandes fortunas, revisão das privatizações, redução da jornada de trabalho.

A ativação do mercado interno e o desenvolvimento de políticas de redistribuição de renda e de combate à miséria, a partir de 2003, apenas seguiu o fluxo da expansão da economia mundial (SINGER, 2012). A combinação entre o pacto conservador em matéria de política econômica e reformismo fraco no âmbito social causaram efeitos positivos para o governo, mas principalmente para a própria figura política de Lula, produzindo, com isso, o chamado fenômeno do “lulismo”, termo utilizado por Singer (2012) para se referir ao apoio político dado à pessoa de Lula e não diretamente ao Partido dos Trabalhadores.

Para Martuscelli (2018), os governos teriam aderido ao programa social liberal, que não propôs reformas visando à ampliação universal de direitos sociais e trabalhistas, mas sim mudanças inseridas dentro dos limites do modo de reprodução capitalista neoliberal. O autor aponta aspectos que deixaram de fazer parte do programa do governo do PT, tais como, as lutas: a) anti-imperialista; b) antilatifundiária e c) antimonopolista. A primeira transita do discurso de revolução nacional e favorável a medidas protecionistas amplas para uma postura de integração ativa ao capitalismo mundial e de defesa de medidas protecionistas pontuais, a suspensão da dívida externa cede lugar para uma posição de cumprimentos dos contratos e pagamento como mecanismo de garantir autonomia e governabilidade.

A luta antilatifundiária é substituída por uma política que promove uma diminuição no número de famílias sem-terra assentadas e que toma a forma de integração da agricultura

camponesa ao agronegócio, resultando na agricultura familiar. Isso sem contar a composição ministerial que passa a ser integrada por representantes do agronegócio. Por fim, para garantir a governabilidade e os interesses dos monopólios, a luta antimonopolista cede lugar à defesa de uma política, na qual o pequeno e o médio capital devem ser ativos na economia desde que ligados a lógica dos grandes monopólios. Nessa lógica, impera o fortalecimento de atividades econômicas voltadas à produção de mercadorias de baixo valor agregado (MARTUSCELLI, 2018).

Algumas diferenças surgem na análise do programa governamental proposto por Lula nas eleições de 1989, que proclamava por um Estado de bem-estar social, comparativamente às eleições de 2002, que propusera um programa de governo que apenas reformaria o modelo neoliberal implantado no país pelo governo FHC. Baseada nessas transformações se percebe a aproximação entre o grande capital, a burguesia interna e a apresentação de mecanismos de cumprimento de contratos com o capital financeiro internacional (MARTUSCELLI, 2015):

O conjunto de questões aqui analisado leva-nos a concluir que as eleições de 2002 foram um momento decisivo para os rumos políticos daquele que seria o futuro partido do governo. No campo da representação política, é possível dizer que a candidatura Lula passava a identificar-se com os interesses da grande burguesia interna, incumbindo ao futuro Presidente a tarefa de implementar políticas que pudessem acomodar os interesses de classe dessa fração no bloco no poder. Seriam as disputas entre os reformistas do modelo neoliberal (a burguesia interna) e os conservadores desse modelo (o capital financeiro internacional) que estariam no centro das discussões nos primeiros anos do governo Lula. Ou melhor, se, no início dos anos 1990, era possível verificar resistências seletivas de setores da burguesia interna ao processo de implementação do neoliberalismo; no início dos anos 2000, as resistências mudariam de perfil, passando a ser sustentadas pela burguesia financeira internacional, que rejeitava a realização de reformas profundas no modelo neoliberal (MARTUSCELLI, 2015, p. 154).

O que houve de neodesenvolvimentismo nos governos petistas, consistiu, portanto, em uma política que visava o crescimento econômico dentro do sistema capitalista combinado com políticas de transferência de renda. A combinação de políticas econômicas e sociais, resultou na diminuição da pobreza, baseada no “tripé formado pelo Bolsa Família, expansão do crédito, somando aos referidos programas específicos, combinado com a diminuição de preço da cesta básica” (SINGER, 2012, p. 68).

No entanto, setores da classe média após a implantação de políticas públicas de acesso ao ensino superior, que atentam contra ou secundarizam os critérios meritocráticos, reagem

negativamente à agenda governamental culminado em seu afastamento da base de apoio do governo, motivadas pelas mudanças que impactaram na diminuir de seus privilégios e critérios de diferenciação social.

Desde o primeiro mandato de Lula - embora a política econômica tenha acomodado interesses diversos -, a implantação das políticas sociais causou desconforto em segmentos da classe média. Com o aprimoramento das políticas sociais, o incômodo tomou proporções maiores e se tornou evidente, principalmente após a promulgação de políticas públicas com fulcro na igualdade étnico-racial, de gênero e com o objetivo de proporcionar melhores condições socioeconômicas aos vulneráveis economicamente (CAVALCANTE, 2015a).

Sobre o sucesso de Lula, a ideologia de classes no Brasil e as mudanças efetivadas, Singer observa que:

As medidas econômicas propostas pelo governo, em razão do caráter heterogêneo da frente política, são percebidas de modo diverso pelos agentes sociais que a compõem. A incorporação e a ascensão das classes populares causaram ressentimentos na pequena burguesia brasileira, que passou a reagir negativamente ao discurso de Lula, atribuindo o seu sucesso ao dinheiro que retirado de seus impostos seria usado para construir a sua imagem de “bom pai” (SINGER, 2012, p. 205).

Os desgastes entre o governo e a classe média combinado com a crise do mensalão⁵ resultaram em seu afastamento da base política do governo, ao que Singer (2012) identifica como um realinhamento eleitoral, processo no qual a aproximação do subproletariado⁶, por meio do lulismo, passa a compor a nova base eleitoral, que gira em torno da pessoa do presidente Lula e não do Partido dos Trabalhadores (PT), possibilitando uma maior margem de manobra em torno das políticas sociais durante o segundo mandato de Lula.

O termo realinhamento eleitoral é usado para referir a mudanças duradouras e fundamentais ocorridas nas preferências políticas do eleitorado, que causam implicações de longo prazo no cenário político. No Brasil, este debate político surgiu recentemente após a polarização de votos ocorrida nas eleições presidenciais do ano de 2006. Podemos observar duas movimentações de categoriais sociais: a) o surgimento do lulismo como resultado da

5 Para uma análise sistemática da crise do “mensalão”, ver: Martuscelli (2015), em especial os capítulos 3 e 4.

6 Subproletariado são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Estão nessa categoria “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classe” (SINGER, 2012, p. 12 apud Paul Singer, p. 22).

implantação de políticas econômicas e programas sociais que colocavam na agenda política nacional demandas das classes populares; e b) o afastamento de segmentos da classe média decorrente da agenda do governo (SINGER, 2012).

A crise política que permeou o primeiro governo Lula culminou em rupturas com suas alianças eleitorais. Em maio, as denúncias do mensalão motivaram um cerco midiático em torno do presidente, fato que contribuiu para a perda de votos oriundos das eleições de 2002. Em relação aos dados do primeiro turno das eleições, Singer aponta que, conforme a Folha de São Paulo em 23 de outubro de 2005, a reprovação de Lula entre os eleitores com ensino superior, que anteriormente ficava em 24%, passa a figurar na casa dos 40%, na camada mais rica 65% optavam pelo candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Entre aqueles que possuíam renda de até cinco salários mínimos 41% apoiavam a reeleição do presidente Lula (SINGER, 2012).

O realinhamento eleitoral, ocorrido em 2006, aponta para a consolidação do *lulismo* e das medidas de combate à miséria, tais como: programas de combate à pobreza em regiões extremamente carentes do país (Norte e Nordeste); expansão do crédito por meio das políticas de empréstimos com juros reduzidos à agricultura familiar; ampliação do acesso ao microcrédito; aumento do salário mínimo; Benefício de Prestação Continuada (BPC); programa Luz para Todos; regularização das terras quilombolas; construção de cisternas no semiárido; dentre outros programas. Nesse sentido, Singer salienta a força das políticas adotadas pelo governo Lula que:

[...] cristalizaram o realinhamento e fizeram surgir o lulismo. O pivô do lulismo foi de uma parte a relação estabelecida por Lula com os mais pobres, os quais, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, retribuíram na forma de apoio maciço e, em algumas regiões fervoroso da eleição em 2006 em diante. Paralelamente, o "mensalão" catalisou o afastamento da classe média (SINGER, 2012, p. 16).

A combinação da política econômica com a ativação do mercado interno, aliadas à conjuntura positiva da economia internacional, no período de 2003 a 2008, garantiram o sucesso da agenda governamental. Ao atingir as classes trabalhadoras, se estabeleceu uma aproximação política dessas classes junto ao governo, o que contribuiu para fortalecer o “lulismo”, pois demonstra que o Estado é capaz de promover o bem-estar social, além de possibilitar o aumento do poder de compra desses agrupamentos sociais. Diante dessa conjuntura, pode se perceber a

construção da base eleitoral originária do governo de 2006 que posteriormente apoiará a candidatura de Dilma em 2010.

Quanto à análise do realinhamento eleitoral, além da abordagem proposta por Singer (2012) são levantadas outras hipóteses. Martuscelli (2015) aponta que o realinhamento eleitoral não conseguiria explicar por si só o conjunto de mudanças ocorridas na conjuntura brasileira do final do primeiro governo Lula, pois, além deste realinhamento, teriam ocorrido: mudanças na base partidária do governo, o que acarretou principalmente numa maior participação do PMDB a partir de 2005; reconfigurações no campo sindical, evidenciadas pela aproximação entre centrais sindicais consideradas até então adversárias (CUT e Força Sindical) e pelas divisões na ocorridas no interior da CUT que levaram inclusive a criação de novas centrais como a CTB, a Conlutas e as duas Intersindical; e, fundamentalmente um realinhamento político, que permitiu à grande burguesia interna fortalecer-se politicamente diante dos interesses hegemônicos da burguesia imperialista no bloco de poder (MARTUSCELLI, 2015).

Diante do exposto, percebemos que a complexidade em torno da caracterização dos governos do Partido dos Trabalhadores em decorrência das políticas governamentais implementadas, bem como a coalizão de interesses de partidos políticos e de classes realizados para sustentar o governo como um todo. Desse modo, nosso objetivo é apenas apresentar as diferentes análises em torno da temática, sem exauri-las para auxiliar na compreensão das rupturas de alguns setores com o governo.

3.1.1 Características gerais da política dos governos Lula (2003-2010)

Durante o primeiro mandato de Lula houve a manutenção do regime macroeconômico do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (sistemas de metas de inflação, superávits primários e taxa de câmbio flutuante). Em seu segundo mandato após a crise do mensalão e crise internacional de 2007-2008 ocorreu uma flexibilização centrada em programas de transferência de renda. Como apresentam Pinto et al (2016, p. 14):

[...] em meio a uma conjuntura que contava com uma restrição externa menos limitadora, dado o acúmulo de reservas internacionais pelo Banco Central. Essa flexibilização centrou-se na ampliação do crédito, no aumento do salário mínimo, na

ampliação dos programas de transferência de renda, na criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do programa Minha Casa Minha Vida, na ampliação da atuação da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, em termos gerais, nas políticas anticíclicas do período do pós-crise internacional.

A proteção do Estado e a valorização das empresas ligadas à burguesia interna, tais como: a construção naval, a construção civil, a mineração e os produtos agropecuários aparece em muitos aspectos da política econômica de Lula e Dilma. A busca por superávits na balança comercial favoreceu os setores ligados à exportação de produtos agropecuários e recursos naturais, através de programas de empréstimos e juros subsidiados pelo BNDES, priorizando as empresas nacionais implantadas no país (BOITO JR., 2018).

Segundo levantamento realizado por Pinto e al. (2016), a flexibilização das políticas dentro do regime macroeconômico gerou crescimento do produto interno bruto (PIB) em média de 3,5%, entre 2003 e 2006, de 4,7% entre 2007 e 2010, bem como aumento de investimento de 3,3% em média, entre 2003 e 2006, e de 7,3%, entre 2007 e 2010. Combinado com a conjuntura internacional favorável, houve aumento do poder de consumo das massas populares, garantindo o crescimento e distribuição de renda sem afetar os ganhos e o poder das classes dominantes:

Para além destas tendências gerais, do cenário internacional favorável e das boas condições macroeconômicas, foram quatro os principais determinantes específicos da “criação” de um mercado de consumo de massas no Brasil – nem todos devidamente reconhecidos no debate público brasileiro: políticas de transferência de renda; o sistema de proteção social; a política de valorização do salário mínimo; algumas transformações; e o bom comportamento do mercado de trabalho durante o período. Interagindo com esses processos, mas também respondendo a outros fatores, a expansão do crédito interno também desempenhou papel importante (BIANCARELLI, 2014, p. 277).

O crescimento econômico combinado com a ativação do mercado interno provocou a redução nos níveis de desemprego (5,3%), bem como a redução do índice Gini que mede os níveis de desigualdade social, de 0,5886, em 2002, para 0,5304, em 2010. Singer (2012) apresenta as críticas em relação ao índice, pois não englobaria efetivamente a repartição da riqueza entre capital e trabalho, assim dados do CPS/ FGV apontam que entre 2001 e 2009 a renda per capita dos mais pobres aumentou 6.8% ao ano enquanto a dos 10% mais ricos obtiveram um aumento de 1,5 ao ano.

No período de 2003 a 2010, os governos Lula criaram e implementaram diversos programas sociais. Em 2003 foi implantado o Programa Bolsa Família, que atingiu os baixos estratos da sociedade. Combinando com a elevação do salário mínimo no ano de 2005, conjuntura na qual houve o aumento real de 8,2%; a abertura do crédito consignado aos aposentados como forma de expandir o financiamento popular em 2004; o aumento da formalização do trabalho e a diminuição da taxa de desemprego, foram medidas econômicas que contribuíram para o fortalecimento da base social de apoio ao governo (SINGER, 2012).

A partir de 2005, programas governamentais de inclusão e busca pela democratização ao acesso ao ensino superior foram implantados: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o qual foi institucionalizado pela Lei 11.096 de 2005, concedendo bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior e selecionando os estudantes através das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), oriundos da rede pública de ensino ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos (MEC, 2020).

Merece destaque também o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que criou novas universidades públicas no interior do Brasil, bem como novos cursos de graduação nas instituições federais de ensino existentes; a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que, por meio da metodologia de ensino à distância, as instituições públicas cadastradas ofertam cursos de graduação; o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que financia os cursos presenciais de graduação em instituições privadas; e a utilização das notas do ENEM para o ingresso nas instituições de ensino superior público através do sistema de seleção unificada (MEC, 2010).

Além disso, em ambos os governos houve a expansão do funcionalismo público através da realização de concursos públicos, bem como a ampliação da autonomia do Ministério Público e da Polícia Federal. Tais modificações impactaram positivamente nos interesses da classe média tradicional e da alta classe média brasileira, já que esses empregos públicos começaram a ser ocupados por essas camadas sociais. No entanto, na contramão, as políticas sociais que atacam os princípios e valores dessas camadas, passaram a ser vistas como uma ameaça ao seu modo de vida:

Os filhos da classe média fazem do serviço público um lócus privilegiado de suas trajetórias profissionais e, para dar o exemplo recente mais evidente para os

brasileiros, em 2003, um operário assumiu a Presidência da República. Contudo, as pesquisas sobre os Estados capitalistas mostram que, no geral, a cúpula do aparelho de Estado é ocupada por indivíduos egressos da classe dominante ou das famílias abastadas de classe média [...] (BOITO JR., 2017, p. 13).

Ao ser criada a reserva de cotas raciais e sociais nas universidades e em concursos públicos impactou diretamente na ideologia meritocrática, “ameaçando” as vagas dos filhos desses setores. A combinação da recuperação do salário mínimo, ampliação dos direitos trabalhistas aos empregados domésticos, bolsa família aos vulneráveis economicamente são vistas como uma conta cara a ser paga através dos impostos pela alta classe média (BOITO JR, 2018).

A agenda do governo Lula proporcionou consideráveis mudanças no cenário econômico e social da sociedade brasileira, as quais nem sempre foram bem recebidas e impactaram diretamente na base de apoio do governo. Com isso, passamos as considerações relacionadas aos governos de Dilma Rousseff para compreendermos o aprofundamento dos desgastes da sua base até a sua deposição.

3.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POLÍTICA DOS GOVERNOS DILMA (2011-2016)

Nas eleições presidenciais de 2010, Dilma Rousseff obteve no primeiro turno: 47% dos votos válidos e no segundo turno, 56%, demonstrando a eficácia do lulismo em conseguir transferir o apoio político das bases eleitorais de Lula à sua candidatura, bem como garantindo a sobrevivência por mais quatro anos e também a vigência do realinhamento eleitoral (SINGER, 2012).

No primeiro mandato de Dilma, através da política anticíclica, destacam-se as seguintes ações econômicas: a) redução dos juros, uma vez que o Banco Central reduziu a taxa básica de juros de 12,5% para 7,25% ao ano entre agosto de 2011 e abril de 2013, ficando a taxa Selic com o índice mais baixo desde a sua criação. A medida também impactou nos bancos privados, que também reduziram a taxa de juros cobradas nas transações; b) alteração nas regras de remuneração da caderneta de poupança em 2012; c) uso do BNDES através da linha de crédito utilizada para subsidiar os investimentos das empresas por meio de repasses recebidos do Tesouro; d) Plano Brasil Maior, política de incentivo a ampliação do setor industrial para

estimular crescimento econômico; e) redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e sobre bens de investimento; f) a ampliação do microempreendedorismo individual (MEI); g) desonerações da folha de pagamentos para quinze setores intensivos em mão de obra; h) plano para infraestrutura, pacote de concessões para estimular a inversão em rodovias e ferrovias; i) reforma no setor elétrico, em setembro de 2012 por meio da medida provisória 579; j) desvalorização do real; k) controle sobre os fluxos de capital estrangeiro que entrava no país; l) proteção ao produto nacional, com o objetivo de valorizar a produção interna. Além disso, em 2011, elevou em 30% o IPI sobre os veículos importados ou que tivessem menos de 65% de conteúdo local, e no ano seguinte implementou o Programa de Compras Governamentais, em prol do setor de máquinas e equipamentos, veículos e medicamentos de produção nacional (SINGER, 2015).

Essas foram algumas das medidas e programas econômicos adotadas por Dilma em seu primeiro mandato que causaram mudanças relevantes no cenário político. Ao contrário das proposições de Lula, o governo Dilma travou embates políticos mais duros com as suas reformas, pois rompeu com o pacto do setor financeiro ao forçar os bancos a reduzir a taxa de juros e os *spreads* bancários e alterou as regras da poupança para que o Banco Central continuasse a reduzir a Selic (SINGER, 2015).

No entanto, o ambiente encontrava-se favorável à agenda do governo que combinava os avanços das políticas econômicas e sociais com a efetivação do programa neodesenvolvimentista e, também para o fortalecimento do lulismo. Os impactos positivos podem ser observados nas eleições municipais de 2012, nas quais os candidatos do Partido dos Trabalhadores foram eleitos em 630 prefeituras municipais, apresentando um crescimento de 13,98% em relação as eleições de 2008 (G1, 2016).

No final de 2012, Dilma lançou a campanha para reduzir o preço da eletricidade em prol da classe trabalhadora, medida que vigorou por pouco tempo, como aponta Singer:

Aproveitando-se de subida ocasional de preços em janeiro, Tombini, em conversa com a jornalista Miriam Leitão em 7 de fevereiro de 2013, solta que a inflação estava “mostrando uma resiliência forte” e que a situação não era “confortável”. Diante da pergunta fatal sobre se era necessário mudar a política monetária, respondeu que o BC estava atento a tudo. Foi o suficiente para que os investidores passassem a apostar na alta dos juros, o que significava demolir a viga de sustentação do projeto dilmista. Usar a política monetária para segurar a inflação — senha da direção neoliberal —, justo quando a redução de juros ao tomador finalmente se completava, era simplesmente desmontar o recém concluído (SINGER, 2015, p. 54).

Dia após dia, iniciou-se a desconstrução do ensaio neodesenvolvimentista. Começam a surgir discursos em torno da volta da inflação, críticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, ao ativismo estatal, combinados com os milhares de discursos proferidos na mídia nacional e internacional referentes aos gastos públicos desnecessários e à autorregulação do mercado contribuíram para fomentar a desconfiança dos investidores no Brasil. Além disso, houve o aumento dos juros, cortes nos investimentos público e o aumento da taxa de retorno nas concessões que buscavam retornar ao passo anterior das alterações na agenda econômica de Dilma (SINGER, 2015).

Ao longo dos mandatos do presidente Lula estruturam duas coalizões, a rentista e a produtivista. O programa da primeira entende que a econômica brasileira deveria ser de cunho mais neoliberal, aliada ao capital internacional e aos Estados Unidos da América, poderíamos representá-la no PSDB. Já para a produtivista, a meta seria a reindustrialização do país, ocasionando o crescimento econômico e tais medidas deveriam advir do Estado (SINGER, 2015).

Diferentemente de Singer (2015), Boito Jr. (2018) não identifica a contradição entre rentistas e produtivistas como a principal. Para ele, a contradição principal que permeia os governos petistas é a existente entre a grande burguesia interna e o capital financeiro internacional e a burguesia a ele associada. Em sua análise, a implementação da política neodesenvolvimentista sem rompimento com o modelo econômico capitalista neoliberal seria o indicador para atestar a hegemonia da grande burguesia interna no interior do bloco no poder, já que tal fração passaria a ter prioridade em relação ao capital financeiro internacional diante da política econômica e social.

Um ponto crucial para entendermos a crise política do “lulismo” tem como ponto de partida as escolhas políticas da presidente Dilma de mudar as orientações da economia ao responder aos interesses desenvolvimentistas. A rearticulação dos capitalistas que passaram a se posicionar contrários ao caráter intervencionista do governo e a crise iniciada após as eleições de 2014, levaram o governo a recuar e favorecer o bloco rentista enquanto fração da classe burguesa (SINGER, 2015). Para o autor:

[...] ao cutucar onças, a presidente deveria ter considerado os instrumentos que teria à mão para reagir quando viesse o bote do contra-ataque. Sem planejamento político, o ensaio desenvolvimentista abriu um vácuo sob os próprios pés e acabou por provocar a mais séria crise do lulismo quando a reação burguesa unificada em favor do retorno

neoliberal tornou-se incontrastável. Até por não haver, na sociedade, quem enxergasse a necessidade de contrastá-la (SINGER, 2015, p. 71).

A frente produtivista em 2011 apresentou ao governo um documento público, reivindicando a substituição de produtos nacionais por produtos importados, a queda da produção nacional. Esse documento foi assinado pela: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); a Central Única dos Trabalhadores (CUT); a Força Sindical; o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O texto foi entregue ao vice-presidente Michel Temer, contendo propostas de viés econômico como: a política industrial, comércio exterior etc. (SINGER, 2015).

As propostas vinculadas ao Plano Brasil Maior em 2011 foram a resposta ao documento formulado pelos produtivistas, garantindo mudanças estruturais na economia do Brasil para impulsionar a sua inserção na economia mundial:

Chama a atenção a quantidade de propostas adotadas por Dilma dentre as elencadas na ocasião: redução da taxa de juros “para nível internacional”, diminuição dos spreads bancários, facilitação do crédito para o investimento, aumento do IOF sobre a entrada de capital estrangeiro, desonerações tributárias, adoção do conteúdo nacional como “diretriz da política industrial”, “preferência para produtos nacionais nas compras governamentais”, entre outras. O Plano Brasil Maior, lançado pelo governo em agosto de 2011, equivale a uma resposta ao documento dos produtivistas. De acordo com o plano, o desafio seria o Brasil “sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial (SINGER, 2015, p. 59).

Ao contar com o apoio de sua base de apoio eleitoral no período de 2011 a 2013 procurou realizar reformas econômicas mais contundentes do que Lula no país. Assim, propôs medidas que causaram grandes impactos sociais e reflexos em sua base política de aliados, como aponta Martuscelli (2016, p. 23):

Ao longo dos primeiros anos de mandato (2011-2013), o governo Dilma adotou uma série de medidas que contrariavam mais diretamente os interesses dos banqueiros: a) aplicou sucessivamente a redução da taxa de juros Selic, chegando a aplicar a menor taxa de juros da política recente (7,25%), entre outubro de 2012 e março de 2013, quando os banqueiros e a mídia associada aos interesses rentistas lançaram a campanha contra a alta do preço do tomate para pressionar o governo pela queda da inflação e pelo aumento da taxa de juros; b) desvalorizou a taxa de câmbio brasileira, com o objetivo de ampliar a competitividade dos produtos nacionais no exterior; c) promoveu uma redução dos spreads bancários dos bancos públicos (Banco Brasil e Caixa Econômica Federal), chegando até mesmo a fazer pronunciamento em rede nacional, durante as comemorações do dia do trabalhador em 2012, exigindo que os

bancos privados seguissem a mesma política de redução dos juros cobrados pelos bancos públicos nos empréstimos, cartões, cheque especial e crédito consignado, com vistas a garantir a implementação do que ela chamou de uma política de “desenvolvimento do país” e de “desenvolvimento das pessoas”. Tal episódio gerou grande insatisfação entre os banqueiros que passaram a repudiar os aspectos excessivamente intervencionistas da política governamental; d) o governo Dilma ainda procurou elevar a taxa de retorno sobre as licitações públicas de rodovias, portos, aeroportos e ferrovias; reduzir o preço da energia elétrica e desonerar a folha de pagamento das empresas, demonstrando clara inclinação a apoiar os interesses da grande burguesia interna.

Muitas foram às mudanças propostas pelo governo de Dilma, para que realmente ocorresse inovação na economia e reindustrialização nacional, com o objetivo de aumentar os ganhos financeiros e ofertas de emprego e conseqüentemente o crescimento econômico. No entanto, ao adotar essas medidas mais contundentes economicamente, o governo passava a ser visto como intervencionista, o que inviabilizou os investimentos, mas resultou em parte na unidade da coalizão produtivista com o bloco rentista, até então de oposição (SINGER, 2015).

Combinada ao alinhamento de blocos rentista/produtivista, a partir de 2012, os empresários passam a requerer medidas de flexibilização da CLT, proposta no encontro anual da Confederação Nacional da Indústria (CNI). No ano seguinte, em abril de 2013, a Fiesp passou a divulgar e a incentivar as indústrias brasileiras para se instalarem no Paraguai, em razão da mão de obra ser mais barata e por não conter encargos trabalhistas, tornando evidente o distanciamento entre a CUT e os sindicatos que anteriormente assinaram o documento citado, endereçado ao governo federal (SINGER, 2015).

Nesse período, as manifestações de junho de 2013 tiveram como grande parte o público de jovens de classe média, críticos ao sistema político e aos políticos em geral, pedindo por uma melhora nos serviços públicos. Em decorrência da Copa de 2014 em que houve altos gastos públicos para a realização do evento, os protestos apontam a ineficácia do sistema político e o descontentamento com o agravamento da corrupção na política (SOUZA, 2017).

As manifestações trazem à luz a ruptura entre o governo e partidos políticos, estabelecendo uma crise de representação que ultrapassa o espectro político-eleitoral do lulismo. Como sustenta Souza (2016, p. 87), os protestos são marcados pela virada da “hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas”. Aponta também para o fato de o governo não ter partilhado as responsabilidades pelas críticas feitas ao sistema político com todos os atores políticos, bem

como não ter dialogado com a classe média que estava nas ruas, repetindo a estratégia usada no caso do mensalão considerando como “ilegítima” conspiração das elites.

As mobilizações são o começo da luta política atual, pois com a pauta crítica ao sistema político e contrária ao PT ganharam destaque e começam a surgir movimentos políticos com o objetivo de retirar Dilma do governo. Ao instaurar o cenário de crise e incerteza política, que estimuladas pela mídia e redes sociais, fomentaram a propagação de notícias falsas (*fake news*). Tais mobilizações atuaram e auxiliaram na construção negativa da imagem da presidente e, conseqüentemente, do PT (PIAIA, 2018).

Em sua última campanha eleitoral ficou evidente a perda de força e legitimidade do governo de Dilma, em virtude da queda na “lucratividade/rentabilidade sobre o capital, do aumento do controle econômico (reformas do setor elétrico e modificações nas concessões) e da Operação Lava Jato, que assustava e prendia os grandes empreiteiros nacionais” (PINTO *et al.*, 2016, p.26). A classe média tradicional, insatisfeita desde os mandatos de Lula, se opunha cada vez mais ao governo pela redução do seu poder de consumo e a proximidade econômica com a classe trabalhadora

Para se reeleger, a presidente adotou um discurso voltado à classe trabalhadora e aos movimentos sindicais, sociais e populares. Propondo a continuidade do modelo que garantiu a elevação da renda do trabalho e certa inclusão social. No entanto, a frente política desenvolvimentista e o “acordo” com os segmentos financeiros estavam definitivamente rompidos (PINTO *et al.*, 2016).

O resultado das eleições de 2014 evidenciam a perda de legitimidade do governo federal. No primeiro turno das eleições, a candidata Dilma Rousseff obteve 41,59% dos votos, concentrando-se principalmente na região norte do país. Já o candidato Aécio Neves do PSDB obteve 33,55% dos votos e a candidata Marina Silva do Partido Verde (PV) conquistou 21,33% dos votos. No segundo turno das eleições 51,64% dos votos foram para Dilma e para Aécio Neves, ficou em 48,36% (UOL, 2014).

Desde o início do segundo mandato da presidente reeleita, haviam certas movimentações políticas, como por exemplo, a do candidato derrotado nas urnas Aécio Neves que questionou o processo democrático das urnas, prenunciavam a instabilidade do governo. O signo da incerteza pairava sob o governo, de modo que foi alimentado por denúncias de uso ilícito de recursos financeiros durante a campanha, combinado com o resultado apertado do segundo turno das eleições, crise econômica e movimentações políticas contra o PT (PIAIA, 2018).

A crise política vivenciada no segundo mandato de Dilma confirma as rupturas das bases dos governos do partido, bem como as insatisfações de setores da sociedade brasileira. Como salienta Boito Jr. (2018, p. 268): “[...] agravamento das contradições que já se encontravam ativas no processo político brasileiro desde o início do ciclo de governos ligados ao PT”.

Cabe lembrar que além das manifestações públicas de rua organizadas por movimentos de direita, houve durante os pronunciamentos da, então presidente Dilma, o chamado “panelaço” – ato de bater panelas em janelas ou sacadas dos edifícios, no geral acompanhado de xingamentos” (TATAGIBA, 2017, p.84). Conforme registrado no banco de dados da referida autora sobre os protestos, registrou-se que o primeiro evento ocorreu em 08/03/2015. Durante o pronunciamento de Dilma em rede nacional pelo Dia Internacional da Mulher; em 05/05/2015 houve novo panelaço concomitantemente à transmissão em rede nacional do programa do PT. E em 03/02/2016 durante pronunciamento da presidente Dilma sobre o Zika vírus na TV aberta (TATAGIBA, 2017).

Os governos do PT na tentativa de realizar um pacto de classes, desmobilizaram e despolitizaram diferentes segmentos das classes trabalhadores, bem como lideranças de movimentos sindicais. Ao atender os interesses do capital, gerou desmobilização em segmentos da classe trabalhadora (RODRIGUES JÚNIOR et al, 2019).

As políticas de enfrentamento à pobreza - como: o aumento real do salário mínimo; Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida; bem como o acesso de setores vulneráveis as universidades através do Prouni, FIES e políticas afirmativas de cotas - repercutiram positivamente em uma melhora nas condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. No entanto, a inclusão ocorreu em níveis pontuais, já que o objetivo das políticas não visavam à organização coletiva dos trabalhadores, mas sim estimularam: “[...] o consumo de bens pelos indivíduos, dentro da lógica de que necessidades sociais são resolvidas no mercado e nas condições postas pelo mercado (RODRIGUES JÚNIOR et al, 2019, p. 55):

Ainda que fraco e muito aquém de um viés social-democrata tradicional ou um reformismo forte, esse processo acarretou, entre outras questões, dois movimentos significativos para a compreensão mais geral que temos até aqui discutido. Para as camadas organizadas da classe trabalhadora, representou um poder de barganha desconhecido por uma geração e que permitiu, após negociações e greves, reajustes quase sempre acima da inflação. Para a massa empobrecida e precariamente inserida nas relações de trabalho, houve um processo de maior integração ao mercado (de consumo ou de venda da força de trabalho) (CAVALCANTE, 2015, p.11).

Durante a vigência dos mandatos de Dilma, temos a continuidade de programas sociais propostos pelo governo anterior. Destacamos um importante avanço em 2012, momento em que foi sancionada a Lei Federal nº 12.711, a qual instituiu reserva obrigatória de 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior aos estudantes oriundos do ensino público. Ademais, a referida lei estipulou percentuais para negros e indígenas na proporção da população de cada estado (BRASIL, 2012).

Com a implementação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) combinado com a Lei de Cotas, o ingresso nas universidades federais tornou-se mais acessível às camadas populares. O candidato, através da nota do ENEM, consegue efetuar sua inscrição em universidades federais dentro da cota estabelecida pela lei, além de não precisar mais pagar por várias inscrições e se deslocar para realizar diversas provas de vestibular, tornando o processo mais simples e barato, o que contribui para a inclusão (DAFLON; FERES JR., 2012).

O Plano Nacional de Educação (PNE) promulgado na Lei nº 13.005/2014 trouxe metas para aumentar a taxa líquida de matrícula da graduação brasileira com a adoção de políticas de inclusão e assistência estudantil. O objetivo central era o de promover a redução das desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais por meio da ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior. De modo a impulsionar a real efetivação das políticas públicas anteriormente efetivadas, como se pode observar mais especificadamente na Meta 12 do referido Plano, que visava ampliar o acesso e promover a inclusão (BRASIL, 2014).

Segundo dados do Censo da Educação Superior coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), houve um total de 6,52 milhões de matrículas presenciais na graduação em 2016, sendo que os cursos de bacharelado representavam 78,0%, os de licenciatura 13,5% e os de graduação tecnológica 8,6%. O levantamento aponta para o crescimento de matrículas no período de 2009 a 2016: uma expansão de 808.902 para 1,19 milhões do total de matrículas em cursos de bacharelado presencial nas instituições públicas e, nas instituições privadas, de 2,84 milhões para 3,88 milhões de matrículas (IBGE, 2018, p. 98).

Em relação às políticas públicas implantadas das 5,08 milhões de matrículas de bacharelado presencial em 2016, cerca de 13,2% foram contempladas por algum dos programas referidos acima. Desse total, o sistema de cotas nas universidades públicas respondeu por 5,3% e o PROUNI, nas universidades privadas, por 7,9%. No ano de 2009, o percentual dessas

matrículas era de 7,8%, sendo 1,3% proveniente das cotas e 6,6% do PROUNI (IBGE, 2018, p. 100). Além das medidas dedicadas à expansão e à reestruturação do ensino superior público, durante os governo de Dilma (2011 a 2016), houve a implementação de outros programas sociais, tais como: Bolsa verde, Brasil carinhoso, Luz para todos, Mais Médicos, Pronatec, Programa de fomento às atividades rurais e Programa Cisternas (HUMANISTA, 2018).

A partir desta breve descrição das políticas públicas dedicadas ao ensino desenvolvidas durante os governos do PT, é possível perceber que elas têm como público-alvo as classes populares e são decorrentes de embates e construções ideológicas e políticas entre os mais diversos agentes sociais, os quais antecederam e deram base para os governos contribuindo para a sua permanência frente à presidência do país por treze anos.

Por intermédio das políticas sociais combinadas com as propostas econômicas, houve melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora, que passou a ocupar vagas nas universidades federais e em outros espaços públicos. Com isso, os setores da classe média, camada social que é interpelada pela ideologia da meritocracia, sentiram-se ameaçados e se afastaram do governo do Partido dos Trabalhadores. Tais mudanças refletiram no cenário político brasileiro, como podemos observar ao longo do texto, temos a emergência do lulismo e o realinhamento eleitoral da classe média, observados desde as eleições presidenciais de 2006.

Em relação ao governo de Dilma ao adotar uma postura mais intervencionista, a sua base de aliados se reordenou como forma de garantir a sua hegemonia e o seu lugar dentro do bloco de poder. As medidas econômicas adotadas atingiram muitas frentes. Sem ter o planejamento político necessário para lhes dar suporte provocaram rompimentos políticos que combinado com os desgastes dos governos petistas anteriores, desarticularam e desmontaram a sua frente política de sustentação.

A partir da análise de ambos os governos dos Partidos dos Trabalhadores e a política desenvolvida durante os treze anos permitem estabelecer semelhanças com os períodos de 1954-1964, ciclos de governos considerados populista ou de cunho popular, mesmo sem romper diretamente com o capitalismo, procuraram desenvolver políticas dedicadas as camadas populares da sociedade, mas acabaram enfrentando reações de determinados setores. Portanto, no próximo capítulo, observamos a recente reação aos governos do PT expressa pelo Movimento Brasil Livre que contou como principal base de apoio setores significativos das classes médias e empreendeu uma crítica conservadora à política dos governos petistas.

4 MOVIMENTO BRASIL LIVRE: IDEOLOGIAS E ATUAÇÃO POLÍTICA NO GOLPE DE 2016

O presente capítulo busca sistematizar as informações e os dados disponíveis acerca do Movimento Brasil Livre nas redes sociais – *Facebook* e *Youtube* –, com o objetivo de analisar o seu modo de atuação, mobilização, construção e ressignificação de pautas políticas, assim como contribuir para a compreensão da reorganização da direita no Brasil no período entre 2013 e 2016, tendo em vista que o próprio MBL foi um dos principais protagonistas nesse processo.

Para tanto, abordamos a direita brasileira e a sua reorganização política e *modus operandi* a partir da democratização de 1980 fazendo uso do que Casimiro (2018a, 2018b) identifica como “aparelhos privados de hegemonia” atuantes no país. Para então compreendermos o modo de organização e as movimentações políticas que influenciaram no processo de mobilização da direita brasileira, e as conexões existentes entre a rede de *think tank* de institutos liberais.

Partindo desse ponto, investigamos e analisamos o MBL enquanto entidade inserida e atuante dentro da rede de *think tank* através da conexão com a organização Estudantes pela Liberdade (EPL) para compreender e demonstrar a articulação e acumulação de forças da direita durante os governos do PT. Para atingir tal propósito, empreendemos a análises de diversos trabalhos acadêmicos, de entrevistas de lideranças políticas divulgadas nas redes, de veículos online de imprensa, bem como de postagens do próprio movimento em suas redes sociais que contêm elementos da sua inserção dentro da rede.

Por fim, investigamos o surgimento do MBL e o papel desempenhado por tal na política nacional no período de 2013 a 2016. O objetivo foi o de capturar os discursos, a ideologia, o modo de atuação e a mobilização contra o governo Dilma e sua política econômica e social. Além de observar os elos existentes entre a insatisfação da classe média tradicional e a agenda de governos progressistas/populares num plano mais geral e entender a historicidade de atuação/reação política dessa camada social traduzida na sua constituição como força social que alimentou a organização de movimentos de direita e a deposição de tais governos.

4.1 A REORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA DIREITA NO BRASIL

Nos últimos anos, o crescimento de movimentos políticos no Brasil alinhados com os ideais de direita tem estimulado o questionamento e a reflexão sobre o seu modo de atuação e organização políticas. Como lembra Miguel (2018, p. 12): “a direita nunca esteve ausente da política brasileira”. Nesse sentido, o uso do termo reemergência torna-se mais adequado para se referir à relevância e ao crescimento desses grupos portadores de um discurso conservador e reacionário, ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Ao adotar uma postura de governo conciliatória com parcelas significativas das classes dominantes no Brasil - que buscavam aumentar suas vantagens econômicas, e implementar políticas sociais -, visando atender interesses das classes populares historicamente ignorados pelos governos anteriores, os governos petistas conseguiram por certo tempo garantir relativa estabilidade política. Entretanto, já no primeiro governo Dilma, essas garantias parecem perder progressivamente sua eficácia, o que gerou ressentimentos políticos de vários tipos combinados com a crescente insatisfação manifesta por diferentes agentes, tais como: lideranças do PSDB; anticomunistas renitentes; religiosos; liberais econômicos; simpatizantes da ditadura militar, que acabaram migrando ou reforçando a oposição de direita ao governo e, com isso, contribuindo com o impeachment da presidente Dilma (MIGUEL, 2018).

A rigor, é problemático referir-se à existência de uma nova direita, como se seus elos com o passado fossem nulos ou como se a direita tivesse efetivamente deixado em algum momento de atuar na cena política brasileira. O que pode mudar de uma conjuntura para outra é o seu modo de atuação e de organização, suas pautas reivindicativas e até mesmo sua base social, o que nos permite entender o que há de “novo”.

A direita da atualidade é formada por grupos diversificados, os quais em sua composição mais extremada podem ser divididos em três subgrupos: “o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo” (MIGUEL, 2018, p. 18), que convergem em torno de um inimigo em comum: o PT. Em grande medida, o aumento da base social da direita tem ocorrido por conta da reativação da agenda moral conservadora, que é perpassada pela luta anti-bolivarianista; pelo combate ao marxismo cultural e pela disputa por projetos e visões de mundo (IBIDEM).

A sua capacidade de mobilização e atuação política pode ser constatada na força que demonstrou possuir nos últimos anos, em especial ao contestar ou mesmo ocupar o lugar das

ruas antes hegemônico pelas esquerdas, como podemos observar nas mobilizações públicas e políticas organizadas a partir de junho de 2013.

O principal fator que contribuiu para alavancar o discurso da direita foi a utilização, de forma eficiente das novas ferramentas de redes sociais– *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Whatsapp*. Fazendo uso destes mecanismos, organizações e movimentos de direita conseguiram modificar os limites e as pautas dos debates públicos no Brasil, os quais desde o fim da ditadura militar e a Constituição de 1988 pareciam ser consensuais nos discursos políticos e limitados pela observância e a garantia da democracia e dos direitos humanos (MIGUEL, 2018).

A volta dos discursos de ódio e os ataques aos princípios democráticos não podem ser compreendidos apenas como o resultado dos acontecimentos políticos intensos ocorridos no país a partir de 2013. Para Casimiro (2018b, p. 41), essas mudanças no cenário político fazem parte de uma reorganização das classes dominantes a partir de 1980, tendo “[...] como uma de suas manifestações, entre várias outras, o surgimento de um novo *modus operandi* de ação político-ideológica”.

Com o processo de democratização do país em 1980, a burguesia brasileira buscou novos mecanismos para redefinir e atualizar o seu modo de dominação. Assim, ocorreu a estruturação de uma rede de aparelhos privados de hegemonia, que são responsáveis pela difusão da ideologia de mercado e elaboração de projetos de poder:

Tais organizações atuam no sentido doutrinário – de difusão de diferentes matrizes do pensamento liberal e recrutamento de intelectuais orgânicos – quanto no campo considerado mais pragmático de elaboração de diretrizes, intervenção e proposição de políticas públicas, e de ação estrutural, alicerçada em um projeto de poder, desenvolvendo estratégias por dentro do Estado. Essas organizações podem ser caracterizadas como uma das principais estratégias de ação de frações e/ou setores da burguesia brasileira em projetos de reestruturação da dominação dos conjuntos das lutas de classes, evidenciando certas tensões, inclusive nas formas de internacionalização no plano capital-imperialista” (CASIMIRO, 2018a, p. 18).

A ascensão da “nova direita”⁷ no cenário político pode ser observada no aumento crescente de discursos de ódio às minorias e de ataques à democracia, vindo a sua difusão ser organizada por meio de redes internacionais e nacionais. A relevância da identificação destes grupos contribui para elucidar o modo de inserção social e os mecanismos de legitimação dos seus discursos.

7 Casimiro (2018a, p. 37) utiliza desta expressão para se referir à direita que faz uso: “de novas formas organizativas de estruturação da dominação”.

Nesse sentido, Casimiro salienta:

Essa conjuntura de articulação e mobilização burguesa para a dominação será entendida como um processo que vem sendo construído ao longo das últimas décadas, levando a modificações na gestão política, na reestruturação produtiva, na linguagem ideológica e na difusão de novos padrões de sociabilidade do capital; Por conseguinte, a nova estrutura de dominação burguesa no Brasil vem sendo construída e reitera enquanto processo de garantia de continuidade sob novas condições (CASIMIRO, 2018a, p. 27)

Frações da burguesia do Rio de Janeiro e intelectuais ligados à Fundação Getúlio Vargas, em decorrência do processo de abertura política, e entusiastas do projeto do empresário inglês Anthony Fisher, fundador do *Institute of Economic Affairs* (IEA) pretendendo implantar novas estratégias de ação política e ideologia, fundaram no ano de 1983 o Instituto Liberal, responsável por difundir os ideais do liberalismo econômico (CASIMIRO, 2018a).

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi fundado em 1984 o Instituto de Estudos Empresariais, que passa a organizar um dos eventos mais relevantes da direita no Brasil: o Fórum da Liberdade. Segundo Casimiro (2018a, p. 42), o evento é a “grande vitrine de apresentação pública de diversos aparelhos ideológicos”, pois há participação de liberais de todo o mundo, bem como representantes da *Atlas Network*⁸ e da Sociedade *Mont Pèlerin*.

Nos anos 1990, a rede investe em ações de articulação política da direita e o recrutamento de membros ocorreram através de organizações como: “[...] Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social” em relação as organizações não governamentais (ONGs) e fundações e associações sem fins lucrativo (Fasfil) (CASIMIRO, 2018b, p. 32).

Para a formulação de um projeto de poder e a reconfiguração e atuação dentro da estrutura institucional do Estado, surgiram importantes organizações representantes das frações de classes dominantes do país, que passaram a pressionar por mudanças de ordem conjuntural

8 Segundo Amaral (2015): “A Atlas Network (nome fantasia da *Atlas Economic Research Foundation* desde 2013) é uma espécie de *metathink tank*, especializada em fomentar a criação de outras organizações libertaristas no mundo, com recursos obtidos com fundações parceiras nos Estados Unidos e/ou canalizados dos *think tanks* empresariais locais para a formação de jovens líderes, principalmente na América Latina e Europa oriental. De acordo com o formulário 990, que todas as organizações filantrópicas têm de entregar ao IRS (Receita nos EUA), a receita da Atlas em 2013 foi de US\$ 11,459 milhões. Os recursos destinados para atividades fora dos Estados Unidos foram de US\$ 6,1 milhões: dos quais US\$ 2,8 milhões para a América Central e US\$ 595 mil para a América do Sul”.

(alterações na política econômica e social) ou duradouras (revisões constitucionais) relacionadas à legislação trabalhista, aos tributos, às privatizações, etc..

Esses aparelhos privados produtores e difusores de diretrizes de ação estrutural para a construção da hegemonia burguesa representam e contam com o suporte financeiro de grandes grupos industriais e financeiros nacionais e multinacionais. Por conseguinte, colocam-se como os verdadeiros portadores de uma suposta “racionalidade” e “objetividade” técnica necessária para a transformação e progresso do país em sua inserção no mundo globalizado (CASIMIRO, 2018b, p. 33).

Casimiro (2018a) também observa que o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, o Instituto Atlântico, o Grupo Líderes Empresariais e o Movimento Brasil Competitivo são entidades que trabalham em prol de grandes grupos econômicos e atuam na produção de consensos e na aprovação das reformas neoliberais. Além dessas entidades, a disseminação da doutrina e ideologia liberal conservadora ocorre, de forma difusa, através de: meios de comunicação, universidades, partidos políticos e ganhou e ganha força por meio da atuação de intelectuais e centros de pensamentos, ou seja, os *think tanks*.

A rede de *think tanks* é responsável pela elaboração de propostas, convencimento e recrutamento de novos quadros. Destacamos: o Instituto Liberal; o Instituto de Estudos Empresariais, o Fórum da Liberdade, o Instituto da Liberdade, o Instituto Millenium, o Instituto Von Mises Brasil, a organização Estudantes pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre (CASIMIRO, 2018b).

O Instituto Millenium foi lançado em 2006 no XIX Fórum da Liberdade, realizado em Porto Alegre- RS ganhando adeptos entre jornalistas, empresários e universidades brasileiras (CASIMIRO, 2018a). Fundado por um grupo de acadêmicos, executivos e profissionais liberais, contou com o financiamento de empresas e grupos, como: Gerdau, Editora Abril, *Pottencial* Seguradora, Suzano, *Bank of America Merrill Lynch* e Grupo Évora (dos irmãos Ling) (AMARAL, 2015).

No entanto, apesar da criação de institutos com o objetivo de difundir o ideal liberal, a reemergência da direita brasileira conseguiu efetivamente ganhar terreno no que Rocha (2018) chama de contra-públicos digitais⁹. Impulsionados pelo escândalo do “mensalão” durante o

⁹Rocha (2018, p. 20) utiliza-se deste o conceito para definir que os membros dos contra-públicos digitais: “compartilhariam identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem reserva em públicos dominantes, cujos discursos e modos de vida seriam tidos irrefletidamente como corretos, normais e universais. O surgimento de contra-públicos não subalternos vem crescendo cada vez mais com a popularização da internet [...]”.

governo de Lula em 2005 e os descontentes com este governo, esses grupos ganham força ao se reunir em comunidades digitais, blogs, fóruns de direita, identificando nas redes como um meio de compartilhar ideias e de se solidarizar.

Reunidas em comunidades digitais vinculadas inicialmente ao *Orkut* em 2004, as redes sociais foram e são o espaço principal em que ocorrem a formação dos contra-públicos digitais. A movimentação iniciada durante o “lulismo” foi ganhando força ao longo dos governos do PT, resultando na formação de grupos que emergiram nas ruas após 2013, e que passaram a disputar as pautas dos debates políticos com a esquerda (ROCHA, 2018).

A confluência de forças de direita ocorreu quando membros dos contra-públicos digitais passaram a fundar organizações com o intuito de representá-los, bem como pessoas ligadas a essas organizações se inseriram no mundo das redes sociais. Originado na comunidade virtual “Liberalismo verdadeiro” em 2006, um ano após nasceu o principal *think tank* ultraliberal brasileiro: o Instituto Mises Brasil (IMC), inspirado no *Mises Institute* americano (ROCHA, 2018, p. 139).

A criação de institutos liberais e a formação e organização de contra-públicos digitais evidência a reformulação e reestruturação da direita brasileira, principalmente durante a vigência dos governos petistas. Trata-se de uma direita que age em nome do combate à corrupção e defende simultaneamente os ideais do neoliberalismo. Desse modo, o MBL pode ser compreendido enquanto grupo organizado, como movimento ideologicamente ultraliberal. Ao agregar as suas pautas do antipetismo e do combate à corrupção, o conservadorismo moral, o MBL procura conseguir apoio popular, devido à maior penetração que os valores morais possuem na sociedade brasileira.

Cabe apresentar uma breve definição de ultraliberalismo, bem como uma justificativa para identificar o MBL dessa forma. Para tal, faremos uso da indicação sugerida por Rocha (2018), a partir de entrevista realizada com um dos membros do Instituto Mises Brasil:

O ultraliberalismo, segundo Beltrão, se diferencia do neoliberalismo por defender a abolição de uma série de políticas e instituições advogadas pelos neoliberais, como o monopólio da moeda, o Banco Central; uma política monetária ativa; órgão de defesa de concorrência (anti-truste); agências reguladoras estatais; investimentos estatais em infraestrutura essencial como estradas e portos; educação e saúde básicas públicas; políticas de renda mínima; harmonização das leis e impostos entre os estados. (2018, p. 139)

Ainda sobre o conceito de ultraliberalismo, Baggio (2016) chama a atenção para um artigo publicado no site do *think tank* Instituto Mises Brasil em 18/01/2017, intitulado “Em Defesa do Ultraliberal” escrito por Geanluca Lorenzon membro da organização. O autor defende que a utilização do termo “ultraliberal” compreende os que defendem a “genuína liberdade”, apresentando como problemática em identificar-se como: liberal; libertário; liberal clássico.

Entender as estratégias e o ativismo do MBL através do *YouTube* e do *Facebook* pode nos ajudar a pensar de forma mais ampla a militância da direita brasileira contemporânea, as relações que estabelecem entre o conservadorismo moral e o ativismo virtual, considerando aqui a importância das plataformas digitais no cenário político pós-2013, utilizadas inclusive para a convocação das manifestações de rua.

4.1.1 A construção da autoimagem do Movimento Brasil Livre

O MBL tende a se apresentar como não sendo um movimento das “elites” ou ligado a grandes grupos econômicos, mas como movimento vinculado às pessoas que trabalham e pagam impostos, o que abrange: “do pipoqueiro ao cara da classe média tradicional” (El PAÍS, 2014). Em uma das primeiras postagens feita em sua página no *Facebook*, no dia 18 de junho de 2013 o MBL informa que após vinte horas de colocá-la no “ar”, a página contava com mais de 1.000 (mil seguidores), concluindo assim que:

Isso demonstra a vontade dos brasileiros de mudarem o seu país, mas também a sua preocupação em se alinharem a um movimento que traga consigo propostas factíveis, objetivas e responsáveis, e não simplesmente carregadas de boas intenções porém desprovidas de contato com a realidade. Engaje-se e ajude-nos a construir um Brasil melhor e mais livre! (MBL, 2013).

O nascimento do movimento aconteceu em meio a conjuntura e embates políticos de que o Brasil estava sendo palco, o memorável junho de 2013. No entanto, ao consultarmos as informações fornecidas pela página oficial do movimento, notamos que a data formal de fundação do MBL só ocorre no dia 1º de novembro de 2014 (MBL, 2020).

Em entrevista concedida em 2016 ao Gaúcha ZH, Fábio Ostermann, co-fundador da rede Estudantes pela Liberdade, comentou que o MBL formou-se ainda em 2013, mas se estruturou

após a reeleição de Dilma em 2014. Momento, que também propôs a Kim Kataguiri e Renan Santos, líderes do MBL, a criação de uma sede do grupo em São Paulo para facilitar a articulação.

Kim Kataguiri (2017) relatou para o UOL as intenções iniciais do grupo:

A ideia do MBL inicialmente não era nem fazer manifestação [...] Era trabalhar uma linguagem para que a nossa mensagem fosse transmitida de uma maneira mais simples e mais divertida, para gerar mais engajamento.

O movimento ao fazer uso das redes sociais de forma eficiente, utilizando uma linguagem fácil e pautas atrativas conquistaram espaço político, e ao se apresentar como uma alternativa ao que “está aí”, conseguiu expandir o seu discurso e construir lastro social.

Lançado em 2015, o “Manual de instruções para filiais municipais” do MBL esboça as diretrizes voltadas aos seus membros relacionadas à atuação política, à ocupação de espaços públicos e à difusão dos ideais libertários. O documento está dividido em cinco itens: 1) programa ideológico; 2) organização formal; 3) atuação prática: ocupação de espaços; 4) encerramento formal dos líderes municipais e 5) parceiros.

Inicialmente, o documento “alerta” para o projeto de poder encabeçado pelo PT e observa que as manifestações nas redes sociais contra a situação em que o Brasil se encontra, ocorrem de forma desarticulada: “não representando uma ameaça real ao projeto de poder petista e ao *status quo* de mentalidade estatizante que impera no Brasil” (MBL, 2015a, p. 10). Assim, o movimento busca o seu fortalecimento para lutar, bem como sua expansão por meio de inserção em variados partidos políticos, visando à formação de novas lideranças políticas, ou como consta no seu Estatuto citado no referido neste Manual:

Art. 2º - o movimento brasil livre tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano bem como o fortalecimento da democracia brasileira, através das atividades de divulgação de ideias liberais, promoção de simpósios e eventos, publicação de livros, organização de manifestações e formulação de políticas públicas (MBL, 2015a, p. 12).

O MBL também apresenta-se como a real oposição ao modelo econômico petista e salienta que surge como uma “nova massa crítica intelectual”, que promove “as bases do pensamento liberal e conservador para os públicos variados” (MBL, 2015a, p. 9). Propõe-se a acolher a população revoltada, que paga impostos, estuda e trabalha e não tem uma vida digna para si e para sua família.

O seu programa ideológico é baseado e orientado pelo liberalismo, o que compreende a defesa da liberdade individual, da propriedade privada e do Estado de Direito como “conceitos fundamentais” e dos seguintes valores: “Liberdade e responsabilidade; Paz e proteção a direitos individuais; Livre iniciativa e empreendedorismo; Incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada; Igualdade perante a lei; Democracia”. O MBL afirma nortear-se por princípios tais como: “Autonomia do indivíduo e liberdade contratual; Livre iniciativa; Primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado; Livre mercado; Respeito à propriedade privada; Eficiência; Inovação; Transparência; Meritocracia; Estado de Direito; Democracia representativa; Federalismo e Visão de longo prazo” (MBL, 2015a, p. 13).

Ao se autodenominar como movimento suprapartidário, o MBL sustenta que o PSDB “mostrou-se distante das aspirações de uma parte cada vez maior do eleitorado”. Já o: “NOVO, o PSC e o DEM, parecem querer flertar em graus diversos com a defesa das ideias liberais, mas ainda não contam com uma adesão jovem e vibrante capaz de mobilizar suas bases” (MBL, 2015a, p. 10). Isso, de algum modo, indica que o movimento se propõe a criar uma força que substitua o PSDB como principal força de oposição de direita ao PT. Ademais, salienta que:

O Movimento Brasil Livre (MBL) busca fazer seu papel ao trazer o embate político baseado em ideias e valores liberais para o âmbito municipal, onde o estado pode ser provocado e transformado com maior eficácia. O debate político pobre e superficial é a regra na política brasileira, onde sindicalistas e lideranças de vermelho lutam com políticos inseridos na velha tradição patrimonialista das mais arcaicas por nacos dos orçamentos municipais. É, portanto, o terreno perfeito para que os novos ativistas políticos do século XXI possam expor suas ideias e conceitos, bem como propor novas soluções liberalizantes para os velhos problemas que assolam suas respectivas comunidades (MBL, 2015a, p. 10).

Também é dito em suas diretrizes e pautas que as filiais municipais devem seguir e propor no âmbito de sua atuação:

Redução e simplificação da carga tributária; Federalismo político e descentralização administrativa, em respeito ao princípio da subsidiariedade; • Autonomia contratual para o trabalhador; • Livre concorrência e livre iniciativa; • Fim do fundo partidário e do voto obrigatório; • Liberdade para a criação de partidos políticos, inclusive regionais; • Fim do alistamento militar obrigatório; • Fim das verbas de publicidade estatal que não sejam exclusivamente informes de utilidade pública; • Revogação do estatuto do desarmamento e o reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão; • Progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como educação, saúde, infraestrutura, administração de serviços penitenciários, dentre outros; • Fim dos monopólios estatais e privatização de

todas as empresas públicas e sociedades de economia mista; • Fim do BNDES e outros bancos públicos de fomento que servem apenas para gerar distorções no mercado e corromper agentes públicos; • Fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais, sociais ou de gênero; Livre comércio com todas as nações do planeta, independente de preferências ideológicas de governos específicos (MBL, 2015a, p. 14).

Os jovens que se vinculam ao Movimento Brasil Livre projetam-se, segundo esta entidade, como uma alternativa para velhos problemas do cotidiano do povo brasileiro. Uma “nova massa crítica” que, por intermédio do ativismo político nas redes sociais, ganha respaldo social, difundindo uma política econômica de caráter neoliberal fundada nas seguintes diretrizes e premissas: privatizações de estatais; fim do BNDES e bancos públicos; defesa do Estado mínimo; dentre outras, entendidas como mecanismos para recuperar a economia do país.

Em termos gerais, as propostas do MBL de privatizações das estatais e de defesa Estado mínimo são acompanhadas e apresentadas como alternativas para acabar com a corrupção dos agentes públicos e do governo. Na sua concepção, a estrutura da forma em que se encontra, contribui para a “roubalheira” e com a lentidão do Estado. As explicações dadas para implementar as mudanças propostas possuem justificativas nesse sentido, pois o Estado somente deveria preocupar-se com pequenas questões essenciais, para desempenhar sua função de forma excepcional. Com isso, o fim da nomeação de servidores para integrar o funcionalismo estatal contribuiria para terminar com a indicação de parentes e familiares. Já a integração de empresas e bancos à iniciativa privada os blindaria contra a corrupção. O movimento propõe também alterações no sistema de votação, pois o voto distrital acabaria com os gastos que a população tem com os políticos.

Desse conjunto de premissas, concepções e diretrizes, podemos depreender que o MBL procura se orientar ideologicamente pela disjuntiva eficiência/transparência/virtude do mercado versus inoperância/corrupção/vício do Estado. Destarte, a organização política procura elaborar narrativas acerca do cenário político do país que são assimiláveis ao grande público e que ao mesmo tempo que indica o que deve ser negado (o estatismo, o PT, a corrupção), apresenta alternativas para conquistar adeptos orientados pelos pressupostos do liberalismo.

No site do MBL, encontramos outras propostas aprovadas em novembro de 2015, durante seu primeiro congresso nacional, tais como: o projeto Escola sem Partido; a militarização das escolas; a extinção de tributos que incidam sobre o sistema de saúde; a revogação da Lei Rouanet; o fim do voto obrigatório; o fim do fundo partidário; a redistribuição

proporcional do número de cadeiras na Câmara Federal; o fim da reeleição; a simplificação do sistema tributário; a substituição do FGTS; a unificação e queda das alíquotas de ICMS interestaduais; a padronização das alíquotas de ICMS a nível nacional; a suspensão do salário de parlamentares presos; o fim da imunidade parlamentar e do foro privilegiado; o fim da redução da pena para crimes hediondos e a privatização de presídios (MBL, 2015b).

Uma das suas principais estratégias é a de provocar empatia de seus seguidores com algumas pautas ligadas a temas de alcance amplo, como a questão dos impostos e a reforma política, que são considerados pelos variados espectros políticos como incontornáveis e tendem ao seguinte questionamento: Como posso criticar se propõem melhorias que impactam diretamente em meu cotidiano?

No entanto, essas propostas são disseminadas juntamente com o antipetismo e a defesa da implementação de uma política neoliberal e conservadora no país. Ao mesmo tempo que o MBL propõe a simplificação do sistema tributário, também encontramos medidas que buscam acabar com as cotas raciais, sociais, gênero e com uma suposta divisão social, pois essas são consideradas pelo movimento como políticas da esquerda, construídas ao longo dos governos petistas que servem para separar a sociedade brasileira.

Outro objetivo central é a ocupação dos espaços políticos “e a destruição sistemática do pensamento e da prática estatista e esquerdista ao longo dos municípios país afora” (MBL, 2015a, p. 24). Inserindo-se por meio das redes sociais na batalha pela hegemonia política, o MBL demonstra claramente uma nova forma de atuação da direita que combina o ativismo político com a política neoliberal e conservadorismo nos costumes.

Como salienta Gobbi (2016, p. 77) o novo que encontramos na política da direita de hoje engloba sua atuação política. Ao utilizar o *modus operandi* anteriormente restrito à esquerda, tais como: os protestos de rua e até mesmo o ativismo digital, esses movimentos e organizações “inovam o seu repertório ao mesmo tempo em que mantêm performances de ação política já constituída”.

4.1.2 As relações do MBL com as organizações Atlas Network e Estudantes Pela Liberdade

Cabe detalharmos a relação do Movimento Brasil Livre com a rede internacional de *think tanks*, pois eles foram e são elementos fundamentais para o seu surgimento e a formação de militância e de capital cultural e social de seus membros.

Começando pela rede apoiadores brasileiros da *Atlas Network*. Em consulta feita ao sítio eletrônico em 11 de novembro de 2019, encontramos as seguintes entidades: Instituto de Estudos Empresariais; Instituto de Formação de Líderes; Instituto de Formação de Líderes-SP; Instituto de Formação de Líderes-SC; Instituto Liberal; Instituto Liberal de São Paulo; Instituto Liberdade, Instituto Ludwig Von Mises Brasil; Instituto Millenium; Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, Livres, Instituto Líderes do Amanhã e Estudantes pela Liberdade Brasil.

Um dos primeiros pontos de contato mais evidente com a rede de *think tank* pode ser encontrado no Manual de instruções para filiais municipais, formulado em 2015. Na seção 5 intitulada “parceiros”, são mencionados tanto o Instituto Liberal como o Instituto Mises Brasil como apoiadores do MBL. A parceria dos institutos elencados corrobora a tese de que o Movimento Brasil Livre se insere dentro dessa dinâmica de redes liberais, bem como já nasce com pautas e modo de atuação previamente determinados.

Nesse sentido, chamamos a atenção para o surgimento do próprio movimento. Em entrevista concedida à Marília Amaral, em 2015, publicado no site Agência Pública, Juliano Torres, então diretor executivo do EPL, evidencia a estreita ligação desta entidade com o MBL, bem como a sua rede de financiamento internacional do movimento. Ao tratar do surgimento do movimento, indica as dificuldades iniciais em participar das manifestações de rua sem comprometer as organizações americanas:

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a *Students for Liberty*, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook.

E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil likes na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguri] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio e pôquer filantrópico que o *Students For Liberty* organiza em Nova York para arrecadar recursos (AMARAL, 2015).

Além disso, coordenadores e personalidades do MBL possuem relações estreitas com a *Atlas Network*. Em artigo veiculado pelo próprio site desta entidade, Kim Kataguri (2015a) é referido como parceiro da *Atlas Network* e do EPL. Além disso, o artigo informa que vários membros do movimento passaram pelo seu principal treinamento *Atlas Leadership Academy* e que agora estão aplicando o que aprenderam:

“A *Atlas Leadership Academy* oferece diversos treinamentos com foco no desenvolvimento de missões, sabendo como atingir seu público e a importância de obter impacto”, disse Cindy Cerquitella, diretora da *Atlas Leadership Academy*. “Foi emocionante trabalhar com Advogados pela Liberdade no Brasil e em 90 países do mundo, e ainda mais empolgante vê-los colocando essas lições em prática” (KATAGURI, 2015a, tradução nossa)¹⁰.

Fábio Ostermann (2016) um dos líderes do MBL até o ano de 2015, é um dos cofundadores da rede Estudantes Pela Liberdade juntamente com Juliano Torres e Anthony Ling (que é filho de Willian Ling, do Instituto de Estudos Empresariais). Em entrevista dada ao Jornal EL País em 2015, Fábio Ostermann foi apresentado como sócio do Instituto de Estudos Empresariais e diretor do Instituto Liberal, que era presidido por Rodrigo Constantino e membro-fundador do liberal Instituto Millenium (IMIL). Esse último apoiado por grandes grupos empresariais brasileiros e meios de comunicação e associado a outros *think tanks* internacionais.

Outro ponto relevante, que pode ser verificado por Gobbi (2016, p. 71), é o de que o MBL constava na lista de parceiros da *Atlas Network* quando o autor acessou o site desta entidade em 22 de fevereiro de 2016. Em maio de 2016, Baggio (2016, p. 7) em uma nova

¹⁰Tradução livre de: The Atlas Leadership Academy provides diverse trainings with a focus on mission development, knowing how to reach your audience and the importance of achieving impact,” said Cindy Cerquitella, director of Atlas Leadership Academy. “It has been thrilling to work with advocates for liberty in Brazil, and in 90 countries worldwide, and even more exciting to see them putting those lessons into practice

consulta ao site verificou que o movimento aparecia na lista em maio de 2016, mas não o encontrou em verificação realizada em julho do mesmo ano. Ressaltamos que, no mesmo período, no qual o movimento deixou de aparecer na lista do site, estava em votação o impeachment de Dilma Rousseff.

O *Students For Liberty* (SFL) foi fundado em 2008 em uma conferência realizada na Universidade de Columbia. Apresenta-se como uma rede formada por estudantes pró-liberdade que possui a missão de educar, desenvolver e empoderar jovens sobre a filosofia da liberdade, para que o mundo possa se tornar um lugar mais livre:

“Students For Liberty” é uma rede de estudantes pró-liberdade de todo o mundo, que cresce rapidamente. Nossa missão é educar, desenvolver e empoderar a próxima geração de líderes da liberdade. Somos a maior organização de estudantes libertários do mundo. Conseguimos isso por meio de uma estratégia de empoderamento, identificando os principais líderes estudantis e treinando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades. O que começou como uma pequena reunião de jovens líderes se tornou um movimento internacional de estudantes com milhares de líderes em todo o mundo e com operações em todos os continentes habitados. Os números acima representam o impacto da SFL desde a sua fundação (STUDENTS FOR LIBERTY, 2020, tradução nossa)¹¹.

Ao analisar os principais doadores do SFL, Gobbi (2016) aponta para instituições da rede financiada pelos Irmãos Koch, como: *Atlas Network, Institute for Humane Studies, Cato Institute, Charles Koch Institute*. Além de captar recursos por meio do *Donors Trust*, fundo utilizado pelos irmãos Koch que possibilita o anonimato na doação.

O Estudantes Pela Liberdade é a versão brasileira do *Students For Liberty*. Em consulta ao sítio eletrônico do EPL em 9 de novembro de 2019, não encontramos menções às suas conexões internacionais, bem como no sítio do SFL não aparecem informações de seus parceiros no Brasil. Gobbi (2016, p. 59) aponta também para essa ausência de referência às parcerias, mas traça semelhanças entre os sites, observadas: “na identidade visual, no discurso, no conteúdo e na estrutura do sítio eletrônico”.

¹¹Tradução livre de: Students For Liberty is a rapidly growing network of pro-liberty students from all over the world. Our mission is to educate, develop, and empower the next generation of leaders of liberty. We are the largest libertarian student organization in the world. We accomplish this through a strategy of empowerment, identifying the top student leaders and training them to be agents of change in their communities. What began as a small meeting of young leaders has become an international movement of students with thousands of leaders around the world and with operations on every inhabited continent. The numbers above represent SFL's impact since its founding.

Em razão de ter realizado em sua pesquisa de mestrado entrevistas com membros do Estudantes pela Liberdade, oportunidade em que questionou sobre possível financiamento internacional, Gobbi (2016) relata um posicionamento cauteloso sobre a questão, já que obteve respostas de que a relação não seria apenas de captação de recursos financeiros e de que tenderiam ser relações indiretas e informais. Um dos entrevistados chegou a afirmar que eles buscavam principalmente treinamento.

Apesar de em vários momentos membros do MBL terem reafirmado não serem financiados por organizações internacionais, logo, nas primeiras postagens, podemos observar a ligação com institutos liberais internacionais tais como textos do site: Instituto Ordem Livre, com a autoria de Fabio Ostermann, vídeos vinculados ao canal do *Youtube* dos Estudantes pela Liberdade, do diretor Bernardo Santoro do Instituto Liberal e, até mesmo, divulgação de uma seleção para recrutamento de jovens para atuarem como coordenadores locais do Estudantes pela Liberdade no ano de 2014 (MBL, 2014a).

A importância de se estabelecer as conexões entre os membros do MBL com a rede EPL e a *Atlas Network* é a de que ambos agem em defesa do liberalismo econômico. Além, de estabelecer que o diferencial do movimento em relação aos demais institutos da rede liberal é justamente o seu modo de ação e legitimação através das redes sociais e das manifestações públicas de rua.

4.2. FORMAS DE MOBILIZAÇÃO, ATUAÇÃO POLÍTICA E REDE DE LEGITIMAÇÃO DO MBL

Para tratar dos modos de organização, atuação política, mobilização pública e mecanismos de legitimação dos discursos relacionados ao Movimento Brasil Livre, analisaremos o conteúdo de suas postagens no *Facebook* e *Youtube*, assim como alguns de seus documentos oficiais. Para tanto, utilizaremos as informações obtidas pelo aplicativo *Netvizz*, a partir do qual obtivemos links dos vídeos e postagens publicados no perfil no *Facebook* num período determinado (2013-2016) com o objetivo de capturar as reais motivações das movimentações políticas e pautas do nosso objeto de estudo: o MBL. Essa análise em profundidade também permitiu identificar um grupo de personalidades políticas que reforçaram

as bandeiras levantadas pelo movimento, bem como a estrutura discursiva usada para atingir determinadas camadas sociais.

O objetivo principal dessa seção é demonstrar os discursos condensados no antipetismo, concebido como guarda-chuva para a difusão de diversas outras pautas; e o modo como impactaram determinadas classes e frações de classe que se mobilizaram pelo impeachment de Dilma Rousseff, bem como passaram a orientar politicamente a política nacional pós-golpe de 2016.

4.2.1 Formas de mobilização e legitimação

Um dos fatores principais para auxiliar na compreensão das camadas sociais atingidas pelas mobilizações do MBL engloba, justamente, o modo de organização e mobilização utilizado. No ano de 2014, tais expedientes obtiveram mais notoriedade, principalmente após as manifestações públicas de 2013 e a resignificação de suas pautas. Em um de seus vídeos, intitulado: “Passe Livre é manobra do PT” encontramos algumas intervenções sobre o movimento considerado o principal propulsor das manifestações de junho de 2013.

No vídeo Kim Katagiri (2015b) apresenta o Movimento Passe Livre (MPL) como parte da militância petista, concebendo-o como uma manobra política adotada pelo Partido dos Trabalhadores para desviar a atenção dos escândalos de corrupção que estavam vindo à tona. Além disso, o MBL denunciava que o MPL era financiado por ONGs, que recebiam dinheiro das estatais e incentivos da Lei Rouanet e sustentavam uma pauta totalmente descabida para os meios de transportes coletivos: a pauta da tarifa zero.

A pauta do MPL foi apresentada em tom de deboche pelo MBL. Embora considere o transporte coletivo um direito, o seu fornecimento gratuito à população resultaria no aumento de impostos, proposição contrária às pautas do MBL. Na visão da organização, a justificativa para o transporte coletivo ser de péssima qualidade decorre das regulações e tributos estatais, que impediriam a livre concorrência entre as empresas e até mesmo limitaria o ingresso de certas empresas ao mercado. Nesse sentido, segue a transcrição de um vídeo gravado por Kim Katagiri (2015b):

O PT já mobilizou sua militância em relação aos protestos do Movimento Brasil Livre. O Movimento Passe Livre que é financiado por ONGs, que recebem dinheiro de estatais e incentivos da Lei Rouanet já começou a se organizar para desviar a atenção da sociedade dos escândalos de corrupção petista. Uma das ONGs que financiam o Movimento Passe Livre é a Associação Alquimídia que tem por objetivo democratizar a mídia. Quem já conhece o vocabulário petista sabe que democratização da mídia não é nada mais do que censura. Nesse ano o Movimento Passe Livre já anunciou que vai fazer protesto pedindo tarifa zero pros meios de transportes coletivos. A justificativa deles é que o transporte é um direito e por isso deve ser fornecido de graça, único detalhe que eles esqueceram é que não existe nada de graça. Todo dinheiro do governo vem do povo, isso significa que pedir tarifa zero é a mesma coisa que pedir aumento de impostos. O transporte público só é caro e de péssima qualidade por causa das regulações e tributos que o governo impõe. Por exemplo, se amanhã eu quiser comprar um ônibus, contratar um motorista e cobrar 10 centavos dos passageiros eu não posso! Simplesmente porque o governo não deixa, o governo faz acordo com empresas que prestam serviço no máximo medíocre e impede outras empresas de entrar no mercado. No fim de tudo, isso não passa de uma manobra para desviar a atenção da sociedade dos escândalos de corrupção do PT não se deixe enganar o Movimento Passe Livre não passa de militância petista.

Em um texto divulgado na página oficial do MBL e publicado no site do Instituto Ordem Livre, Ostermann (2013a) questiona a legitimidade da pauta do Movimento Passe Livre, concluindo que o protesto deve se orientar por uma causa certa. No caso, aponta que não seria a gratuidade do transporte coletivo urbano, pois isso só causaria aumento da burocracia e da ineficiência. A solução apresentada é a da liberalização do mercado de transporte coletivo, já que isso contribuiria para uma melhor prestação do serviço, além de que para diminuir a corrupção e realmente mudar o que “está aí”, seria necessária a redução do tamanho do Estado, concebida como pauta legítima, na medida em que, de acordo com ele, isso contribuiria para reduzir os poderes dos políticos.

Conforme levantamento realizado acerca das atividades do movimento no período de 2013, o objetivo inicial do MBL foi o de buscar ressignificar junho de 2013. Nesse sentido, a pauta da gratuidade do transporte coletivo, ou seja, o Passe Livre, passava a ser concebido como inviável, pois alimentaria o aumento de impostos. Isso sem contar que o próprio MPL começou a ser referido como movimento organizado pelo Partido dos Trabalhadores.

A ressignificação de junho de 2013 marcou o surgimento de grupos de direita capazes de se opor às pautas da esquerda e de ocupar as ruas, como podemos observar nas declarações acima e em tantas outras publicadas¹². Essa transformação também pode ser observada

12 O programa do novo partido do presidente Jair Bolsonaro, chamado de Aliança pelo Brasil, também procura ressignificar junho de 2013 para seus próprios objetivos, como podemos observar na seguinte passagem: “Em 2013, o povo brasileiro, outra vez, disse ‘não’ aos donos do poder. Desta vez, não o fez em um referendo convocado

efetivamente na mudança nos participantes nos protestos e na forma como a mídia - rede televisiva - passou a se referir às mobilizações, indicando que agora não se tratava mais de movimento de vândalos, mas de uma ação cívica e democrática.

Segundo Singer (2013), é possível distinguir três fases das manifestações de 2013 no Brasil. A primeira ocorreu entre os dias 06 e 13 de junho na cidade de São Paulo, foram promovidas pelo MPL e a pauta foi a redução da tarifa do transporte público. Na segunda fase, iniciada no dia 17 e encerrada no dia 20 de junho em diversas cidades brasileiras, diversos grupos aderiram ao movimento e com isso novas pautas e motes começaram aparecer nas ruas, tais como: crítica ao sistema político, combate à corrupção, contra os gastos em obras públicas para a Copa do Mundo de 2014. Na última manifestação desse ciclo já fica evidente a total mudança do caráter do movimento. Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês já ocorre a fragmentação do movimento, pois há mobilizações paralelas com objetivos específicos como: redução de pedágios, derrubada da PEC 37¹³, protesto contra o Programa Mais Médicos.

Em meio aos protestos de junho, no dia 15 de junho, começou a Copa das Confederações, em que Dilma foi vaiada no estádio durante a cerimônia de abertura do evento (O GLOBO, 2013), bem como, expressões misóginas e de ódio ao PT viralizaram na internet e nas ruas. Com os protestos de 2013 e a polarização das eleições presidenciais de 2014, o discurso no imaginário coletivo de luta entre o bem e o mal, fortaleceu os embates contra a presidente Dilma, Lula e o Partido dos Trabalhadores: “A polarização gerada em 2014 [...] ofereceu os caminhos para que os sentimentos de ódio e ressentimento pudessem encontrar uma via de expressão política” (TATAGIBA, 2017, p. 88).

Como aponta Rocha (2018), foi a partir das mobilizações de junho de 2013 que discursos mobilizando a temática do antipetismo e da luta contra a corrupção passaram a ser centrais nas pautas das direitas. Anteriormente, a pauta já fazia parte do repertório dos contra-públicos digitais desde, ao menos, os escândalos do mensalão.

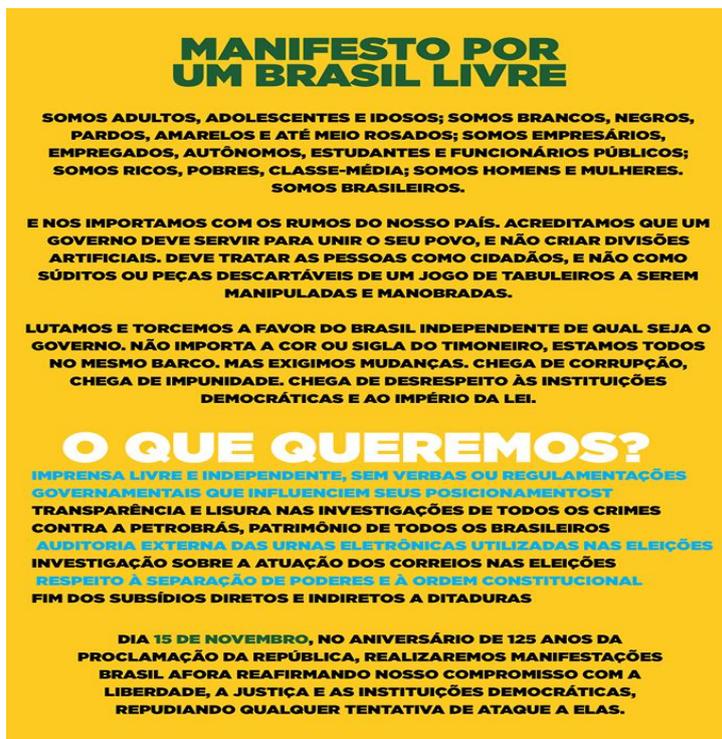
por burocratas e passível de ser ignorado, mas nas ruas, de onde bradou, ainda que sem muita clareza, que desejava tomar o destino da nação em suas próprias mãos e conduzi-la para as mudanças que tanto ansiava”. (ALIANÇA PELO BRASIL, 2019, p. 1).

¹³Projeto de Emenda à Constituição que visava retirar o poder de investigação criminal do Ministério Público, que passaria a ser exclusividade das polícias federal e civil (SINGER, 2018).

Além de propagar um discurso de agir em busca de um país melhor independentemente do governo que esteja à frente, não esquecendo de que os ideais libertários apareciam já nas primeiras mobilizações organizadas pelo MBL, encontram-se mecanismos de arregimentação para a sua base social. Em 4 de Novembro de 2014, a organização reforçou a ideia de que no movimento não há divisão entre classes, opção sexual, afinal: “somos todos brasileiros”, ao publicar o Manifesto por um Brasil Livre em seu perfil no *Facebook*.

Declarações como esta aparecem em outros discursos e publicações durante o período investigado, reforçando a ideia de que o MBL atenderia supostamente as demandas, interesses e necessidades de todas as classes sociais. Podemos observar o emprego desse expediente discursivo no manifesto publicado em sua página em que encontramos um chamado para a população participar da manifestação pública do dia 15 de novembro de 2014:

Figura 1- Manifesto por um Brasil Livre



Fonte: Movimento Brasil Livre, 2014b.

Interessante salientar aqui o mecanismo de legitimação e construção discursivas relacionadas a determinadas temáticas, como as contidas na figura acima. A posição que o movimento adota para chamar a população para participar da manifestação pública é

direcionada a amplos setores da sociedade, demonstrando oposição a certa divisão social, reforçando o caráter não partidário do movimento e a luta em prol de um Brasil sem corrupção e impunidade. Essa forma de interpelar os manifestantes a partir de um discurso de natureza universalizante – somos todos brasileiros, não queremos dividir o país, somos todos contra a corrupção, queremos um Brasil melhor – é uma forma de álibi empregado pelo MBL para constituir a ideia de comum e garantir, com isso, a adesão de segmentos da sociedade que não integram a sua base social mais ativa oriunda das classes médias.

A tentativa de desvincular a imagem do movimento dos partidos políticos em um momento de crise econômica e descrença crescente no sistema político brasileiro, como observamos em pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha¹⁴ durante as manifestações, podem ser compreendidas como uma ação mobilizada pelo Movimento Brasil Livre para ganhar credibilidade com a população em geral. Combinando isso com a luta contra a corrupção, o que implicaria a investigação de todos os crimes e o respeito às instituições democráticas, o movimento consegue alavancar e colar o seu discurso em diversas camadas sociais.

No dia 5 de novembro de 2014, a página oficial do movimento publicou um vídeo convocando para a manifestação prevista para o dia 15 do mesmo mês, com a seguinte descrição: “Movimento Brasil Livre é plural, diverso e democrático - igual ao país que queremos”. Segue a transcrição do vídeo:

Olá, quero fazer um convite especial a todos que venham fazer parte das manifestações do dia 15 de novembro e fazer um convite especial pra você que é gay. Eu sou gay e digo: eu faço parte desse movimento! Se você ainda acredita que a organização LGBT tá aí pra lutar pelos seus direitos, você tá muito enganado! Existe um projeto de poder em curso e a organização LGBT é apenas o braço de partido político que usa os gays como massa de manobra. Então venha para o nosso movimento! Aqui a liberdade é preservada, a direita preserva a liberdade, nosso movimento é de oposição! Nosso movimento é dos brasileiros, aqui nós só temos dois rótulos: de ser humano e de brasileiro, não tem mais nada. Aqui é branco com negro, rico com pobre, gay com hétero, não tem distinção porque luta de classes é típica da esquerda. É isso que tá acabando com a nossa sociedade nós temos que ir unidos, nosso papel é ir unidos como brasileiros. A minha pátria grande, eu digo, é única, só existe uma pátria grande em minha vida que é o Brasil, não existe nenhuma outra pátria. A minha bandeira é brasileira, e você que é gay venha fazer parte disso também, aqui você é acolhido, a liberdade é preservada, a liberdade individual acima de tudo. Somos todos unidos, todos brasileiros. Endireita Brasil! (MBL, 2014b).

¹⁴ Ver pesquisas realizadas em: Datafolha (2015a, 2015b)

Trata-se de conteúdo dedicado ao público LGBT, que contém elementos de uma tentativa de desconstrução do caráter específico das pautas identitárias sustentadas pelo MBL. Ao expor em sua página um vídeo gravado por um homossexual, apresentando o movimento e a direita como sinônimo de liberdade de expressão, assim como ao se referir às diferenças de identidades como resultantes de uma prática de esquerda, o MBL apela mais uma vez a um discurso de natureza universalizante com vistas a interpelar um contingente maior de possíveis adeptos. No caso específico desta pauta, o movimento esforça-se para não apresentar uma visão preconceituosa, defende uma visão pluralista de sociedade, mas que está orientada pela ideia de pertencer ao Brasil ou ser brasileiro. Ser brasileiro estaria, nesse sentido, acima das diferenças de classe, gênero, sexualidade e raça/etnia.

Seguindo a lógica da legitimação do discurso, encontramos textos de seus membros vinculados a outros meios de comunicação, o que corrobora a ideia de elaboração de uma rede auxiliar de legitimação de seus próprios discursos. Assim baseado nos dados levantados, organizamos cronologicamente a rede utilizada pelo movimento que contém publicações de textos, vídeos de artistas vinculados a outras páginas com o mesmo tipo de conteúdo.

Ressaltamos que a tabela a seguir contém apenas textos e vídeos que puderam ser acessados pelo link que a postagem do Movimento Brasil Livre remete. Contudo, obtivemos *link* de textos e postagens, as quais não constam na tabela por não conseguirmos ter acesso ao seu conteúdo.

Quadro 2: Rede de legitimação do MBL:

PORTA VOZ	DATA	CONTEÚDO	REDE
Fábio Ostermann	18/06/13a	Texto: Protestar sim, mas pela causa certa	Site: Instituto Ordem Livre
Diogo Costa	18/06/13a	Texto: As novas danças com chuvas	Site: Instituto Ordem Livre
Fábio Ostermann	20/06/13b	Texto: Se a internet tivesse sido criada pelo governo brasileiro	Site: Capitalismo para os pobres*
Felipe Neto	25/06/13	Muda Brasil	Youtube-canal: Felipe Neto
Fábio Ostermann	03/07/13c	Texto: Rebeldia com Causa	Site: Instituto Ordem Livre

Diogo Costa	06/12/13b	07 verdades cruéis sobre o Brasil	Youtube: canal Estudantes pela Liberdade
Fábio Ostermann	07/11/14a	Texto: O Abismo e a democracia	Jornal Gazeta do Povo
Wanderlei Silva	05/12/14	Convite para a manifestação 06/12/14	Facebook- MBL
Danilo Gentili	05/12/14	Convite para a manifestação 06/12/14	Facebook- MBL
Fernando Gasparetto	05/12/14	Convite para a manifestação 06/12/14	Facebook- MBL
Otavio Mesquita	05/12/14	Convite para a manifestação 06/12/14	Facebook –MBL
Paulo Ricardo	05/12/14	Chamada Manifestação 06/12/14	Vem pra Rua
Bruno Garschagen e Adolfo Sachsida	06/12/14	Podcast: 148º Mises Brasil	Instituto Ludwig Von Mises Brasil
Fábio Ostermann	13/12/14b	Texto: Precisamos falar sobre a privatização da Petrobras	Jornal Gazeta do Povo
Adolfo Sachsida	28/01/15	Mais Liberdade, menos Impostos	Programa Os pingos nos Is
Adolfo Sachsida	08/03/15	Convite Manifestação 15/03/15	Facebook –MBL
Bernardo Santoro	11/03/15	Convite para a manifestação 06/12/14	Diretor do Instituto Liberal
Danilo Gentili	08/04/15	Convite para a manifestação 06/12/14	Facebook MBL
Reinaldo Azevedo	14/12/15a	Apoio as manifestações pró-impeachment e ao MBL	Programa: Os pingos nos Is
Reinaldo Azevedo	21/10/15b	Manda recado para Renan Calheiros	Programa: Os pingos nos Is
Reinaldo Azevedo	09/01/16	Mitada de Reinaldo Azevedo	Programa: Os pingos nos Is
Ratinho/Faustão	10/03/16	Convite para Manifestação 13/05/16	Facebook- MBL
Reinaldo Azevedo	20/05/16b	Autocrítica que o PT Deveria fazer	Facebook –MBL

Fonte: Elaborado pela autora

Fábio Ostermann escreveu um texto para o jornal Gazeta do Povo: “O abismo e a democracia”, indicando os desafios do sistema democrático de governo no Brasil, e todos os percalços sofridos até os dias atuais. A parte mais chamativa fica por conta dos ataques ao Partido dos Trabalhadores e a construção discursiva em relação ao resultado das eleições presidenciais:

Diante do sucesso eleitoral de práticas tão acintosamente antidemocráticas, é até compreensível que parte da oposição esteja desenvolvendo certa descrença na viabilidade de se barrar por meio do voto o projeto de poder do PT (a cada dia mais explicitamente hegemônico). Apesar de bandeiras antidemocráticas, como as de retorno dos militares, serem levantadas apenas por figuras isoladas sem qualquer expressão dentro dos movimentos civis e políticos de oposição, recomendo cuidado: tudo o que o PT mais precisa e deseja neste momento são argumentos para deslegitimar a oposição e, assim, implantar suas reformas de inspiração bolivariana sem o transtorno de ter de lidar com uma oposição ativa e unida (OSTERMANN, 2014a).

Partindo dessa pequena passagem de Ostermann, que não integra mais hoje o MBL, vislumbramos mais um ponto de construção discursiva do movimento: a depreciação do Partido dos Trabalhadores. O partido passa a ser concebido como o responsável pela construção das categorias sociais e pela divisão dos brasileiros em classe, pela implantação do bolivarianismo no Brasil, pela crise econômica e pelos “questionáveis” resultados das eleições presidenciais de 2014.

A oposição discursiva construída pelo Movimento Brasil Livre está em apresentar a sua base de apoio palavras e elementos que se opõem às políticas oriundas do PT. Exemplos disso, podem ser observados nas manifestações públicas em que os participantes usavam a camiseta verde amarela opondo a camiseta vermelha do PT; no lema: “Somos todos brasileiros”, um só povo, uma só nação contra a divisão do Brasil em pobres, ricos, negros, brancos; na relação estabelecida entre corrupção do PT e operação Lava-Jato; na crítica a intervenção estatal na mídia, na luta contra à intervenção estatal nas privatizações; e na defesa do livre comércio e do Estado mínimo.

A tradução política disso figura no emprego de jargões, como: “Mais Brasil, Menos PT”, “Fora PT, nossa bandeira jamais será vermelha”, que contribuem para apresentar numa mensagem simples que o partido é o responsável por todo mal que “está aí”, permitindo ao MBL ganhos de notoriedade e aumento de sua base social de sustentação, como podemos perceber nas manifestações públicas que realizou e ajudou a organizar. A rede de legitimação de discurso estruturada através de vídeos com pautas envolvendo questões cotidianas, valendo-se de uma linguagem acessível, tocam os cidadãos, e isso fez com que o movimento crescesse, atingindo outras camadas sociais, e, conseqüentemente, difundisse os ideais liberais adotando como pauta central o antipetismo.

A construção do discurso favorável ao impeachment de Dilma Rousseff gira em torno de tirar o mal que “está aí”, apontando-o como o único responsável pelos problemas sociais do

Brasil, fato que podemos observar nas manifestações públicas organizadas pelo movimento, como veremos a seguir.

4.3 MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS E ATUAÇÃO NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

A construção da pauta impeachment de Dilma Rousseff é perpassada pelo antipetismo e pela insatisfação com o sistema político. O Movimento Brasil Livre aproveitou e estimulou esses sentimentos, principalmente após os escândalos envolvendo a Petrobras, a implementação do ajuste fiscal pelo governo e a crise econômica ocorrida em seu segundo mandato.

De acordo com Tatagiba (2018, p. 116): “As direitas brasileiras souberam ler o ‘espírito de junho’ e renovaram o seu repertório de ação, até então restrito à lógica eleitoral e ao lobby, para incluir o confronto político”. Protestos que foram transmitidos ao vivo em cadeia aberta de televisão, e conseguiram levar às ruas em 15 de março de 2015, um milhão e 350 mil manifestantes para protestar contra o governo de Dilma Rousseff, um ano depois mobilizou 3 milhões de pessoas para as ruas para exigir o impeachment e a prisão de Lula.

Atuando através das redes sociais e das megamanifestações públicas em busca da consolidação política do impeachment de Dilma, organizações e movimentos de direita foram tecendo discursos que desmereciam e projetavam uma visão negativa sobre a presidente, as políticas sociais e econômicas implementadas pelo PT e o próprio PT. Assim, cabe refletirmos sobre a cortina de fumaça em torno da pauta do antipetismo e do próprio impeachment e, com isso, analisar quais eram os objetivos políticos reais que tais iniciativas visavam alcançar, ou ainda, em termos de política de Estado, o que a direita almejava colocar no lugar daquilo que foi implementado pelos governos petistas.

Como salienta Telles (2015, p. 38), o engajamento político da direita “não procede simplesmente de uma reação às notícias sobre corrupção, provém também da divergência com projetos e políticas redistributivas e de expansão dos direitos de minorias”. Para se apresentar como uma alternativa política, os porta-vozes da direita valeram-se da estratégia de uso das mídias sociais como meio para alcançar tal objetivo e expor suas insatisfações com o estado de coisas.

Esse modo de atuação foi crucial para programar os protestos do Movimento Brasil Livre, mas principalmente para disseminar a ideia da corrupção como escândalo político midiático proveniente do PT e das forças e organizações que se encontravam sob sua influência política. As mídias sociais atuaram como veículos de informações sobre a conjuntura nacional, bem como contribuíram para ressignificar os eventos políticos.

A organização dos protestos foi realizada através de eventos criados pela própria página do MBL no *Facebook* e também por meio de vídeos gravados por políticos e artistas convidando a população para participar das manifestações. Entendemos essas mobilizações como essencial no processo de construção da legitimação da deposição da presidente Dilma, bem como na efetivação da difusão do sentimento anti-PT e da polarização política na sociedade brasileira. Assim, organizamos de forma cronológica as movimentações organizadas pelo MBL para demonstrar suas pautas e palavras de ordem.

Conforme pesquisas realizadas pelas professoras Luciana Tatagiba e Andréia Galvão (2019), relacionadas ao projeto de pesquisa: “Confronto político no Brasil (1998-2016)”, em 2011 a aprovação do governo federal saltou de 48% para 62% em agosto de 2012. No mesmo período, os protestos cresceram 140%. No início das manifestações de junho de 2013, o índice de aprovação do governo era de 65%, sua maior marca; no final de junho, caiu para 30%. Em 2014, ficou em torno de 36% e na campanha pelo *impeachment*, a aprovação do governo Dilma reduziu-se para 13% em 2015 e 10% em 2016. Com isso, as autoras sustentam que a crescente onda de protestos desde 2012 contribuiu para o aprofundamento da crise, em razão dos descontentamentos com o governo federal, motivando mais protestos, além de expor as contradições dos governos petistas. Abriu também espaço para a degradação das condições político-econômicas e o realinhamento de forças no país.

Os protestos que questionavam o governo federal e o sistema político já se faziam presentes em eventos de 2011, apresentando uma crescente a partir de 2013, mas se tornam reivindicações em 2016, totalizando 60% do total dos protestos. Para Tatagiba e Galvão (2019), as alterações nas pautas no período analisado, demonstram a captura pela direita em 2014 das insatisfações da população, após as conturbadas eleições presidenciais, momento em que o discurso anticorrupção e questionamentos relacionados ao sistema político passam a alimentar o antipetismo.

Os maiores protestos ocorreram em 15/03/2015, 12/04/2015, 16/08/2015; 13/12/2015 e 13/03/2016. Em contagem realizada pela Polícia Militar, mais de três milhões de pessoas foram às ruas defender o impeachment de Dilma Rousseff. As cinco cidades que mais abrigaram protestos organizados pela oposição de direita foram, por ordem: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte (TATAGIBA, 2017, p. 86).

Já quanto ao perfil dos manifestantes participantes das mobilizações à direita, pesquisas baseadas no Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) 2014 apontam que a maioria se declarou de cor branca: “possui maior escolaridade e está em número superior ao dos demais eleitores nos estratos de maior renda familiar mensal, de camadas sociais mais elevadas e entre os empregadores” (PAIVA et al., 2016). A base social do antipetismo seria um fenômeno, majoritariamente, da região Sudeste, cujas principais motivações estariam ligadas ao mensalão, à operação Lava Jato e à polarização das eleições presidenciais de 2014 (TATAGIBA, 2018); (PAIVA et al., 2016).

Na comparação entre o perfil do eleitor antipetista e do antipartidário, também com base no Eseb (2014) e Paiva et al (2016) constatam que a maioria dos antipetistas identifica-se como branco (52%) e cerca de 58,2% possui ensino médio completo com renda familiar mensal acima de cinco salários mínimos. Partindo dessas informações passamos à análise das convocações chamadas pelo Movimento Brasil Livre.

4.3.1 Manifestações de 2013

Contrariando as informações da página oficial do Movimento Brasil Livre de que o mesmo foi fundado em 2014, durante as investigações do perfil público da organização na aba “eventos” podem ser verificadas mobilizações que foram organizadas pelo movimento e suas filiais no período de 2013.

Assim encontramos eventos marcados para 20/06/2013 em Natal com a pauta: “Manifestação pela Liberalização e Desestatização do transporte público” com o intuito de conscientizar a população sobre os reais culpados da péssima qualidade dos transportes coletivos na cidade, bem como demarcando a oposição ao Movimento Passe Livre e apresentando a desestatização e a liberdade dos transportes coletivos como as melhores soluções

para o problema, o que implicaria, portanto, a defesa da livre concorrência, a qual geraria qualidade e preços justos (MBL NATAL, 2013).

Além da filial de Natal, encontramos um evento marcado para os dias 24/06/13 em outras cidades, sendo estas: Salvador; Rio de Janeiro e Porto Alegre. Para o dia 26/06/2013 encontramos a um evento marcado em Brasília. Todos possuem a mesma pauta reivindicatória: a da liberalização do transporte coletivo.

No dia 20 de junho, as mobilizações ocorreram em oito capitais brasileiras, nas quais mais de 1,5 milhão de pessoas foram às ruas em todo o país. Em relação ao perfil dos manifestantes, verificou-se um perfil jovem: 43% possuíam entre 14 a 24 anos de idade, 43% detinham o diploma de ensino superior, 26% recebiam renda familiar mensal entre 5 a 10 salários mínimos e 23% acima de 10 salários mínimos (CAVALCANTE e ARIAS, 2019). Cabe ressaltar que os dados acima apresentam um panorama geral dos eventos do dia 20 de junho, mas indicam informações importantes de quais segmentos da classe média brasileira estavam presentes nas ruas em 2013, se considerarmos especialmente os critérios nível de formação e renda.

A transição dos embates pela redução do valor da passagem a uma crítica generalizada ao sistema político combinada com as informações acima, parecem corroborar a hipótese de efetiva captura e ressignificação da pauta das mobilizações de junho de 2013, além da construção da base social do MBL durante o período.

Salientamos, ainda, que, no tocante a essas mobilizações, não encontramos pesquisas detalhadas sobre o perfil socioeconômico, político e ideológico dos participantes. Na sequência, apresentaremos os dados sobre o perfil dos manifestantes que se fizeram presentes nas manifestações ocorridas a partir de 2014 na cidade de São Paulo e que foram divulgados pelo Instituto Datafolha.

4.3.2 MBL e as manifestações públicas em 2014

No ano de 2014, ocorreram as eleições presidenciais as quais evidenciaram uma insatisfação crescente do eleitorado com o governo do PT e uma vitória apertada de Dilma Rousseff sobre Aécio Neves (PSDB), marcada por uma diferença de cerca de 3,4 milhões de

votos ou 3,28% dos votos válidos, distância menor que a obtida por Fernando Collor de Mello em relação a Lula da Silva nas eleições de 1989, situada na casa dos 4 milhões de votos. Em ambos os casos, é curioso observar que a polarização e o acirramento da disputa eleitoral se combinaram com o impeachment do presidente eleito, a despeito das dessemelhanças entre as duas conjunturas em termos econômicos, políticos e ideológicos.

Em 1º. de novembro, o MBL já se mobilizava em uma manifestação contra o governo, pois a sede de uma revista foi vandalizada por fazer denúncias contra Lula e Dilma e supostas ligações com esquemas de corrupção. O evento contou com cerca de 3 mil pessoas, que pediam pelo “Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos” (TATAGIBA, 2017), além de exigir a investigação do “Petrolão”, repudiar o Foro de São Paulo e defender a liberdade de imprensa (MBL, 2015c).

No ato de 15 de novembro, havia cerca de 10 mil pessoas, segundo a contagem dos organizadores que foram à Avenida Paulista reivindicar o “Fora PT” e o “Fora Dilma”. Essa manifestação foi convocada pelo Movimento Brasil Livre (MBL), pelo Movimento Vem pra Rua e pelo Revoltados Online e foram motivadas pelo resultado das eleições presidenciais. (TATAGIBA, 2017).

A conexão estabelecida entre antipetismo e corrupção começa dar a tônica central das pautas das mobilizações, sendo o PT apresentado como o responsável pelos problemas do país, ao mesmo tempo que o seu afastamento do governo federal é visto como a solução principal. Palavras de ordem como: “Fora CorruPTos”; “Fora PT”, “Fora Lula” e “Fora Dilma” ganham evidência nas ruas, bem como os ataques às esquerdas em seu conjunto. (TATAGIBA, 2017).

Além das palavras de ordem, as reivindicações organizadas pelo movimento, conforme fotografia 01 (MBL, 2014b), pregam: a unificação do povo brasileiro; a imprensa livre independente; a investigações de todos os crimes contra a Petrobras; a auditoria externa das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições; a investigação sobre a atuação dos correios nas eleições presidenciais; o respeito à separação de poderes e à ordem constitucional e o fim do financiamento a ditaduras em alusão especialmente às relações dos governos petistas com os governos cubano e venezuelano.

Para finalizar o ano, o MBL juntamente com o Vem pra Rua organizaram uma mobilização no dia 06 de dezembro que contou com a presença de 5 mil pessoas (TATAGIBA, 2017). A convocatória feita em nove cidades pelo “Fora Dilma”, “Fora PT”, contra a corrupção

da Petrobras, contou com grande articulação nas redes sociais, vídeos gravados por celebridades e políticos que convidaram a população para participar da manifestação (conforme tabela 01).

4.3.3 O MBL e as manifestações públicas de 2015

Este foi o ano em que ocorreram as megamanifestações de direita com a pauta política do impeachment de Dilma Rousseff. O MBL ganha espaço nas redes sociais e mídia, bem como, protagoniza a organização das mobilizações de rua que ocorreram nos dias: 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro, reforçadas pela situação de crise ou recessão econômica e pelas medidas do governo relacionadas ao ajuste fiscal, ao aumento dos impostos e aos cortes nos gastos sociais, o que gerou forte descontentamento social e desgastou politicamente o governo.

A manifestação de 15 de março contou com um público de 210 mil pessoas, 63% dos participantes eram do sexo masculino e 38% do sexo feminino. Cerca de 14% tinham até 25 anos, 28%, de 26 a 35 anos, 37%, de 36 a 50 anos, e 21%, 51 anos ou mais, a idade média girou em torno de 40 anos. Sete em cada dez se declararam de cor branca -69%, 20% pardos, 5% preta, 3% amarela e 1% indígena. (DATAFOLHA, 2015a).

Em relação à escolaridade dos manifestantes, 76% possuíam diploma de ensino superior; 21% de ensino médio e 2% de ensino fundamental. Em relação aos dados de ocupação laboral, 11% eram autônomos regulares; 7% profissionais liberais; 14% empresários e 37% assalariados registrados; 3% assalariados sem registro; 4% funcionário público, 4% freelancer/bico; 1% estagiário. Relacionados ao não economicamente ativos, estiveram presentes: 3% de desempregados; 2% de donas de casa; 6% de aposentados. (DATAFOLHA, 2015a).

Quanto à renda dos participantes: 7% possuíam renda de até 2 salários mínimos; 22% de 2 a 5 salários mínimos; 15% de 3 a 5 salários mínimos; 27% de 5 a 10 salários mínimos, 22% de 10 a 20 salários mínimos; 16% de 20 a 50 salários mínimos e 3% com mais de 50 salários mínimos, de modo que 68% dos participantes possuíam renda superior a 5 salários mínimos e 41% acima de dez salários mínimos (DATAFOLHA, 2015a); (CAVALCANTE e ARIAS, 2019).

No tocante à avaliação do governo, 96% avaliavam o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) como ruim ou péssimo, e 3%, como regular, e a maioria, cerca de 82%, votou em Aécio Neves (PSDB) no 2º turno da última eleição presidencial e apenas 3% votaram na petista Dilma Rousseff. Em relação às motivações dos manifestantes: 47% indicaram se manifestar contra a corrupção. Um em cada quatro (27%) estavam motivados pelo impeachment/saída da presidente Dilma Rousseff, 20% contra o PT e 15% para protestar contra todos os políticos e 6% pedir mais segurança (DATAFOLHA, 2015a).

A pesquisa realizada contém elementos que permitem afirmar que a maioria dos participantes da mobilização do dia 15 de março foram homens brancos, com renda e escolaridade altas. Em um dos vídeos publicados na página do MBL em 11 de agosto de 2015, Fernando Holiday comentou esses dados. Observamos, nesse vídeo, a tentativa de o MBL desconstruir a narrativa de que os manifestantes faziam parte da elite brasileira e de transmitir a ideia de que “a periferia esteve sim nos protestos”:

O PT e toda a classe artística que apoia o governo enfim, todos os “intelectuais” que apoiam o PT, se gabam em dizer que o PT colocou comida nas panelas dos mais pobres, e que quem bate panela em protesto ao governo é somente uma elite que não gosta muito do Partido dos Trabalhadores. Mas acontece que uma pesquisa recente do DataFolha, um instituto claramente alinhado com o governo demonstrou que 69%, repito 69% daqueles que ganham até dois salários mínimos querem o imediato impedimento da presidente da República! Um número que é maior do que aqueles que estão na elite, ou seja, os mais pobres estão querendo o impeachment de Dilma Rousseff, sim! E é isso que veio dizendo desde o dia quinze de março, eu acompanho isso todos os dias! A periferia esteve sim nos protestos do dia 15! Esteve sim, nos protestos do dia 12! Estará sim, nos protestos do dia 16! Porque não aguenta mais o PT, e porque é a classe mais prejudicada por esse governo. Os pobres não aguentam mais tanta inflação, tanta falcatrua, tanta roubalheira e tanta incompetência por parte do Partido dos Trabalhadores! E é por isso que você independente de classe social, independente de etnia, religião, esteja no dia 16 de agosto pra protestar e pedir o impeachment da presidente Dilma Rousseff porque o povo brasileiro independentemente de onde se encontra não aguenta mais esse governo! (HOLIDAY, 2015a).

Em vídeo reproduzido no *Youtube* com imagens e discursos que ocorreram na manifestação, Renan Santos fez a leitura do que chama de “carta aos congressistas” para os participantes, que repetiram as palavras ditas por ele:

Nós, os brasileiros, exigimos nessa tarde que abandonem seu discurso fácil e sintam as vozes das ruas. Não aceitamos um governo golpista, que rouba nosso dinheiro, que rouba nossa esperança, e acima de tudo, que rouba nossa liberdade. Não faremos sacrifícios, nem pagaremos a conta, daqueles que insistem em nos oprimir. Caros congressistas, o povo brasileiro exige apenas uma coisa: deixem seus interesses de lado e sejam oposição. Impeachment Já! (SANTOS, 2015).

As manifestações do dia 12 de abril ocorreram em ao menos 200 cidades, reuniu cerca de 100 mil participantes. O público do “Fora PT” e do “Fora Dilma” estava organizado da seguinte maneira: 56% eram do sexo masculino e 44% do sexo feminino. Quanto à faixa etária: 11% tinham até 25 anos; 19%, entre 26 a 35 anos; 30%, entre 36 a 50 anos e 41% possuía 51 anos ou mais. A idade média ficou em torno de 45 anos. Do total, quatro em cada cinco (73%) se declararam de cor branca, 18% de cor parda, 4% de cor preta e 1% indígena. Em relação ao grau de escolaridade: 77% possuíam ensino superior; 20% ensino médio e apenas 3% ensino fundamental (DATAFOLHA, 2015b); (CAVALCANTE e ARIAS, 2019).

No que se refere à ocupação dos participantes: 82% faziam parte da população economicamente ativa sendo: 35% declarados assalariados registrados, 1% assalariado sem registro; 10% empresários; 6% funcionários públicos; 15% autônomos; 7% profissionais liberais; 3% freelancer/bico. Os não ativos economicamente estavam distribuídos da seguinte maneira: 2% donas de casa; 11% aposentados; 4% estudantes. Quanto à renda: 6% possuíam renda de até 2 salários mínimos; 22% de 2 a 5 salários mínimos; 24% de 5 a 10 salários mínimos; 25% de 10 a 20 salários mínimos, 13% de 20 a 50 salários mínimos e 3% com mais de 50 salários mínimos. No total, 65% apresentou renda superior a cinco salários e 41% com mais de dez salários mínimos (DATAFOLHA, 2015b); (CAVALCANTE e ARIAS, 2019).

A reprovação ao governo se manteve em 96% e as motivações de protestar foram: 33% contra a corrupção; 13% eram favoráveis impeachment da presidente Dilma; 11% contra o governo; 10% contra o PT; 8% indignação e insatisfação e 8% não especificaram. (DATAFOLHA,2015b).

Em texto, publicado pelo UOL, Fabio Ostermann (2014c) fala um pouco das pautas e objetivos da mobilização do dia 12, na qual o grupo canaliza a vontade do povo e age em nome da mudança do país e em defesa da democracia, das liberdades individuais e do Estado Democrático de Direito. Em publicação na página oficial do MBL encontramos mais

informações sobre a pauta reivindicatória do movimento que permeou as manifestações do dia 15 de março e 12 de abril, identificadas como as “10 pautas do Movimento Brasil Livre”:

O MBL, que originalmente convocou as manifestações de 15 de março e 12 de abril tem como pauta principal o Impeachment da presidente Dilma Rousseff. O Partido dos Trabalhadores utiliza a corrupção como instrumento para seu plano de poder. Mensalão e Petrolão foram mais do que apenas desvio de dinheiro, foram compra do legislativo pelo executivo destruindo assim a independência dos três poderes e os valores republicanos. Por isso o Impeachment de Dilma tem caráter mais emergencial e a pauta fundamental a ser levantada por todos os grupos ao redor do país e do mundo. Mas essa não é a única pauta do dia 12 de abril, seguem mais algumas reivindicações de todo o Movimento Brasil Livre, presente em mais de 100 cidades (MBL, 2015d).

Figura 2 - Nossas pautas



Fonte: Movimento Brasil Livre, 2015c.

A manifestação do dia 16 de agosto de 2015 contou com 135 mil participantes, na qual 61% eram do sexo masculino e 39% sexo feminino. Quanto à faixa etária: 11% tinham até 25 anos, 19%, de 26 a 35 anos, 30%, de 36 a 50 anos, e 40%, 51 anos ou mais. 75% se declararam de cor branca; 17%, de cor parda; 3% de cor preta, 1% como indígena. Em relação ao nível de escolaridade: três em cada quatro (76%) dos que foram ao protesto tinham ensino superior, e 20%, ensino médio; 4% ensino fundamental. No tocante às declarações relacionadas à ocupação laboral, 84% faziam parte da população economicamente ativa, com destaque para assalariados registrados (33%); funcionários públicos (7%); autônomos regulares (13%); assalariado sem registro (2%); profissional liberal (7%); empresário (13%); freelancer (3%); estagiário (1%) Entre os economicamente não ativos havia: donas de casa (1%); aposentados (10%); estudantes (3%) (DATAFOLHA, 2015c).

A segmentação de renda mostra que 6% possuíam rendimento familiar mensal de até 2 salários mínimos, 21% de 2 a 5 salários mínimos, 25% de 5 a 10 salários mínimos, 25% de 10 a 20 salários mínimos, 14% de 20 a 50 salários e 3% com mais de 50 salários mínimos. O perfil econômico dos manifestantes demonstra que 67% apresentou renda superior a 5 salários mínimos e 42% acima de dez salários (DATAFOLHA, 2015c); (CAVALCANTE e ARIAS, 2019).

Cabe salientar que a contagem do público desse evento foi de 135 mil pessoas, mas a apresentada pelos organizadores - MBL e o Vem pra Rua - foi de 1 milhão de participantes (TATAGIBA, 2017). As palavras de ordem “Fora PT”, “Fora Dilma”, “Impeachment”, ecoaram em 150 cidades com as imagens de milhares de pessoas com faixas pedindo “Fora Dilma”, exibindo bonecos do Lula vestido de preso (EL PAÍS, 2015b).

O vice-presidente, Michel Temer, assim como Renan Calheiros e Eduardo Cunha foram alvo de indignação dos participantes. Aécio Neves, que divulgou vídeos de apoio aos protestos, discursou para os presentes em Belo Horizonte: “Quem vai tirar o Brasil da crise é o povo brasileiro, se manifestando como está fazendo hoje” (EL PAÍS, 2015c).

Em relação ao perfil dos manifestantes na capital paulista: “continua sendo, em sua maioria, brancos, de classe média ou média alta - doutores, advogados, engenheiros, dentistas, designers, professores, entre outros” (IBIDEM):

Do alto do carro de som, as palavras de ordem contra Dilma e o PT se intercalavam com o hino nacional, tocado exaustivamente, e marchinhas compostas para a ocasião. “Chora petista, bolivariano, a roubalheira do PT tá acabando... olê olê olê, vamos pra rua pra derrubar o PT”, era uma delas, cantada animadamente por organizadores e manifestantes. “Quem não pula é comunista”, era outra. “Vim pedir o impeachment”, cantavam em cima de um palco um dos líderes do MBL, ao ritmo de *We will rock you*, do Queen. Três grandes carros de som comandavam os protestos: um do MBL, outro do Vem pra Rua e um terceiro do movimento Nas Ruas.

Os organizadores também animaram os manifestantes puxando alguns gritos estranhos, como o repúdio contra o comunismo. “O comunismo matou 100 milhões de pessoas. Mais que o nazismo”, gritava em um microfone um militante. “Quem é a favor de criminalizar o comunismo?”, perguntava, sob fortes aplausos. “Fora comunismo!”, urrava no microfone (EL PAÍS, 2015d).

Em meio processo de abertura do impeachment de Dilma Rousseff, ocorreu a mobilização de 13 de dezembro de 2015 na Avenida Paulista, contando com 40 mil participantes, destes 87% dos manifestantes defendiam a renúncia da presidente. 58% dos manifestantes eram homens e 42% eram mulheres. Quanto à faixa etária, havia manifestação: de 12 a 20 anos (3%); de 21 a 25 anos (4%); de 26 a 35 anos (16%); de 36 a 50 (30%) e mais de 51 anos (47%). Em relação à cor: 80% se autodeclararam branco; 12% pardos; 2% pretos, 2% amarelos e 1% indígenas. 81% possuíam nível superior de escolaridade; 16% nível médio e 4% fundamental (DATAFOLHA, 2015d).

A maioria (82%) fazia parte do mercado de trabalho: 30% eram assalariados registrados; 2% assalariado sem registro; 15% empresários; 13% autônomos regulares e 7% funcionários públicos; 3% freelancer/bico; 1% estagiários. Já os economicamente não ativos representavam 18%: 2% eram donas de casa; 13% aposentados e 2% estudantes (DATAFOLHA, 2015d).

Em relação à renda mensal familiar, 6% possuíam até 2 salários mínimos, 20% de 2 a 5 salários, 25% de 5 a 10 salários mínimos; 26% de 10 a 20 salários; 14% de 20 a 50 salários e 4% mais de 50 salários mínimos. Os manifestantes com renda média superior a 5 salários somavam 69% e 44% apresenta renda acima de 10 salários mínimos (DATAFOLHA, 2015d); (CAVALCANTE e ARIAS, 2019).

A manifestação do dia 13 no perfil oficial do MBL foi chamada de “esquenta para o impeachment” (MBL, 2015e) e contou também com o envolvimento do Vem pra Rua. Além da pauta do impeachment, os manifestantes protestaram contra a presidente Dilma, o PT, vaiaram o ex-presidente Lula, chamando-o de “cachaceiro ladrão” (EL PAÍS, 2015b).

Figura 3- Esquenta para o *impeachment*



Fonte: Movimento Brasil Livre, 2015e.

4.3.4 O MBL e as manifestações públicas de 2016

Ao som do hino nacional e da exaltação ao juiz Sérgio Moro e à Polícia Federal através de cartazes, bonecos, camisetas e faixas, a manifestação do dia 13 de março de 2016 contou com cerca de 500 mil pessoas, que voltaram à avenida Paulista para reivindicar o impeachment de Dilma. O perfil dos manifestantes era o seguinte: pertenciam ao sexo masculino (57%) e 43% do sexo feminino. A idade dos manifestantes: 4% de 12 a 20 anos; 5% de 21 a 25 anos; 19% de 26 a 35 anos; 33% de 36 a 50 anos e 40% mais de 51 anos. Declararam-se de cor branca 77%, e os demais declararam ser pardos (15%), pretos (4%) e amarelos (3%). 77% tinham ensino superior; 18% nível médio e 4% fundamental (DATAFOLHA, 2016).

Em relação à renda mensal familiar, até 2 salários mínimos (6%); 2 a 5 salários mínimos (25%); 5 a 10 salários mínimos (26%); 10 a 20 salários (24%); 20 a 50 salários mínimos (11%) e mais de 50 salários mínimos (2%). Cerca de 63% possuíam renda acima de 5 salários mínimos e 37% acima de 10 salários mínimos (DATAFOLHA, 2016); (CAVALCANTE e ARIAS, 2019).

82% dos manifestantes faziam parte População Economicamente Ativa; 31% eram assalariados registrados; 2% assalariados sem registro; 5% funcionários públicos; 8% profissionais liberais; 12% autônomos regulares, 12% empresários, 4% freelancer/bico. Entre o público que não fazia parte dos economicamente ativos, havia: 2% donas de casa; 11% aposentados; 4% estudantes. Perguntados sobre o governo de Dilma Rousseff, 98% consideraram-no ruim ou péssimo e 1% regular. Os demais aprovavam a gestão da petista ou não opinaram, com índices abaixo de 1% (DATAFOLHA, 2016).

O Movimento Brasil Livre, em evento organizado no *Facebook* contendo a chamada para a manifestação, indicava “5 razões para o impeachment de Dilma”:

1. Corrupção, já que o PT e o seu projeto de poder, esquematizou o maior escândalo de corrupção da história do país, roubando bilhões da Petrobras e dos cofres públicos;
2. Crise: aumento da inflação, dos impostos, da conta de água e de luz para pagar os gastos e corrupção dos governos.
3. Apoio às ditaduras: com o dinheiro dos impostos: o governo petista estaria apoiando Cuba e Venezuela;
4. Estelionato eleitoral: a campanha de Dilma foi mentirosa, prometendo emprego, saúde e crescimento e entregou a miséria e atraso;
5. Fraude fiscal: a presidente cometeu crime de responsabilidade por atrasar repasses do tesouro aos bancos públicos e privados, maquiando contas públicas em ano eleitoral (MBL, 2016a).

Figura 4- Todo às ruas, Impeachment *já!*



Fonte: Movimento Brasil Livre, 2016a

O levantamento sobre as mobilizações públicas organizadas pelo Movimento Brasil Livre possibilita a condensação das informações apresentadas pelo Instituto Datafolha e das pautas reivindicatórias. Em um primeiro momento, pode se observar que os participantes dos eventos possuem um perfil muito parecido e constante em todas as manifestações. A maioria dos manifestantes eram homens, brancos, com idade média acima dos 45 anos, com ensino superior completo e com renda familiar mensal superior a cinco salários mínimos. Em relação às profissões desempenhadas, destacam-se os assalariados registrados, os autônomos regulares e os empresários.

Apesar de os manifestos organizados pelo MBL denunciarem a falta de emprego, o aumento da conta de água e luz, em razão dos impostos, e questões econômicas que tocam a realidade da classe trabalhadora, em especial dos trabalhadores manuais, as pesquisas acima mencionadas apontam que esse segmento não marcou presença efetiva nas mobilizações favoráveis ao impeachment de Dilma e contrárias ao PT e à corrupção. Em termos gerais, prevaleceu um perfil de manifestante vinculado à alta classe média que possui longa trajetória escolar, possui renda superior à grande maioria da população (acima de 10 salários mínimos) e desempenha funções de gerência ou administrativas; profissionais liberais de alta qualificação; engenheiros; economistas; médicos; advogados; funcionários públicos de alto escalão e professores universitários. (CAVALCANTE e ARIAS, 2019). Ademais, ressaltamos a afinidade política dessa camada social com os movimentos da direita, especialmente em momentos que governos progressistas/populares adotam medidas que podem dificultar a

reprodução dos mecanismos de distinção social dessa camada social, como a secundarização ou relativização dos critérios meritocráticos.

Décio Saes (1985) aponta que, na formação política da classe média tradicional brasileira, diversos setores desta camada adotaram posicionamentos políticos conservadores e regressivos. Historicamente, com o objetivo de restaurar a política como privilégio social e por conta do medo da proletarização, esses setores apoiaram o golpe militar de 1964, destacando-se aqui a participação dos profissionais liberais orientados pelo liberalismo oligárquico e inclinados a criar o clima político para a intervenção militar. Além disso, mobilizaram a partir de uma perspectiva conservadora a bandeira anticorrupção em 1954, 1964, 2005 e 2015-2016, sugerindo assim que os problemas nacionais decorreriam de políticos corruptos ou de comportamentos culturais típicos de sociedades atrasadas que misturam o público e o privado, o que os levaram a reforçar a defesa da ideologia meritocrática (CAVALCANTE e ARIAS, 2018).

Na conjuntura do governo Dilma, o antipetismo serviu como guarda-chuva para catalisar as insatisfações desse segmento com a política econômica e social que proporcionou uma melhoria relativa nos níveis de renda e emprego ou criou mecanismos para facilitar o ingresso de trabalhadores manuais no ensino superior público e nos concursos públicos

Os dados fornecidos pela pesquisa realizada pelos professores Pablo Ortellado e Ester Solano (2015) durante o protesto do dia 12 de abril de 2015 parecem reforçar essa tese acerca da indignação de classe média. Na oportunidade foram elaboradas afirmações em relação aos programas sociais do governo federal e as respostas foram as seguintes: “Cotas nas universidades geram mais racismo” (70,90%); “O Bolsa Família só financia preguiçoso” (60,40%). Perguntados sobre quais ações do governo afetaram negativamente sua vida: 44,5% mencionaram o Bolsa Família, 43,5% o auxílio reclusão e 35,6% as cotas raciais nas universidades públicas. Informações que contribuem para compreender o perfil dos participantes das manifestações e conectá-lo com a base de apoio do MBL.

4.4 MÉTODOS DE LUTA DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE

Neste ponto, traremos informações sobre os métodos e meios de organizações das “grandes” mobilizações realizadas pelo MBL, com o objetivo de condensar informações acerca de suas

pautas e formas de atuação. Além de fazer algumas considerações sobre sua atuação política após a consolidação do impeachment de Dilma Rousseff.

4.4.1 Rede pró-impeachment

Para além das grandes manifestações públicas para pressionar o Congresso Nacional e a população como um todo para aprovar o impeachment de Dilma Rousseff, o Movimento Brasil Livre montou um esquema de atuação nas suas redes sociais e em outros espaços para pautar e consolidar a deposição da presidente.

A “Marcha pela Liberdade” (EL PAÍS, 2015b) foi também uma dessas formas de mobilização. Cerca de 23 membros do MBL saíram de São Paulo a pé rumo a Brasília, mais especificadamente ao Congresso Nacional com o intuito de pressionar parlamentares pela aprovação do impeachment. A marcha chegou à capital em 27 de maio de 2015 para fazer e entrega do pedido de impeachment ao presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal Eduardo Cunha.

Além da pressão para a deposição de Dilma, o MBL (2015g) possuía outras reivindicações, tais como: fim da fraude orçamentária; redução do número dos ministérios; CPI do programa Mais Médicos; CPI do BNDES; repúdio ao Foro de São Paulo; concessão de asilo político a Leopoldo López¹⁵; fim das verbas de publicidade estatal; e aprovação do Projeto Escola sem Partido.

Durante a marcha, foram divulgados vídeos de alguns participantes, intitulados “Guerreiros da Marcha” que expunham os motivos de sua participação. As motivações, na sua grande maioria, estavam relacionadas à importância de tirar o PT do poder, pois a situação no país era insustentável. No episódio 04 dos vídeos postados, gravado por “Igor de Curitiba”, aparece o seguinte discurso:

¹⁵Leopoldo López, opositor do governo de Nicolás Maduro na Venezuela, foi preso em 2014 e condenado a 14 anos de prisão sob a acusação de incitação à violência nos protestos contra o governo. Para maiores informações: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/quem-e-leopoldo-lopez-politico-que-esta-por-tras-do-levante-contra-maduro/>>. Acesso em: 26 jan.2020.

Então, a verdadeira elite golpista, é a elite vermelha. A elite golpista dos cargos comissionados, a elite do dinheiro fácil, a elite do dólar na cueca [...]. Por todos os lugares, até mesmo antes das manifestações, eu fiz divulgação, abordei sobretudo pessoas negras, brancas, pardas, de todas as etnias, uma adesão incomensurável a esse movimento. **Então essa tentativa de tentar dividir a população em brancos, negros, heterossexuais, homossexuais, homens, mulher, jovens e adultos, simplesmente fracassou, sinto muito!** Hoje em dia eu percebo, em cada cidade que nós passamos que a única divisão que existe é de uma população pedindo socorro[...]. (MBL, 2015g, grifo nosso).

Em outro momento, em vídeo publicado em 30 de abril de 2015, durante a Marcha até Brasília, Fernando Holiday (2015b) proferiu um discurso inflamado, reforçando o estereótipo dado ao PT como causador do grande mal à sociedade brasileira:

Os arararenses, assim como a maioria dos brasileiros, são testemunhas do desastre que ocorreu nos últimos doze anos nesse país. As pessoas costumam dizer que nos últimos quatro anos o governo Dilma descumpriu e não cumpriu com o que havia prometido para o povo brasileiro. Mas a verdade é que a população pobre desse país, e não só eles, estão percebendo de forma muito clara que fomos todos enganados durante os últimos doze anos. O senhor Luiz Inácio Lula da Silva, não senhora e senhores, ele não acabou com a pobreza! Não acabou com o desemprego e tampouco com a violência! Nas favelas ainda jorram sangue pelas ruas, as mães e os pais ainda choram por filhos que estão morrendo nas mãos dos traficantes que são sim! apoiados pelo Partido dos Trabalhadores! Nos hospitais as pessoas ainda estão agonizando nas filas, sem macas, sem médicos, faltando remédios e eles ainda tem a cara de pau de ir na televisão e dizer que: “mudaram esse país”! Mas não mudaram! Nos enganaram todo esse tempo e continuam enganando! Mas o povo acordou, o povo não vai admitir que continuemos com esse governo maligno no poder! E é por isso que a Marcha para Brasília não é apenas uma Marcha de vinte ou trinta pessoas, cada um de nós que está caminhando e que vai caminhar ainda esses mais de mil quilômetros, está carregando nas costas o peso de milhares e de milhares pessoas que foram às ruas no dia 15 de março! Ou foram às ruas no dia 12 de abril, e que estão indignadas, e que não aguentam! Estão sendo esmagadas por um Estado gigante, corrupto e ineficiente! Nós não iremos admitir, e podem estarem certos de que no dia 27 de maio haveremos de representar cada um de vocês e fazer com que se inicie uma nova fase em nosso país! Uma fase com um país baseado na liberdade, na dignidade e na justiça! Um país livre do totalitarismo, da corrupção e da falcatura que é representada pelo PT! Haveremos de retirar o Partido dos Trabalhadores do poder, e serão jogados na lata do lixo da história, e que cada um dos que estão aqui presentes, cada um dos que nos ajudaram e que ainda nos ajudarão e cada um dos que estiverem no dia 27 de maio em Brasília, cada um dos que caminharem com a gente um pedaço ou o caminho inteiro, serão testemunhas cabais de que o PT não merece nada além do lixo da história do Brasil (HOLIDAY, 2015b).

Ambos discursos demonstram a busca em consolidar o sentimento do antipetismo acompanhado da desconstrução das pautas identitárias e da existência de classes sociais na sociedade brasileira. Sem esquecer de reforçar que um “país baseado na liberdade” é um país

livre do totalitarismo, da corrupção e dos problemas sociais, como a fila no SUS, que o cidadão enfrenta em grandes centros quando necessita de atendimento médico.

Seguindo na legitimação da pauta impeachment, o terceiro passo organizado foi o “Placar Fora Dilma”, anunciado por Fernando Holiday em 12 de maio de 2015. Trata-se de uma ferramenta disponível no site: <http://placarforadilma.com/> para que a população pudesse acompanhar o posicionamento dos deputados, bem como quantificá-los. Além disso, o movimento disponibilizava material como panfletos, lambe-lambe e articulação de que toda terça-feira uma equipe comparecesse ao Congresso Nacional para pressionar os parlamentares a tomar algum posicionamento.

Em sua conta oficial no *Facebook*, vídeos de inúmeros deputados e senadores foram publicados retratando o seu posicionamento político em relação ao impeachment, bem como convidando a população para participar das manifestações públicas organizadas pelo movimento. Nomes como: Mendonça Filho, Jair Bolsonaro, Onix Lorenzoni, Major Olimpio e João Doria figuraram nos vídeos do canal. Caso um dos parlamentares “entrevistados” se posicionasse contrário à pauta do impeachment, os membros do MBL disponibilizavam o e-mail do gabinete e telefone, pedindo para que os internautas os pressionassem para mudar de posicionamento.

O vídeo publicado em 23 de julho de 2015 demonstra o modo de atuação em relação aos políticos e partidos na pauta do *impeachment*. Fabio Ostermann e Renan enaltecem a posição de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, questionando a atuação do PSOL, PRD, PSD por ainda encontrarem-se como base do PT. Ademais, convidam para construir a referida pauta outros políticos como: Aécio Neves, Geraldo Alckmin, Marina Silva e os seguintes partidos políticos: PV, PRB, PTB, PDT, que são partidos que não fazem parte do projeto original do PT, pois “o projeto do PT é hegemônico e utiliza dos partidos da base aliada para aumentar o seu poder, para compor a oposição” (MBL, 2015h).

Além disso, o MBL pressiona para que todos os partidos e lideranças se posicionem oficialmente em relação ao impeachment. No entanto, aqueles partidos e políticos que não fossem favoráveis ao impeachment sofreriam retaliações públicas, tais como: a lista de nomes passariam a ser divulgadas em todas as cidades em que o MBL estivesse presente e haveria cassação institucional dos parlamentares. Como alerta Renan, caso a oportunidade de tirar a Dilma não for aproveitada: “o bicho vai pegar, a gente não vai esquecer” (MBL, 2015h).

Tatagiba (2017) alerta para as diferentes arenas, institucionais e extrainstitucionais, para a construção da pauta, tratando, assim, a rua apenas como mais uma arena em disputa, mas que contribuiu significativamente para a escalada do conflito. A rede construída pelo Movimento Brasil Livre para legitimar as suas pautas vai além das disputas das ruas, pois envolve as redes sociais com vídeos, postagens e memes que auxiliam na efetivação de suas propostas.

O MBL valeu-se da divulgação de vídeos de celebridades e políticos para a população incentivar a população a participar das manifestações públicas. Assim como vídeos feitos por seus membros com a intenção de pressionar o Congresso Nacional, partidos políticos para aderirem a pauta do impeachment, que chega até a ameaça de divulgação de e-mail e telefone dos gabinetes de parlamentares, especialmente daqueles que se manifestassem contra a pauta ou mesmo estivessem indecisos.

4.4.2. Atuação política e seus desdobramentos

Primeiramente, percebemos que as manifestações públicas expõem que a luta, além de ser contra a corrupção, possui cunho moralizante e demonstra a insatisfação com o sistema político. A insatisfação de segmentos da população brasileira aos governos do PT foi capturada e incorporada ao discurso do Movimento Brasil Livre. O guarda-chuva do antipetismo manifesto nas redes sociais e nas palavras de ordem permite a adesão à causa de determinadas camadas sociais por apresentar soluções à “crise criada pelo PT”, entre as quais se destacam as seguintes: privatizações, defesa do livre mercado e da diminuição do tamanho do Estado. Todas elas são permeadas por um discurso de verniz nacionalizante e democrático para ganhar amplo apoio:

Como fenômeno sociopolítico, o que define o antipetismo não é apenas rejeição ao PT, mas *o ódio* ao PT, um sentimento com forte potencial mobilizador. Foi *o ódio* ao PT, performado nos confrontos públicos, que permitiu aos manifestantes, a maioria deles sem experiência prévia em protestos, construir-se como coletividades. Esse envolvimento afetivo com a causa conferiu contornos particulares ao protesto, com imagens de manifestantes mordendo ou queimando bandeiras do PT, ou levando cartazes com imagens dos ex-presidentes decapitados ou enforcados (TATAGIBA, 2018, pp.123-124).

A emergência de movimentos pró-impeachment surge em um contexto político marcado pela crise do governo e pela estagnação econômica. Nesse sentido, salienta Firmino (2018) que existem diferentes formas de crise, podendo ser econômica, política, ideológica, e que cada uma possui diferentes temporalidades e dinâmicas próprias. Assim, a crise econômica em um determinado contexto social não necessariamente evolui para uma crise política. Ou mesmo, nem sempre uma crise política se combina com uma crise econômica, como foi o caso da crise do “mensalão” de 2005 (MARTUSCELLI, 2015).

Para cumprir seus objetivos, o movimento elabora uma rede de atuação, tais como o ativismo online via mídias sociais combinando-os com a mobilização de seus apoiadores, a atuação nas câmaras municipais, e buscando reproduzir e propagar os seus ideais liberais. Com um grande número diário de postagens de vídeos e publicações de temas variados, mas principalmente relacionado às questões políticas, o MBL procura disputar o significado de qualquer notícia ou evento que ocorra no país.

Suas lideranças jovens com o objetivo de “rejuvenescer” e “mudar a linguagem” (EL PAÍS, 2014) do discurso da direita no Brasil, procurando gerar conteúdo cultural através de blogs, vídeos, campanhas e canais de televisão, incorporaram à pauta do movimento questões ligadas aos direitos sociais. Somada à defesa da diminuição do Estado e das privatizações estão as críticas às políticas sociais implementadas pelos governos do PT como o Bolsa Família e as políticas de cotas raciais nas universidades:

Bolsa Família: Basicamente, a gente quer que as pessoas não precisem. Achemos, por um lado, que o programa tem suas virtudes, mas, por outro, vemos como quem quer empreender se sente sufocado. O agricultor, por exemplo, é um empreendedor supertaxado que tem que emplacar até o trator. É possível o investimento privado na área rural.

Privatizações: Não há por que ser contra as privatizações: as melhores universidades do mundo são privadas, os melhores sistemas de saúde são privados, etc. Os serviços públicos são mais caros e menos eficientes por natureza. O pior é que somos obrigados a pagar pelos serviços públicos, o que não acontece na iniciativa privada: paga apenas quem usa”, defende Kataguirí (EL PAÍS, 2014).

Questionados sobre as temáticas polêmicas como: casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, criminalização da homofobia e legalização das drogas, os membros do MBL responderam de forma evasiva. Alegando que não era a pauta central do movimento ou que não possuíam consenso sobre tais questões (EL PAÍS, 2014).

Apesar de publicamente se apresentar com um movimento suprapartidário, nas eleições de 2016 e 2018 vários de seus membros propuseram candidaturas e foram eleitos. Na primeira, conseguiram eleger sete vereadores e um prefeito nas eleições municipais de um total de 44 candidaturas, destaca-se a de Fernando Holiday como vereador de São Paulo. Segundo dados apresentados pela Revista Veja (2016), as candidaturas foram apresentadas pelos seguintes partidos: DEM, NOVO, PEN, PHS, PMDB, PP, PRB, PPS, PROS, PSB, PSC, PSDB, PTB, PTN e Solidariedade.

No pleito eleitoral de 2018, no total foram 16 candidaturas de coordenadores nacionais do movimento, que pleitearam cargos de deputado federal, deputado estadual e vice-governador. Além disso, pode se observar a efetivação do selo de subscrição a candidaturas propostas por outros partidos que aderem à pauta do MBL. Nessa condição, foram 13 candidaturas, que pleitearam cargos no Senado e na Câmara dos Deputados. As legendas partidárias foram as seguintes: PP, PTB, DEM, NOVO, DC, PSC, PSDB, PR, MDB, PROS. Em relação às candidaturas eleitas contabilizaram oito, sendo uma destas a de Kim Kataguiri como deputado federal (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Em sua página no *Facebook*, em vários momentos, os membros do MBL foram questionados quanto à propositura de candidaturas justamente por se apresentarem como um movimento que não estaria inserido dentro da dinâmica da política partidária. No entanto, em vídeo publicado no dia 11 de junho de 2016 com 2,1 mil visualizações, o MBL (2016b) tratou da decisão de compor candidaturas com vários partidos políticos e informou que a intenção é a de propagar os ideais liberais nas esferas municipal, estadual e federal. A intenção é criar um selo de candidatura a quem aderir aos ideais do movimento, para aqueles que não fossem coordenadores, formando uma bancada suprapartidária liberal.

Em outro momento, Kim Kataguiri (2016) concedeu entrevista ao jornal local, reafirmando o interesse em expandir os ideais e projetos do movimento tanto na esfera pública federal como municipal. Nesse sentido, justifica que não possuem ligação somente com um partido político, mas com vários, os quais assemelham-se aos ideais do movimento.

Em vista disso, passada a pauta do impeachment, o MBL continua ganhando terreno nas redes sociais e na política nacional através de candidaturas na esfera municipal e estadual. Por meio destas se insere na dinâmica do Estado, o que abre espaço para influenciar legislações e decisões que sejam alinhadas com os objetivos do movimento.

Um ano após o impeachment de Dilma Rousseff, o MBL agradece nas redes sociais pela participação da população nas manifestações. Além do fim do projeto “totalitário de poder do PT”, exalta o avanço na economia, pois apesar de poucas, boas reformas foram feitas:

Figura 5- Um ano do *impeachment*



Fonte: Movimento Brasil Livre, 2017.

É preciso observar que o plano do MBL de derrubar a Dilma e o governo do PT foi efetivo e, além disso, estimulou o avanço de políticas neoliberais e a redução de direitos sociais à população brasileira. Fazendo uso das “comemorações” de um ano de impeachment, vejamos brevemente algumas das medidas implementadas em nome do “Muda Brasil!”.

O fim do “projeto autoritário” do PT deu lugar à presidência de Michel Temer. O governo Temer chegou a ser avaliado como ruim ou péssimo por 74% da população brasileira, considerado o mais impopular desde a redemocratização. Houve a aprovação da PEC do teto gastos sociais, pauta que foi apoiada pelo MBL, mesmo que estudos realizados pelo Tribunal

de Contas da União tenha alertado que a emenda poderia paralisar o país nos próximos anos (RAMALHOSO, 2018).

Além disso, foram aprovadas inúmeras mudanças legislativas de cunho neoliberal e que representavam retrocessos no incentivo a indústria e desenvolvimento brasileiro, tais como: a) a política de exploração do pré-sal que foi alterada, limitando a participação da Petrobras e abrindo espaço para as empresas estrangeiras e para a terceirização de todas as atividades da empresa; b) a reforma trabalhista, que aprovou a contratação de funcionários através do trabalho intermitente; a possibilidade de o negociado predominar sobre a legislação nas negociações entre empresas e sindicatos; a divisão das férias em vários períodos no ano; o fim do imposto sindical impactando no aumento de custos para ingressar com uma ação trabalhista (RAMALHOSO, 2018). A reforma trabalhista ou a “modernização trabalhista”, como Temer a caracterizou, não trouxe mais empregos e nem melhora para a população brasileira, mas trouxe perda de direitos sociais e aumento de empregos informais (RAMALHOSO, 2018); c) o espetáculo do poder judiciário representado pela operação Lava Jato que levou a condenação e a prisão de Lula no início de 2018, inviabilizando a sua candidatura para a presidência da República; d) a reforma do ensino médio, aprovada em 2017, que implementou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual trata do conteúdo a ser desenvolvido nas escolas - linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias -, da obrigatoriedade do ensino de português; matemática e inglês no ensino médio, deixando de fora da base o ensino das ciências humanas e suas variantes (GARCIA, 2017).

Ao analisar as reformas e medidas aprovadas pelo governo de Michel Temer e compará-las aos discursos e pautas reivindicatórias do Movimento Brasil Livre, percebemos o sucesso que o movimento teve na efetivação de suas principais propostas. Além disso, isso também denota o seu poder de influência nas pautas políticas nacionais após a deposição de Dilma, elementos que nos auxiliam a observar o processo de reorganização da direita no país e o papel protagonista que o movimento e sua base social ligada à alta classe média passam a ter no processo político brasileiro recente como forças motrizes, e não como forças dirigentes, uma vez que as camadas superiores da classe média não chegaram ao poder, mas foram importantes aliadas dos principais beneficiários da ofensiva neoliberal no país: o capital financeiro internacional e a burguesia a ele associada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo espera ter contribuído para a compreensão da reorganização da direita brasileira, em especial para a análise da ação política do Movimento Brasil Livre no período entre as manifestações de junho de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff. Mas, por que falamos em reorganização?

Um dos traços marcantes da conjuntura recente foi a emergência da classe média como força social motriz das principais manifestações que levaram o governo Dilma ao desgaste político como deram sustentação para a sua deposição. No entanto, em outros momentos da história brasileira, a classe média também se constituiu como força social no processo político, como pudemos indicar ao longo do trabalho a partir de referências ao movimento tenentista e à UDN. No entanto, é com a experiência udenista que a ação das classes médias no período mais recente mantém mais semelhanças. Em ambas conjunturas, as classes médias organizaram-se politicamente, seja sob a forma partido (UDN) ou sob a forma movimento (MBL) para empreender uma crítica conservadora aos governos progressistas/populares e defender uma política econômica e social inspirada no liberalismo econômico. Nesse sentido, cabe questionar: o que permite a adesão de segmentos das classes médias, especialmente de suas camadas superiores, a movimentos de direita?

No caso brasileiro, historicamente, por desempenhar atividades não-manuais relacionadas às incipientes atividades burocráticas do Estado em desenvolvimento, as classes médias acabaram estabelecendo alianças com frações da classe dominante e o que favoreceu esse processo foi justamente a ideologia meritocrática que valoriza o trabalho não-manual em detrimento do trabalho manual.

A valorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual leva as classes médias a compreenderem e justificarem as desigualdades socioeconômicas como derivadas de atributos individuais. Ou ainda, ao serem interpeladas pela ideologia do mérito, para qual o reconhecimento das capacidades intelectuais, técnicas e profissionais é oriundo do esforço e dedicação pessoal, isso as levam à tratar as desigualdades sociais como fruto de uma distribuição desigual de dons e méritos e justificar a posição hierarquicamente superior que ocupam na sociedade em relação aos trabalhadores manuais.

É preciso notar, ademais, que não só o acesso aos cargos da burocracia do Estado, como também a participação no processo político, levaram determinados segmentos das classes

médias a conceberem a própria participação política como mecanismo de prestígio e diferenciação social, fatores que contribuíram para que aderissem ao liberalismo oligárquico ou ao liberalismo econômico.

Em determinadas conjunturas, quando pressentem que seus mecanismos de reprodução e distinção sociais estão sob risco, podem se afastar de qualquer tipo de aliança com segmentos dos trabalhadores manuais, com vistas a manter seus privilégios e sua posição social. Se não consegue se impor como classe dominante, procura ao menos manter-se à distância dos meios de reprodução social típicos dos trabalhadores manuais, como podemos observar no comportamento expresso pelas classes médias no período 1954-1964 e desde 2013.

A principal expressão política que conseguiu canalizar a insatisfação de setores das classes médias no período pós-1945 foi a União Democrática Nacional. Defendendo um projeto de Estado liberal, o partido compreendia que a iniciativa privada deveria cuidar das questões econômicas enquanto a atuação estatal como agente econômico deveria ser quase nula ou limitada a algumas questões sociais. Nessa conjuntura, o udenismo se apresentou como alternativa ao Estado populista. Visto como uma chance de manter o *status quo*, consolidou-se na política brasileira por conter elementos de proximidade com o liberalismo oligárquico e por buscar impedir a ascensão política da classe operária e conservar a participação política como um símbolo de prestígio social. Julgava, nesse sentido, que a política salarial e a redistribuição de renda trariam instabilidade econômica e acabariam com critérios de distinção existente entre trabalhadores não-manuais e manuais (SAES, 1985).

As críticas aos governos populistas/progressistas nem sempre se constituíram abertamente como motivadas por mudanças na política econômica e social, mas tenderam na maioria das vezes a assumir um tom moralista que denuncia os políticos e governantes que seriam movidos por interesses exclusivamente eleitorais ou particulares. Nesse sentido, as classes médias acabam concebendo o sistema político como parte de uma engrenagem social viciosa e propensa à corrupção e ao nepotismo e, com isso, passam a tratar o fim do populismo como uma forma de resgatar a moralidade na política para depurá-la de interesses particularistas e corruptos. O discurso de defesa recuperação moral país, pode ser observado na conjuntura de 1954 adotado pela UDN e sua base de apoio, que contribuiu para fomentar a deposição de Getúlio Vargas, bem como no processo de deposição de Dilma Rousseff.

A peculiar conjuntura política de 2013 transitou das reivindicações ao aumento das passagens de ônibus, a uma crítica genérica a todo o sistema político, o que criou condições

para o surgimento do MBL, que se tornou a partir de então o grande catalisador das insatisfações das classes médias. O surgimento do MBL pode ser entendido, em parte, como resultado da segunda fase das mobilizações de junho, mas também como fruto da confluência de forças direita, alimentadas por institutos liberais e redes de *think tanks* presentes dentro e fora do país e que tinham o claro objetivo de fazer a disputa ideológica e política como as forças progressistas e de esquerda com vistas a espalhar e implementar uma política estatal liberal.

Enquanto ramo dessas organizações internacionais, o MBL não deve ser visto como um mero resultado das mobilizações de 2013 composto por movimentos espontâneos de jovens insatisfeitos com a política brasileira que se organizaram e mobilizaram para derrubar a presidente Dilma. Como vimos, o movimento nasce através de mecanismo de mobilização, orquestrado por jovens treinados pelo *Students for Liberty* e pela Atlas Network.

Assim, deve ser observado enquanto mecanismo de propagação desses ideais, que aproveita do momento de crise política, econômica e ideológica para conquistar sua base de apoio social e se inserir dentro da dinâmica política nacional. Ao aglutinar as insatisfações dos setores médios, o MBL passa a conduzir para a construção do antipetismo e o combate aos governos do PT através de uma retórica, ou discurso, uma rede de legitimação e um modo de atuação nas redes sociais específicos.

Além disso, cabe relembramos a ideia de golpismo atávico, no qual esse segmento de classe média se organiza em determinadas conjunturas sob o desejo de reivindicar um passado glorioso. Por isso, as pautas políticas tanto da UDN, como a do MBL, tornam-se atraentes e conseguem capturar e aglutinar os interesses da classe média tradicional. Ambas organizações de direita nascem em resposta a governos populistas/populares e aglutinam e catalisam insatisfações de setores da sociedade em razão dos efeitos da política do governo de plantão e do medo da perda de privilégios econômicos e sociais. Além de agirem em nome do liberalismo econômico, do Estado mínimo, no caso em particular do MBL, podemos acrescentar as pautas da defesa da privatização de estatais e das autarquias e da redução de cargos públicos. Ou seja, qualquer medida que vise à redução do tamanho do Estado em prol do crescimento econômico e do combate à corrupção, é vista de maneira positiva e apoiada pelo movimento.

As manifestações públicas organizadas pelo MBL no período de 2013 a 2016 confirmam a participação classe média nesses eventos, especialmente de suas camadas superiores, conforme nos informam as pesquisas realizadas durante as manifestações em São Paulo. As proximidades entre os posicionamentos políticos da UDN e do MBL e as conjunturas de atuação

permite-nos pensá-los sob a chave de continuidade da política da direita, e tratar o MBL como expressão do neoudenismo.

Por fim, cabe afirmar que a adoção de certas políticas econômicas e sociais pelos governos petistas atingiu a ideologia meritocrática da classe média e seu modo peculiar de reprodução social levando esse segmento a se constituir como a principal base social das mobilizações de rua contra o governo Dilma, e contribuindo, assim para a ascensão recente da direita no país.

A reemergência da direita brasileira na conjuntura recente, nos lembra que esta jamais deixou de fazer parte da política nacional, apenas encontrou novos métodos de luta e organização. Ao disputar as ruas com a esquerda e tendo em vista o massivo ativismo nas redes sociais, a direita conseguiu ganhar terreno político, o que é notório no caso do Movimento Brasil Livre e da campanha pela deposição de Dilma Rousseff.

A rede utilizada para legitimar as suas pautas reivindicatórias e o discurso: “Fora Dilma” e “Fora PT”, serviu como propulsor do antipetismo - “o [partido] causador dos males da sociedade brasileira”. No entanto, a tônica do discurso encobre as reais demandas do movimento, as quais estão presentes em seu perfil no *Facebook*, nas propostas formuladas em seu primeiro congresso nacional e no Manual de Filiais.

Discursos e medidas favoráveis: à privatização da educação e do sistema de saúde, aos critérios meritocráticos, à defesa do livre mercado e da flexibilização das legislações trabalhistas, dentre outras reformas, foram difundidos nas manifestações pró-impeachment conjuntamente com a consigna do antipetismo, e apresentados como soluções para os problemas do país. Todavia, são medidas que ao serem implementadas são traduzidas em significativas perdas de direitos e garantias para a população brasileira, principalmente para os segmentos mais vulneráveis do ponto de vista social e econômico.

A ofensiva de programas neoliberais implementados no Brasil após a vitória da pauta do impeachment, demonstra o poder do Movimento Brasil Livre de influenciar a política nacional. O espaço que conquistou através das eleições municipais, estaduais e federais para cargos do legislativo contribuíram para o avanço da direita brasileira e para a expansão do movimento, tornando o MBL um importante instrumento de manutenção e aprofundamento da difusão dos ideais liberais e de adoção de políticas inspiradas nesses ideais. No entanto, a inserção do movimento na política institucional contradiz o seu próprio discurso de movimento antipartidário ou “suprapartidário”, pois, como vimos o MBL se mobiliza e se organiza para se inserir na dinâmica partidária.

Por fim, cabe salientarmos a relevância da continuidade do estudo acerca das direitas brasileira, de suas diferentes frentes e vertentes, para compreendermos de forma abrangente seu avanço em períodos de governos progressistas/ou inclinação populares, agregando aqui análises da conjuntura política internacional. É de fundamental importância também compreender os modos de atuação e de construção discursiva que motivaram os demais segmentos da sociedade brasileira a aderir às pautas da direita e ao conservadorismo que foram conduzidos na eleição de 2018 à presidência da República com a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA PELO BRASIL. **Programa da Aliança pelo Brasil**. 2019 Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2019/11/PROGRAMA-DA-ALIANC%CC%A7A-PELO-BRASIL-1.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2019.

AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. **Pública**. São Paulo, 23 de junho de 2015. Disponível em <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 17 de nov. 2019.

ATLAS NETWORK. **Parceiros. 2019**. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/3>>. Acesso em: 11 nov.2019.cd

AZEVEDO, **Reinaldo. Reinaldo Azevedo humilha imprensa governista**. Facebook. MBL. 2015a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/332625743528242/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Reinaldo Azevedo manda recado para Renan Calheiros**. Facebook. MBL. 2015b. Disponível:<<https://www.facebook.com/mblivre/videos/322399097884240/?v=322399097884240>>. Acesso em 15 nov.2019.

_____. **Mitada de Reinaldo Azevedo**. Facebook. MBL. 2016a. Disponível:<<https://www.facebook.com/mblivre/videos/427457080711774/?v=427457080711774>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

_____. **PT faz autocrítica**. Facebook. MBL. 2016b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/375713232552826/?v=375713232552826>>. Acesso em 12 de nov.2019.

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norteamericano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLC, 12, 2016, Campo Grande. **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Campo Grande: UFMS, 2016.

BIANCARELLI, André. Era Lula e a sua questão econômica principal. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 26, p. 263-268, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82400/85378>>. Acesso em 13 dez. 2019.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o plano nacional de Educação- PNE e dá outras providências. DF, Brasília. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL, **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012**. DF, Brasília. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 17 jan. 2020.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM ECONÔMICO DA FGV, 9, 2012, São Paulo. **Anais do 09º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo: FVG, 2012a. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866?show=full>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

_____. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67-104.

_____. Lava-jato, classe média e burocracia de Estado. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 142, p. 29-34. maio/julho. 2016. Disponível em: <<http://congressods.com.br/arquivos/Lava%20Jato%20classe%20media%20e%20burocracia%20de%20Estado.pdf>>. Acesso em 19 dez, 2019.

_____. A corrupção como ideologia. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.44, p.9-19. 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_10_01_17_43_21.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

_____. **Reforma e Crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Ed Unicamp, 2018.

CASIMIRO, Flávio. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.

_____. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGOS, Esther Solano (Org). In: **O ódio como política: a Reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2018b. cap.4. p. 41-46.

CAVALCANTE, Sávio. Reprodução social e Revolta política da classe média no Brasil recente. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39, 2015, Caxambu. **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**. 2015a. Disponível em:<https://www.academia.edu/28914414/Reprodu%C3%A7%C3%A3o_social_e_revolta_pol%C3%ADtica_da_classe_m%C3%A9dia_no_Brasil_recente>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. Classe Média e Conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015b. cap.8 p.177-196. Disponível em: <http://209.177.156.169/libreria_cm/achivos/pdf_1132.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. Classe média, meritocracia e corrupção. **Crítica Marxista**, Campinas, n.46, p.103-125, 2018. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2018_06_29_21_18_52.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016) In: GALVÃO, Andréia et al (orgs). **O Brasil e a França na**

mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais. São Paulo, Ed. Alameda, 2019.

COSTA, Diego. As novas danças da chuva. **Ordem Livre**. 18jun.2013a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/204305553026929/>>. Acesso em: 18 nov.2019.

_____. **07 verdades cruéis sobre o Brasil.** Facebook. MBL.2013b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/224092217714929/>>. Acesso em 18 nov. 2019.

DAFLON, Verônica; FERES Jr, João. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial no governo Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, n. 2, p. 399-414, jul. /dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo8vol12-2.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2018.

DA SILVA, Ederson. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo. In: SEMINÁRIO FESPSP “INCERTEZAS DO TRABALHO”, 1º ed., 2017, São Paulo. **Anais do Seminário FESPSP**, São Paulo: FESPSP, 2017. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVI/GT_02/Ederson_da_Silva_GT02.pdf> Acesso em: 07 jan. 2020.

DATAFOLHA. **Foram a avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção.** 2015a. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml>>. Acesso e 20 jan.2020.

DATAFOLHA. **100 mil foram a Paulista em 12 de abril e defendem o impeachment.** 2015b. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1615923-100-mil-foram-a-paulista-em-12-de-abril-77-defendem-impeachment.shtml>>. Acesso em: 20 jan.2020.

DATAFOLHA. **135 mil vão a protesto na Paulista.** 2015c. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml>>. Acesso em: 20 jan.2020.

DATAFOLHA. **Ativista pro impeachment esperam gestão positiva de Temer.** 2015d. Disponível em<<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/12/1719700-19-de-ativistas-pro-impeachment-esperam-gestao-temer-positiva.shtml>>. Acesso em: 20 jan.2020.

DATAFOLHA. **Maior manifestação política da história de SP.** 2016 Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml>>. Acesso em: 20 jan.2020.

SILVA, Kiane Follmann da. **As ações afirmativas e a busca pela efetivação dos direitos fundamentais.** 2015.46 f. Trabalho de conclusão de curso (Departamento de Direito) - Universidade Integrada do Alto Uruguai, Erechim, 2015.

DULCI, Otávio. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

EL PAÍS. **Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma**. 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html>. Acesso em 18 jan, 2020.

_____. **Três grupos organizam os atos anti-Dilma em meio a divergências**. 2015a. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em 18 nov. 2019.

_____. **Sem apoio, Movimento Brasil Livre pede impeachment Dilma**. 2015b. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/27/politica/1432744517_588724.html>. Acesso em 20 nov. 2019.

_____. **Em protestos anti-Dilma, Sergio Moro vira herói e Renan é vaiado nas ruas**. 2015c. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439766325_619975.html>. Acesso em 20 jan.2020.

_____. **Manifestações contra a Dilma voltam às ruas com menos fôlego do que antes**. 2015d. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/13/politica/1450031651_773967.html>. Acesso em: 20 jan.2020.

FIRMINO, Gustavo. **Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do “Vem Pra Rua” e do “Movimento Brasil Livre”**. 2016. Disponível em <http://www.canal6.com.br/x_sem2016/artigos/9A-05.pdf >. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. **Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes**. *Revista de Ciências Sociais-Política & Trabalho*, nº 47, p. 209-227, mar. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30466>>. Acesso em: 07 jan. 2020

FUCS, José. A “máquina” barulhenta da direita na internet. **O Estado de São Paulo**. 2017. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,amaquina-barulhenta-da-direita-na-internet,70001714254>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

HOLIDAY, Fernando. **Destruindo o argumento covarde petista**. Facebook. MBL. 11 ago.2015a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/310130385777778/?v=310130385777778>> . Acesso em 12 nov.2019.

_____. **Fernando Holiday discursando hoje na Marcha pela Liberdade.** 2015b. Facebook. MBL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/295460443911439/>>. Acesso em 27, set, 2019.

_____. **Fase 3- Placar Fora Dilma.** Facebook. MBL. 2015c
Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=301054543352029>>. Acesso em 18 nov.2019. Acesso em 2 nov. 2019.

GARCIA, Gustavo. AMARAL, Luciana. Temer sanciona a medida provisória da reforma do ensino médio. **G1.** Brasília.2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-sanciona-a-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em 25 jan.2020.

GARSCHAGEN, Bruno; SACHSIDA, Adolfo. Podcast 148º Mises Brasil. Facebook. **MBL.** 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/277263709064446/>>. Acesso em: 15 nov.2019.

GASPARETTO, Fernando. **Convite para a Manifestação de 06 dez de 2014.** Facebook. MBL.2014. Disponível: <<https://www.facebook.com/watch/?v=357403894440965>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

GENTILI, Danilo. **Convite manifestação de 06 dezembro de 2014.** Facebook. MBL. 2014. Disponível:<<https://www.facebook.com/mblivre/videos/277171855740298/?v=277171855740298>>. Acesso em: 18 nov.2019.

_____. **Convite manifestação de 12 de abril de 2015.** Facebook. MBL.2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=292293434228140>>. Acesso em 18 nov.2019.

G1.Em quatro anos, PT perde metade das prefeituras. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/em-4-anos-pt-perde-mais-da-metade-das-prefeituras.html>>. Acesso em: 27 jan.2020.

G1. Eleições 2012 em números. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2012/noticia/2012/10/eleicoes-2012-em-numeros.html>>. Acesso em 17 jan. 2020.

GOBBI, Danniell. **Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade.** 2016. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Curso de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. DF, Brasília. 2016.

HUMANISTA. Lula é o presidente que mais fez inclusão social no Brasil, diz programa do PT. 2018. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/09/27/lula-e-o-presidente-que-mais-fez-inclusao-social-no-brasil-diz-propaganda-do-pt/>>. Acesso em: 07.jan. 2020.

IBGE. **Cadernos de Estudos e pesquisas em políticas educacionais**.Org: BOF, Maria Alvana; OLIVEIRA. Adolfo Samuel de. DF, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

IPEA. O que é?-Índice Gini.2004. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>.
Acesso em: 25 jan.2020.

JAGUARIBE, Helio. Moralismo e alienação das classes médias. **Cadernos do nosso tempo Revista de Cultura e Informação política**. Rio de Janeiro, Ed. Andes: 1954, p: 150-159.

KATAGUIRI, Kim. **Jovens militantes: quem são e quais as novas ambições da nova geração de ativistas**. UOL. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/02/23/quem-sao-e-o-que-pensam-os-jovens-militantes-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola%3E>>. Acesso em: 18 de jan.2020.

_____. **Students for Liberty plays Strong role in free Brazil movement**. Atlas Network. 2015a. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>>. Acesso em 18 de nove.2019.

_____. **Passé livre é manobra do PT**. Facebook: MBL.2015b. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/mblivre/videos/281639905293493/?v=281639905293493>>
Acesso em: 24, set, 2019.

_____. **Ao vivo em Americana com Marschelo Meche 45007**. Facebook. MBL. 17 set.2016. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/mblivre/videos/433828820074600/%3E%20Acesso%20em%2026%20de%20Set,%202019>>. Acesso em: 18 nov.2019.

MARTUSCELLI, Danilo. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba: CRV, 2015. Disponível em:
<https://www.academia.edu/31038912/Crises_pol%C3%ADticas_e_capitalismo_neoliberal_no_Brasil>. Acesso em: 07 jan. 2020.

_____. As lutas contra a corrupção nas crises políticas recentes. **Revista Crítica e Sociedade**, n. 2, p.4-35, 2016. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/37826/20236>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

_____. Balanco dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma. In: OUVIÑA, Hernán; REY, Mabel Thwaites (Org). **Estado en disputa: Auge y fractura del Ciclo de Impugnación al Neoliberalismo en América Latina**. Buenos Aires: Ed El Coletivo, 2018, cap. p 90-120.

MESQUITA, Otávio. **Convite para a manifestação 06 dez de 2014**. Facebook. MBL.2014. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/vempruarua.net/videos/vb.344408492407172/357362661111755/?type=2&theater>>. Acesso em 18 nov. 2019.

MIGUEL, Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther (Org). **O ódio como política: a Reinvenção das direitas no Brasil**. Cidade: Ed. Boitempo, 2018, cap.1 p-17-26. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf> Acesso em: 18 jan, 2020

MEC. **O que é o Prouni?**. DF, Brasília. Ano. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MEC. **O que é o Reuni?** DF, Brasília. 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em 20 jan.2020.

MBL. **Movimento Brasil Livre**. Facebook. 2013. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/204309729693178/?type=3&theater>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. **Sobre**.Facebook.MBL2020. Facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal> Acesso em: 18. Set.2019

_____. **Manual de Filiais do MBL**. Facebook. MBL. 2015a. Disponível em: <

https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL?fbclid=IwAR31zauv9kPHnYtry8ZEj6-6hP_AIYS4AznA21LPCNnIdx-TBGausk9ImXM> Acesso em 18 jun. 2019.

_____. **Propostas aprovadas**. MBL. 2015b. Disponível em:

<<https://mbl.org.br/propostas>> Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. **Recrutamento Estudantes pela Liberdade**. 2014a. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/277853409005476/>>. Acesso em 18. Set. 2019. Acesso em: 18 nov.2019.

_____. **Manifesto por um Brasil Livre**. Facebook. Fotografia 01.

2014b.Disponível:<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/272030822921068/?type=3&theater>>. Acesso em 18 de set, 2019.

_____. **O manifesto do Movimento Brasil Livre é plural**. São Paulo, 2014b.

Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=272138256243658>> Acesso em: 18. Set.2019

_____. **A Luta continua!** Facebook.2015c.

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/p.301885739935576/301885739935576/?type=1&theater>>. Acesso em 20 jan.2020.

_____. Fotografia 02. **As 10 pautas do Movimento Brasil Livre**. Facebook.

MBL.2015d. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/291392867651530/?type=3&theater>>. Acesso em 20 jan.2020.

_____. Fotografia 03. **Esquenta para o Impeachment**. Facebook. MBL. 2015e. Disponível em <https://www.facebook.com/events/426358030896587/?active_tab=about>. Acesso em 20 jan.2020.

_____. Fotografia 04. **Todos as ruas, impeachment já! Facebook**. MBL. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/562015653953532/>>. Acesso em: 20 jan. 2020

_____. **Guerreiro da Marcha #04 EP Igor**. Facebook. MBL. 07 mai.2015f. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/296072483850235/?v=296072483850235>>. Acesso em 27 de set, 2019.

_____. Campanha Marcha pela Liberdade. **Kickante**. 2015g. Disponível em: <https://www.kickante.com.br/campanhas/marcha-pela-liberdade-mbl?fbclid=IwAR1zPHq_oQhQ2DhvdWcFQ3OzVJs0Ef6mWUaOBgWP1_CBIkkkhirWjUWFG0s>. Acesso em: 27 set. 2019.

_____. **Fabio Ostermann e Renan Haas explicam o momento político do país**. Facebook. MBL. 2015h. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/306851752772308/?v=306851752772308>>. Acesso em: 18 nov.2019

_____. Fotografia 05: **Um ano do impeachment**. Facebook.MBL.2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/672036659587147/?type=3&theater>>. Acesso em: 20 jan.2020.

_____. **MBL in Rio**. 2016b. Disponível em:<<https://www.facebook.com/mblivre/videos/384162848374531/?type=2&theater>>. Acesso em 20 jan.2020.

MBL NATAL, **Manifestação pela Desestatização do Transporte Coletivo**. Facebook.2013. Facebook. MBL Natal Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/485015518242449/>>. Acesso em 20 de jan.2020.

MBL SALVADOR, **Manifestação pela Desestatização do Transporte Coletivo**. Facebook.2013. Disponível em:<<https://www.facebook.com/events/515760298478266/>>. Acesso em 20 jan.2020.

MBL RIO, **Manifestação pela Desestatização do Transporte Coletivo**. Facebook. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/204170343070270/>>. Acesso em: 20 jan.2020.

MBL BRASÍLIA. **Manifestação pela Desestatização do Transporte Coletivo**. Facebook. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/527324857323137/>>. Acesso em 20 jan.2020.

MBL PORTO ALEGRE. **Manifestação pela Desestatização do Transporte Coletivo**. Facebook. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/527266610655044/>>. Acesso em: 20 jan.2020.

NAPOLITANO, Marcos. RIBEIRO, David. Crises políticas o “golpismo atávico” na história recente do Brasil. In: MACHADO, André Roberto; TOLEDO, Maria Rita de (Orgs.). **Golpes na História e na Escola: o Brasil e a América Latina do século XX e XXI**. São Paulo: 1ªed. p. 49-74, 2017. Disponível em: <http://www.cortezeditora.com/pdf/Golpes_na_historia.pdf>. Acesso em 20 jan.2020.

NETO, Felipe. Muda- Faz Sentido. Youtube. **Canal Felipe Neto**. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v9rgOwH99nc&feature=player_embedded&fbclid=IwAR2mWYKpgDGEXT4djrwxPJ7wByFKb7L6sxBk667UK1zRnJEnwzStBG-XK4>. Acesso em: 22, set. 2019.

O GLOBO. **Dilma é vaiada na Copa da Confederações**. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-vaiada-na-abertura-da-copa-das-confederacoes-8701173>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther (Orgs.). **Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação**. Disponível em: <<https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

OSTERMANN, Fábio. Mais jovem na disputa liberal: conheça Fábio Ostermann. **GaúchaZH**. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes-2016/noticia/2016/09/mais-jovem-na-disputa-e-liberal-conheca-fabio-ostermann-7595226.html>>. Acesso em: 18 jan.2020.

_____. Protestar sim, mas pela causa certa por favor. **Ordem Livre**. 2013a. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/posts/protestar-sim-mas-pela-s-causa-s-certa-s-por-favor>>. Acesso em: 18 jan.2020.

_____. Se a internet tivesse sido criada pelo governo brasileiro. **Capitalismo para os pobres**. 2013b. Disponível: <<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/204459539678197/>>. Acesso em 18 nov.2019.

_____. Rebeldia com causa. **Ordem Livre**. 2013c. Disponível: <<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/205785726212245/>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. O abismo e a democracia. **Gazeta do Povo**. 2014a.

Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-abismo-e-a-democracia-efv58n42i2hl0w5wwj9f541u6/>>. Acesso em: 18 jan.2020

_____. Precisamos falar sobre a privatização da Petrobras. **Gazeta do Povo**. 2014b. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/precisamos-falar-sobre-a-privatizacao-da-petrobras-ehcsfh5ebepem2f3yhcyjzww/>>. Acesso em 12 de nov.2019.

_____. Com protestos, amanhã será um dia “D” para o Brasil. **Uol**. 2014c. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/opiniaio/coluna/2015/04/11/com-protestos-amanha-sera-um-dia-d-para-o-brasil.htm?fbclid=IwAR3gq0--MY695yB9aSAPN6jh6RhGN0Hjeed5gKjxvoZyDewgHjRVx dyRPDI>>. Acesso em 20 jan.2020.

PAIVA, Denise, et al. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. Campinas. **Opinião Pública**, n.3, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000300638>. Acesso em 20 nov. de 2019.

PERNÍAS, Tomás. Três elementos para compreender as preferências políticas e o conservadorismo da classe média. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/tres-elementos-paracompreender-as-preferencias-politicas-e-o-conservadorismo-da-classe-media/>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PIAIA, Vitor. Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff. **Teoria e Cultura**. Rio de Janeiro. n. 2, p.22-39. dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12427>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

PINTO, Eduardo, et al. **A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco do poder e crise**. Rio de Janeiro. p. 02-42. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eduardo_Pinto9/publication/301892838_A_economia_politica_dos_governos_Dilma_acumulacao_bloco_no_poder_e_crise/links/572ba5608ae2efbfdbdbce.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

RAMALHOSO, Wellington. Temer, o impopular: o que mudou no país em dois anos de governo. **UOL**, São Paulo, 30 dez. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/30/temer-o-impopular-o-que-mudou-no-pais-em-dois-anos-de-governo.htm>>. Acesso em 25 jan.2020.

RATINHO; FAUSTÃO. **Convite para a manifestação em 13 de março de 2016**. Facebook. MBL.2016. Disponível em:<<https://www.facebook.com/mblivre/videos/349404455183704/?v=349404455183704>>. Acesso em: 17 nov.2019.

RICARDO, Paulo. **Convite para manifestação de 06 de dezembro de 2014**. Facebook. MBL.2014. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/vemprarua.net/videos/356603461187675/?v=356603461187675>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

RODRIGUES JÚNIOR et al. Ciclos Petistas de Ajuste e suas Contradições: condições sócio-políticas para o golpe de 2016. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 27, n. 53, p. 39-68, fev./jun. 2019. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11602>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

ROCHA, Camila. “**Menos Marx, mais Misses**”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 223p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/pt-br.php>>. Acesso em 17 jan.2020.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SANTOS, Renan. **15 de março: A maior manifestação da história do Brasil**. Youtube. MBL. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=qem_0OGZEjk>. Acesso em 20 jan.2020.

SANTORO, Bernardo. **Convite para manifestação de 15 de março de 2015**. Facebook. MBL. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/289047714552712/?v=289047714552712>>. Acesso em 13 nov.2019.

SASCHIDA, Adolfo. **Mais liberdade, menos impostos**. Facebook. MBL. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=284353481688802>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **Convite para manifestação 15 de março de 2015**. Facebook. MBL.2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/288618481262302/?v=288618481262302>. Acesso em: 12 nov. 2019.

STUDENTS FOR LIBERTY. Disponível em: < <https://www.learnliberty.org/sfl-academy/>>. Acesso em 19 jan.2020.

SILVEIRA, Sergio. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org). **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo, cap. 10 p.213-230.2015. Disponível em: <http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1132.pdf >. Acesso em: 14 jul.2018.

SILVA, Wanderlei. **Convite Manifestação 06 dezembro de 2014**. Facebook. MBL.2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/277167429074074/?v=277167429074074>> Acesso em: 18 nov.2019.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias Cruzadas. In: AUTORES. **Novos Estudos Cebrap**. Cidade: editora, 2013. cap. p. 23-40. 2013. Disponível em <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-102/>> Acesso em: 18 jan.2020.

_____. Cutucando onças com vara curta: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, n. 102, 2015. p.43-71. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/wpcontent/uploads/2017/04/04_cutucando_oncas.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

SOUZA, Jessé de. O ovo da serpente: as manifestações de junho de 2013 e a construção da base popular do golpe. In: SOUZA, Jessé de. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya. 2016. cap 2. p. 87-115.

_____. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro, Leya. 2017.

SVETLANA, Aleksévitch. **Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear**. São Paulo, Companhia das Letras. 2016.

TATAGIBA, Luciana; CHAVES, Ana. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org). **Revista Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo, cap. 9, p. 197-212. 2015. Disponível em: <http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1132.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Revista Sinais Sociais**. Rio de Janeiro, n. 33. p. 71-98, 2017. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/portal/publicacoes/sesc/revistas/sinaissociais/n+33/janeiro++abril+2017>> Acesso em: 18 jan. 2020.

_____. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **LUSOTOPIE**. p.112-135, 2018. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMb2Ta0wNQ_MDA_c2b2c_/Entre%20as%20ruas%20e%20as%20instituic%C3%A7%C3%B5es_%20os%20protestos%20e%20o%20impeachment%20de%20Dilma%20Rousseff.pdf>. Acesso em: 17 jan, 2020.

TATAGIBA Luciana; GALVÃO, Andréia. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762019000100063&script=sci_arttext#B61>. Acesso em 24 jan.2020.

Telles, Helcimara. Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político institucional. **Revista GvExecutivo**, n 2. Jul/dez, p. 37-39, 2015

UOL, **Eleições 2014**. Disponível em: <<http://eleicoes.folha.uol.com.br/2014/2turno/presidente/br.shtml>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

VEJA. **MBL não consegue eleger 82 de seus candidatos**. 03 out.2016.Disponível em:<<https://veja.abril.com.br/brasil/mbl-nao-consegue-eleger-82-de-seus-candidatos/>>. Acesso em: 15 nov.2019.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.